UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Liz Nátili Sória

A economia zapatista:
retratos de uma insurreição autônoma

Versão corrigida

São Paulo
2019

Liz Nátili Sória

A economia zapatista:
retratos de uma insurreição autônoma

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestre em História sob orientação do Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco.

Versão corrigida

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S714e   Sória, Liz Náiali
A economia zapatista: retratos de uma insurreição
autônoma / Liz Náiali Sória ; orientador Lincoln
Secco. - São Paulo, 2019.
134 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. zapatismo. 2. autonomia. 3. economia . 4.
insurreição. I. Secco, Lincoln, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Liz Náiali Sória

Data da defesa: 03/06/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Lincoln Ferreira Secco

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 13 / 08 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: SÓRIA, Liz Náiali

Título: A economia zapatista: retratos de uma insurreição autônoma

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, para obtenção de título de Mestra em História Econômica.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Resultado: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Resultado: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Resultado: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Agradeço especialmente ao orientador deste trabalho, Lincoln Secco, pelo estímulo ao estudo presente desde minha graduação em história, sem o qual eu não teria iniciado esta pesquisa. Pelas referências, pela atitude imensamente generosa e pela confiança no acompanhamento deste processo.

A Carolina Catini, amiga e professora, pelas questões importantes e cuidadosas colocadas na minha qualificação, mas sobretudo pela amizade, pela escuta, pelas reflexões e estímulo às tentativas de resistência.

Ao professor Francisco Pineda, pela generosidade com que realizou a orientação no período de estudo no México, apresentando pesquisadores e pessoas que foram essenciais para este trabalho e pelas considerações essenciais na minha qualificação, determinantes para o prosseguimento da pesquisa.

Ao meu pai, Bráulio, por todo o apoio e pelo lindo encontro que tivemos no México. A minha mãe Miriam, pelos ensinamentos e carinho que superam as distâncias. A meu irmão Christiano, pela companhia, por me aceitar como parceira de música e pela cumplicidade profunda que me sustenta.

Aos companheiros de luta que fizeram parte da Rede Extremo Sul, que, sem saber, contribuíram nas formulações das primeiras questões que deram origem a essa pesquisa. Pelos fracassos sábios e aprendizagens corajosas construídas com base na prática.

Aos encontros fundamentais realizados no México. Agradeço à Bety, pela amizade linda e por me apresentar um pouquinho dos *pueblos* de Oaxaca e sua família mazateca; à Itzel e Daniel; à Sara, pela estadia na primeira semana e pelo cuidado ao longo de minha viagem; à Laura, por fazer de nossa amizade um presente constante; ao Ernesto, pela companhia e pela generosidade ao compartilhar seus estudos, sua biblioteca pessoal e, principalmente, a comida mexicana; à Silvana, pela alegria; à Baruc, por me apresentar a *milpa* e compartilhar materiais fundamentais para este trabalho; ao Mario, pela abordagem histórica sem igual; ao don Javier e doña Patrícia que me receberam em Cuautla e me deram aula de vida; ao Edgar, pelas conversas sobre sua família Zapata; aos lutadores e lutadoras dos Pedregales de Coyoacan, especialmente doña Helena e doña Fili, por mostrar que o inimaginável pode ter lugar na realidade; à Gustavo Esteva, pelas conversas imensamente abertas e diretas sobre o zapatismo e sobre as lutas autônomas.

Às amigas, irmãs e companheiras de luta e de criação Fernanda, Rafaela e Cristiane. Nas espirais do tempo, este trabalho se encontra com nosso teatro de madeirite rosa. Também pela experiência conjunta vivida no México, marca de preciosos aprendizados que carregamos juntas. Aos camaradas da Trupe Lona Preta e sua festa-bagaceira, pela inspiração e cultivo das pequenas resistências.

À Luciana e ao João Bonis, pela paixão compartilhada pelo México, pelas trocas de nossos estudos e pela amizade.

Agradeço ao Nicolau, pela troca incansável sobre as inquietações que deram origem a esta pesquisa, pelas referências libertarias que me mostrou, fundamentais para minha formação, pela leitura e revisão da qualificação e, sobretudo, pelo precioso tempo em que me instigou nos passos deste estudo e do cotidiano.

As minhas queridas e queridos que contribuíram, às vezes sem saber, para esta pesquisa, com o pedido de desculpas de possível esquecimento. A Rafa, pelas delicadezas essenciais do cotidiano; ao Luiz, pela inspiração na inquietude criativa; a Lia, pela amizade, pelos questionamentos generosos e pela revisão paciente desta dissertação; ao Leandro, pelo encontro raro e percepção única; a Fer, pelo carinho e provocação; a Julie, pela presença e pelo fôlego; ao Fabrício, por não faltar e pela risada; a Ju Jardim pela intensidade e justeza; a Lourdes, pelos ensinamentos e cuidado; ao Artur, pelas experimentações conjuntas; ao Renan, pelos saberes e criações; ao Pablo, pela companhia tão importante ao longo da graduação de história e que perdura no tempo e no carinho mútuo; ao André, pelo respiro que é nossa amizade; a Andrea, por estimular este trabalho desde o início e tantas outras ajudas fundamentais que me ofereceu; a Carol Vecchia, pelas prosas e práticas; a Sara e Paulo, pela amizade, criações e experimentações acumuladas; a Jullyana, pela troca de dificuldades e êxitos nos caminhos da pesquisa; a Marta e Moisés, pelas escolhas corajosas e legítimas; a Paulinha, pela busca de uma presença-resistência; a Tathi e Ana Paula, amigas de barricada de nosso eterno Mange. Gabi e Natália, pela amizade carinhosa; a Mariana e Ana, que conhecendo meu passado sabem mais de mim; a Tati Burg, por me mostrar o autocuidado. Aos artistas-vocacionados que orientei, pelo chão.

Aos *pueblos* que se levantaram na história.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do CNPq.

[...] la revolución se ha hecho
por el Pueblo y para el Pueblo.

Junta General Revolucionaria

RESUMO

A luta por território realizada pelos camponeses, indígenas e demais trabalhadores do centro-sul do México, reunidos em torno da figura de Emiliano Zapata, foi um dos principais alicerces do processo histórico que ficou conhecido como revolução mexicana, a partir do final de 1910. Ao longo de seus primeiros passos, o zapatismo elaborou um posicionamento de autonomia em relação às disputas pelo poder central e realizou sua luta a partir de parâmetros próprios, sem esperar diretrizes construídas a partir do Estado. O presente estudo busca observar a autonomia do movimento zapatista conduzido pelos *pueblos* junto a seu Exército Libertador, com base em suas necessidades. A fim de compreender os parâmetros e alcances deste posicionamento autônomo, analisamos a prática do zapatismo na reorganização produtiva de seu território, a partir da expulsão dos *hacendados* produtores de açúcar que, historicamente, haviam roubado as terras pertencentes aos *pueblos*. Observamos a produção do zapatismo em torno de dois aspectos: a base e a restituição da economia milenar dos *pueblos* pautada no cultivo do milho e a relação do movimento com as formas de produção deixadas pelas *haciendas* de açúcar e ocupadas pelo zapatismo em prol de sua insurreição. Este trabalho se debruça, assim, sobre os limites e as potencialidades das ações realizadas pelo zapatismo no estado de Morelos e estados vizinhos, de 1911 ao início de 1916, que proporcionaram a possibilidade de uma nova forma de produzir a sobrevivência coletiva e a vida, em meio à resistência contra as forças que atacaram permanentemente a prática e o projeto dos insurgentes do centro-sul.

Palavras chave: zapatismo; autonomia; economia; insurreição

ABSTRACT

The struggle for territory held by peasants, indigenous and other workers of south-central Mexico, gathered around the figure of Emiliano Zapata, was one of the main foundations of the historical process that became known as the Mexican Revolution, from the end of 1910. Throughout its first steps, Zapatismo has produced a position of autonomy in relation to the dispute by the central power and conducted its struggle from its own parameters, without waiting for guidelines built by the State. The present study seeks to observe the autonomy of the Zapatista movement led by the *pueblos* next to their Liberating Army, based on their needs. In order to understand the parameters and scope of this autonomous positioning, we analyze the practice of Zapatismo in the productive reorganization of its territory, after the expulsion of the sugar-producing *hacendados* who, historically, had stolen the lands belonging to the *pueblos*. We observe the production of zapatismo around two aspects: the base and the restitution of the millenarian economy of the *pueblos* based on the corn cultivation and the relation of the movement with the forms of production left by the sugar *haciendas* and occupied by the zapatismo in favor of its insurrection. This work focuses, therefore, on the limits and potentialities of actions taken by the Zapatistas in the state of Morelos and neighboring states, from 1911 to early 1916, which provided the possibility of a new way of producing both collective survival and life, in the midst of resistance against the forces that permanently attacked the practice and project of the south-central insurgents.

Keywords: Zapatismo; autonomy; economy; insurrection

RESUMEN

La lucha por el territorio hecha por los campesinos, indígenas y demás trabajadores del centro-sur de México, reunidos alrededor de Emiliano Zapata, fue uno de los principales pilares del proceso histórico conocido como revolución mexicana, a fines de 1910. Al largo de sus primeros pasos, el zapatismo tuvo un posicionamiento de autonomía frente a las disputas por el poder central y realizó su lucha a partir de parámetros propios, sin esperar directrices construidas a partir del Estado. El presente estudio busca analizar la autonomía del movimiento zapatista conducido por los pueblos, junto a su Ejército Libertador. Con el objetivo de comprender las características y alcances de ese posicionamiento autónomo, analizamos la práctica del zapatismo en la reorganización productiva de su territorio, a partir de la expulsión de los hacendados productores de azúcar que, históricamente, habían usurpado las tierras pertenecientes a los pueblos. Miramos la producción del zapatismo alrededor de dos aspectos: la base y la restitución de la economía milenaria de los pueblos establecida a partir del cultivo del maíz y la relación del movimiento con las formas de producción que habían sido propias de las haciendas de azúcar y fueron tomadas por el zapatismo en pro de su insurrección. El presente trabajo analiza, así, los límites y potencialidades de las acciones realizadas por el zapatismo en el estado de Morelos y estados vecinos, de 1911 a inicios de 1916, que proporcionaran la posibilidad de una nueva forma de producir la sobrevivencia colectiva y la vida, en medio a la resistencia en contra de las fuerzas que rechazaron violentamente la práctica y el proyecto de los insurgentes del centro-sur.

Palabras-claves: zapatismo; autonomía; economía; insurrección

SUMÁRIO

Introdução	12
 Capítulo 1 – A resistência zapatista: a construção de um posicionamento autônomo	20
1. As forças da revolução mexicana e o posicionamento inicial do zapatismo	21
2. Resistência zapatista e a ruptura da aliança com Francisco I. Madero	26
3. Plano de Ayala: a expressão de uma revolução em curso	35
4. Contra a lei e a ordem, a persistência de um posicionamento autônomo	44
 Capítulo 2 – A economia do <i>maíz</i> e a restituição de terras no levante zapatista	52
1. Organização comunitária e mesoamericana	54
2. Organização entre <i>pueblos</i> , o levante “em paralelo”	65
3. Restituição de terras – a unidade entre os <i>pueblos</i> e o Quartel General zapatista	72
 Capítulo 3: As novas formas de produção no território zapatista	89
1. A invasão do açúcar em Morelos	91
2. Zapatismo contra <i>haciendas</i> , avanço e resistência	95
3. Fábricas Nacionais	101
4. O zapatismo em movimento, outras organizações não-tradicionais	114
5. “ <i>Los campesinos tienden la mano a sus camaradas de la ciudad...</i> ”	121
 Considerações finais	125
 Referências bibliográficas	131

INTRODUÇÃO

[...] hasta que, victoriosos, podamos garantizar con nuestra propia cabeza el advenimiento de una era de paz que tenga por base la Justicia y como consecuencia la libertad económica.¹

O objeto desta pesquisa é o movimento zapatista ao longo do que se conhece como revolução mexicana de 1910. Neste episódio, a figura que comumente integra o imaginário do movimento é a de Emiliano Zapata. No México, Zapata está por toda parte. É nome de ruas, estação de metrô, está representado em estátuas e homenagens que marcam uma camada da apropriação institucional dessa figura histórica. Zapata não pôde ser ignorado por nenhuma parte da história oficial mexicana, ainda que não sejam poucas as instituições interessadas em apagar seu nome da história. O ato da exposição de sua figura de forma generalizada pelos espaços pode ser interpretado, no entanto, como uma forma de controlar a memória que está por trás de seu nome. As estátuas de Zapata, por vezes, podem simplesmente representar uma memória paralisada no tempo, o que acaba por ocultar a experiência e a resistência real presente na história do zapatismo.

Em contraste, os vários movimentos sociais espalhados pelo México hoje também reivindicam para si a figura de Emiliano Zapata e a inspiração que sua luta deixa para as resistências do presente. O lema “Zapata vive, la lucha sigue”, utilizada em diversas lutas populares do México, revela bastante a atualidade da memória de Zapata. A consigna é analisada por Francisco Pineda da seguinte forma:

La lucha presente se impregna con significados del pasado y esto produce un efecto de resistencia y rebeldía. En esta situación, el pasado no saltó a la inexistencia, sino que fue actualizado. Por medio de tal operación simbólica, que usamos en forma natural, la lucha que representa Zapata trasciende a la muerte.²

O significado da figura de Emiliano Zapata se move no tempo e no espaço. Por trás dessa conhecida figura está a força de uma coletividade e de um movimento constituído por comunidades populares indígenas e camponesas, chamadas em espanhol

---

¹ ZAPATA, Emiliano. Manifiesto a la nación, 20 de outubro de 1913. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 155.

² PINEDA, Francisco. Prólogo. In: RESÉNDIZ, Víctor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: Identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006, p. 7.

de *pueblos*³. Este trabalho busca compreender o que foi o movimento zapatista a partir de uma história vista de baixo, a partir da coletividade do zapatismo e de suas ações de resistência com base no que lhes era próprio. Olharemos para o movimento zapatista em seus embates com outras forças que lutaram na chamada revolução mexicana e considerando a contribuição essencial dos *pueblos* zapatistas e de seus saberes construídos historicamente, nos processos de luta.

Um dos primeiros textos que me proporcionou o contato com o movimento zapatista em meio à revolução mexicana foi escrito por Arturo Warman⁴. O antropólogo expunha a importância e a radicalidade do Plano de Ayala, documento assinado por alguns generais do zapatismo e seu Exército Libertador e que deu base ao movimento. Um dos argumentos do texto afirmava que a prática da insurreição indígena e camponesa foi ainda mais radical em relação às determinações de seu Plano de Ayala, já bastante avançado. Com o interesse de acessar mais detalhes sobre o que seria essa radicalidade da insurreição zapatista, o presente estudo foca na atuação de seus *pueblos* nas ações diretas que proporcionaram um contexto de transformação radical fora do âmbito do Estado. Para compreender essa atuação, as questões norteadoras da pesquisa se concentram nas transformações operadas pelos *pueblos*, que elaboraram novas formas de organização na produção do era necessário para a manutenção da vida. O zapatismo realizou uma ruptura no fluxo histórico que os explorava e nos interessamos em observar o que foi e como se deu esse rompimento.

A partir de 1911 e com ápice nos anos de 1915 e 1916, o zapatismo, com suas ações diretas, expulsou os *hacendados*⁵ do território tomado pelo movimento, até sua totalidade. O sistema de *haciendas* de açúcar, que havia varrido e expulsado os *pueblos* de suas próprias terras, era suspenso pela força e organização dos mesmos *pueblos*. Nesse enfrentamento, o zapatismo reorganizou sua produção a partir da restituição das terras aos *pueblos* e da ocupação das formas de produção presentes no território. Suas ações se deram fora da disputa pelo poder do Estado, isto é, o zapatismo não esperou que seus representantes chegassem ao poder para transformar seu cotidiano. A partir do

---

³ A palavra *pueblo* será utilizada em espanhol ao longo deste trabalho e poderia ser traduzida para o português como comunidade agrária. Iremos detalhar sobre esta nomenclatura em espanhol no segundo capítulo deste trabalho.

⁴ WARMAN, Arturo. *La plataforma política del zapatismo*. In: KATZ, Friedrich (org.) *Revuelta, rebelión y revolución*. 2ª edição. México, D.F.: Ediciones Era, 2004, pp. 289-305.

⁵ Utilizaremos os termos *hacendados* e *haciendas* sem traduzi-los para o português. A *hacienda* foi um sistema típico de engenhos de açúcar em grandes latifúndios no campo mexicano, na maior parte das vezes com exploração de trabalho indígena. Os *hacendados* eram seus proprietários.

conhecimento desses acontecimentos, esta pesquisa se debruçou sobre a prática revolucionária zapatista e observou sua forma própria de produção da vida e seus motores coletivos e internos. Buscamos compreender as bases históricas desta resistência e a materialidade das realizações dos *pueblos* zapatistas que se levantaram em armas.

No interior deste trabalho, três fatores relacionados entre si ganharam importância. A autonomia zapatista, isto é, as ações que se estabeleceram fora do âmbito da ordem e do Estado; as formas de produção no zapatismo em meio à guerra e à resistência contra as forças que o atacaram; e o legado de uma ação e proposta revolucionária vinda de um movimento majoritariamente indígena e camponês que também soube se relacionar com outros setores. A relação entre esses três pontos consiste no enfoque deste estudo. De forma sintética, investigamos a reorganização produtiva do movimento zapatista e sua proposta de autonomia em meio à guerra, considerando suas raízes mesoamericanas e sua capacidade de criar resistência a partir das variadas formas de produção presentes em seu território.

Um parâmetro importante para este trabalho é que ele se coloca no contrafluxo das análises que definiram o zapatismo como um movimento localista e encerrado em sua realidade tradicional ou como um movimento sem propostas para as formas de produção presentes em seu tempo. Buscaremos compreender as raízes dos *pueblos* que deram origem ao zapatismo e observaremos também sua capacidade de criação a partir de seu presente, isto é, a partir das formas de produção originadas em meio ao avanço do capitalismo, presentes no território retomado pelo movimento.

A organização que construiu o levante zapatista tem origem em um tempo antigo mesoamericano, que se estende para um passado mais próximo ao movimento e chega até seu presente. Uma das partes deste estudo busca compreender de que modo esta base mesoamericana e comunitária permitiu a transformação do cotidiano dos *pueblos*, despejados de suas terras, em resistência contínua e contrastante com o modo de produção capitalista. O zapatismo, enquanto movimento camponês e indígena, possui raízes profundas, as quais iremos observar.

Paralelamente, o movimento deu respostas imediatas e radicais à instabilidade nacional que envolvia amplos setores. Assim, observaremos também de que forma o zapatismo ofereceu possibilidades de resistência também para os contextos que escapavam de suas raízes. A análise que traçaremos, portanto, de forma alguma irá reproduzir a ideia de que os processos revolucionários só podem ser conduzidos a partir de organizações presentes na cidade. Ao contrário, estudamos um movimento originado

no campo, que se apoiou em seus saberes específicos e que também realizou avanços territoriais e formulou estratégias para formas de produção tipicamente urbanas.

As pesquisas realizadas pelo historiador mexicano Francisco Pineda foram fundamentais nesta abordagem historiográfica para nosso contato com o sentido amplo do zapatismo. Essa perspectiva parte da experiência original do movimento e observa a criação de relações a partir de formas de produção não originárias. Além da expulsão total dos *hacendados* do estado de Morelos, onde se originou o movimento, o zapatismo com seu Exército Libertador avançou para os estados de Puebla, Guerrero, estado do México e Cidade do México.

Assim, diante de seus avanços territoriais, buscamos compreender que tipo de proposta revolucionária o zapatismo pôde realizar no interior de sua realidade e de seu contexto histórico. Investigamos como se deu sua reorganização produtiva que colocou na ordem do dia elementos de um passado mesoamericano e, também, formas de produção não originárias.

A perspectiva produtiva no zapatismo não pode ser observada sem ter em vista os confrontos permanentes do movimento com as forças oriundas do sistema de *haciendas* ou que representaram os interesses da ordem e da lei. Na retomada e no avanço territorial zapatista, a apropriação das formas de produção tradicionais ou novas se deu em meio à guerra. As forças que disputaram o poder estatal ao longo da chamada revolução mexicana quase sempre destoaram dos interesses dos *pueblos* que integraram as fileiras do zapatismo e de seu Exército Libertador.

Ainda no início das ações insurgentes zapatistas, o movimento viveu uma experiência de aliança, seguida de ruptura com as forças de Francisco I. Madero, líder do partido *antireeleccionista*. Madero era uma das forças que conduziu a queda do ditador Porfírio Díaz – que estava há trinta anos no poder – e ocupou a presidência em novembro de 1911. Neste momento ocorreu um importante episódio para os indígenas e camponeses do sul, reconhecido nas palavras do movimento como traição de Madero, que, ao chegar ao poder, não realizou a restituição de terras conforme definido em seu Plano de San Luís Potosí. Como consequência, o zapatismo rompeu com as forças maderistas. A ruptura do zapatismo com Francisco I. Madero significou uma efetivação da estratégia autônoma dos camponeses e indígenas do sul. O movimento, a partir de então, resistiu e lutou contra as propostas e lógicas impostas pelo governo Madero e pelas outras forças subsequentes que disputaram e ocuparam o poder central, seja do ditador Victoriano Huerta, em 1913, seja do constitucionalista Venustiano Carranza, a partir de meados de 1914.

Neste percurso, nos interessamos pelas ações diretas que permearam o sentido revolucionário do movimento e ocorreram de forma independente das diretrizes do Estado ou de outro órgão externo aos *pueblos*. O fato de o zapatismo nunca ter tomado o poder central, mas ter realizado uma transformação nos pilares de sua organização na produção da sobrevivência e da vida, integra as bases desta pesquisa. Juntamente com a reorganização produtiva do zapatismo, este trabalho observa a autonomia zapatista em seus significados, limites e potencialidades.

No que se refere à organização dos capítulos desta dissertação, iniciaremos justamente pelos acontecimentos que deram base à atitude autônoma zapatista, isto é, que fizeram com que as ações diretas pautadas em determinações próprias e internas passassem a conduzir a estratégia do movimento. Assim, trataremos no primeiro capítulo da ruptura do zapatismo com Francisco I. Madero a fim de compreender o percurso de construção de uma ação autônoma e independente. Também olharemos para outros fatores que estiveram relacionados com esse posicionamento do zapatismo, como a influência das forças anarquistas de Ricardo Flores Magón, as primeiras ações diretas do movimento e as ações militares do Ejército Libertador. A ruptura com Francisco I. Madero marca também o lançamento do mais importante documento escrito pelo zapatismo, o Plano de Ayala. Nas linhas e entrelinhas deste plano, é possível observar a organização de uma proposta de autonomia zapatista. Na última parte deste primeiro capítulo faremos uma breve análise deste documento.

No segundo capítulo desta dissertação, olharemos para a reorganização produtiva do zapatismo no que se refere a uma forma de produção com traços originários e voltada para a apropriação coletiva do território, a partir da expulsão dos *hacendados*. A chamada “economia do milho” será abordada a partir da influência histórica mesoamericana que está na base dos *pueblos* que se levantaram em armas. Passaremos pela análise do complexo da *milpa*, sistema de plantações cuja base é o milho, em um sentido amplo, que inclui a produção da vida e de relações coletivas em torno da terra. O conceito de *pueblo*, bem como sua utilização nos documentos do zapatismo, também será trabalhado. Paralelamente, a herança da língua *nahuatl*, parte fundamental da cultura mesoamericana herdada pelo zapatismo, será observada em conjunto com a perspectiva produtiva e econômica que também forneceu os pilares da organização e enfrentamento zapatista. Na parte final do capítulo, analisaremos algumas cartas entre os *pueblos* zapatistas e o Quartel General do Ejército Libertador sobre o processo de restituição de terra. Buscaremos a ordem prática do processo de reorganização do território junto aos *pueblos*

e junto às determinações do Plano de Ayala. Os pilares de longa duração da história que sustentaram o levante zapatista em sua busca por terra e por liberdade, bem como o processo prático da restituição das terras pelos *pueblos*, serão expostos, assim, nesse segundo capítulo.

O terceiro e último capítulo deste trabalho se dedicará ao que foi chamado de economia do açúcar. Investigaremos tanto os significados dos avanços das *haciendas* de açúcar sobre as terras dos *pueblos* como o processo de apropriação da infraestrutura gerada pela própria economia do açúcar em favor da revolução zapatista.

O crescimento desenfreado da produção do açúcar significou uma dinâmica de violência e de expulsão daqueles que cuidavam da terra e nela trabalhavam desde tempos mesoamericanos. As especificidades da produção de açúcar demandaram uma organização produtiva que passou por cima da comunidade agrária estabelecida pelos *pueblos* ao redor de sua economia do milho. Ao longo do ano de 1915 e início de 1916, no entanto, o zapatismo se utilizou das formas de produção criadas a partir da economia do açúcar e as ocupou de maneira a contribuir para sua resistência revolucionária. Ao expulsar os *hacendados* de seu território, o movimento manteve intacta a estrutura dos engenhos. A partir das necessidades da guerra, o zapatismo ocupou esses engenhos e os colocou para produzir açúcar novamente, como sustento de suas demandas. Da mesma forma, outros meios de produção nascidos no capitalismo também foram ocupados e controlados pelo zapatismo, como as estradas de ferro e a Fábrica de Papel de San Rafael. Iremos observar, assim, de que forma o movimento estabeleceu sua relação com essas novas formas de produção advindas de uma economia capitalista. Nosso intuito é dar maior complexidade a um movimento com raízes do campo e que partiu de seu tradicionalismo, mas não se restringiu a ele, enfrentando as contradições e invenções de seu tempo.

Nossa aproximação com o movimento zapatista, em sua autonomia e modo de produção da vida, se deu por meio dos estudos de historiadores do zapatismo e da documentação produzida pelo movimento. No primeiro caso, destaca-se a minuciosa pesquisa realizada pelo já mencionado historiador Francisco Pineda, que também orientou a parte deste estudo realizada no México. Pineda se debruça sobre a cultura e o aspecto militar no zapatismo, com enfoque nos avanços territoriais do Exército Libertador, bem como nos embates das concepções zapatistas com as outras forças da revolução mexicana. Seu trabalho trata da resistência do zapatismo ao racismo contra o indígena presente nos exércitos que o atacaram, alguns deles, erroneamente lidos como

revolucionários, por parte da historiografia mais oficial da revolução mexicana. O historiador oferece uma profunda análise sobre as potencialidades dos insurgentes do sul e inspirou algumas bases de nosso estudo.

No tratamento dos documentos, nosso esforço foi o de observar a história do zapatismo vista de baixo. No contexto de instabilidade presente na revolução mexicana, os documentos oficiais assinados pelo Quartel General de Emiliano Zapata ou por seus principais generais apontam os posicionamentos do movimento diante dos embates com as forças que disputavam o poder central da nação. Trata-se do Plano de Ayala e de manifestos, leis e decretos que estabeleceram o enfrentamento zapatista a partir de uma organização do território conquistado. O estudo dessas documentações nos permitiu acessar o discurso do zapatismo sobre si próprio e observar a história do movimento contada pelos próprios escritos.

Em outro âmbito, os documentos também trazem a comunicação entre os *pueblos* e o Quartel General e entre este órgão e os chefes locais. Aqui tratamos de uma dimensão da história contada pelos próprios habitantes do território e integrantes do movimento zapatista em sua camada mais profunda. Na medida do que nos foi possível, buscamos analisar o processo a partir de uma via de mão dupla entre a realidade vivida pelos *pueblos* e as determinações produzidas pelo Quartel General. Isto é, nosso intuito é compreender as realizações do zapatismo a partir das determinações produzidas pelo Quartel General e registradas em forma de decretos, instruções e leis, mas também a partir do que pudemos escutar dos próprios *pueblos* por meio de suas cartas, solicitações e por meio do estudo de suas raízes. Nossa intenção foi observar de que forma o zapatismo se construiu desde os *pueblos*, desde baixo.

É certo também que diante do trabalho de compreender os pilares básicos do movimento zapatista, bem como de sua inserção na história mais ampla da revolução mexicana, acabamos nos concentrando mais nos documentos básicos produzidos pelo Quartel General do que nas correspondências assinadas pelos habitantes dos *pueblos* e seus chefes locais. Tais documentações poderiam ser melhor analisadas em um prosseguimento desta pesquisa. No presente trabalho, o número de cartas que pudemos analisar ficou reduzido frente à imensa documentação produzida pelo zapatismo e frente ao nosso desejo de que os próprios *pueblos* pudessem contar sua história. No entanto, as diferentes fontes que apoiaram esse estudo foram abordadas no sentido de se tomar os pontos de vista de uma história feita e realizada por aqueles que tiveram seus passos sustentados no chão e no território da insurreição zapatista.

Gostaríamos ainda de apontar que a história do zapatismo se liga diretamente à resistência atual dos *pueblos* que ocupam o território mexicano. Em nossa viagem de estudo para o México, onde acessamos fontes e documentações importantes, tomamos contato com uma perspectiva histórica na qual passado e presente se entrecruzam de maneira fluida. Em nossas conversas com historiadores do zapatismo e com os habitantes dos *pueblos* que vivem hoje no mesmo território que um dia os zapatistas viveram, encontramos diversas formas de resistência para as tão diversas formas de ataque impostas pela economia do capital, que incide, sobretudo, na população mais pobre. A frase do historiador do zapatismo Mario Martínez Sánchez, dita em uma entrevista que realizamos, ganha sentido literal: “El pasado se vive en el presente y el presente es el pasado”. A resistência dos *pueblos* de hoje se estende no tempo a partir de uma lógica própria, tal qual fizeram os zapatistas em seu contexto.

Este trabalho é finalizado no ano em que se lembra o centenário da morte de Emiliano Zapata, marco do estancamento violento do processo revolucionário. A história que aqui será contada e analisada, apesar de se passar em um território distante no tempo e no espaço em que escrevemos esta dissertação, é capaz de trazer um imaginário que estremece possíveis certezas no que tange aos processos e formas de transformação revolucionária. Investigamos um levante indígena e camponês e uma luta que pôde acontecer, com potencialidades e limites, a partir de parâmetros próprios. Apesar das diferenças de contextos históricos substanciais, é possível que a história do zapatismo, em sua forma e em seu conteúdo, inspire nossas perspectivas de resistência.

Capítulo 1 – A resistência zapatista: a construção de um posicionamento autônomo

O enfrentamento zapatista foi marcado por uma atitude autônoma. Isto é, seu posicionamento, sua disposição interior enquanto movimento conduziu ações a despeito do que o Estado e as forças que o ocuparam legislaram ou ordenaram. Mais do que isso, a preocupação central dos insurgentes do sul não teve como objetivo principal a ocupação desta instituição. A ênfase na transformação imediata em favor dos *pueblos*, protagonizada por eles próprios, consolidou sua principal estratégia. Assim, as ações diretas em busca da retomada do território historicamente roubado pelas *haciendas* e a consolidação de uma forma de produção destoante daquela que oprimia os *pueblos* que se somaram ao movimento perduraram ao longo de sua experiência.

A consolidação de ações diretas de forma independente foi possível devido a dimensões históricas de longa duração, discutidas no capítulo 2 deste trabalho, combinadas com aprendizados que se deram entre os primeiros acontecimentos do período conhecido como revolução mexicana. Nesta aprendizagem, podemos destacar três elementos definitivos: a influência do movimento magonista, de caráter anarquista, nas ações realizadas pelos camponeses e indígenas do sul; a ruptura da aliança entre o movimento zapatista e Francisco I. Madero; os significados mais profundos do Plano de Ayala, lançado pelos insurgentes do sul ao romperem a aliança com Madero.

Para compreender tais elementos, iniciaremos por uma contextualização dos movimentos que levaram à queda do ditador Porfirio Díaz, em meio à instabilidade política e econômica de seu regime. O movimento conhecido como magonismo, por conta de seus integrantes, os irmãos Flores Magón, influenciou as primeiras ações diretas e greves organizadas na oposição à ditadura porfirista. Posteriormente, surgiu o movimento com foco em impedir a reeleição de Díaz, protagonizado por Francisco I. Madero, mas ao mesmo tempo, contrastante com significados mais profundos dos ideais emitidos por Ricardo Flores Magón, o mais libertário dos irmãos. Madero angariou em torno de si diversos setores para a derrubada de Porfírio Díaz até tornar-se presidente, no fim de 1911. Em um primeiro momento, o zapatismo forjou uma aliança com o maderismo. Tal experiência foi crucial para seu posterior posicionamento autônomo e independente que o aproximaria de concepções presentes no magonismo.

Os fatores que levaram ao rompimento da aliança entre os camponeses e indígenas do sul e Francisco I. Madero serão explorados em seguida. Buscaremos compreender as bases que fizeram o zapatismo transformar suas expectativas iniciais e proclamar o radical

Plano de Ayala. As linhas e entrelinhas desse documento zapatista revelam a estratégia dos *pueblos* zapatistas em sua resistência e também serão analisadas. Por fim, mencionaremos como a atitude autônoma zapatista perdurou ao longo da complexa oscilação e disputa pelo poder central que sucederam a prisão e o assassinato de Madero.

1. As forças da revolução mexicana e o posicionamento inicial do zapatismo

O período de trinta anos que Porfirio Díaz esteve no poder gerou instabilidades em diversos setores da sociedade que, organizados, promoveram a queda do ditador. As organizações e enfrentamentos que interromperam o porfiriato e que se seguiram depois de sua queda marcaram o período que foi chamado de revolução mexicana. Contra o porfiriato posicionaram-se diferentes forças que também lutaram e disputaram entre si, por meio de diferentes projetos e lutas, mais ou menos alinhados à ordem, mais ou menos radicais e revolucionários. Os primeiros passos da trajetória do zapatismo foram no sentido de um movimento de aliança e, posteriormente, de ruptura com as forças angariadas pela figura de Francisco I. Madero. Para compreender este processo é necessário observar mais a fundo o contexto em questão.

A política do porfiriato consolidou uma modernização aguda e a abertura ao capital estrangeiro, significando, segundo o historiador José Mancisidor, a livre utilização da economia mexicana em favor do expansionismo estadunidense⁶. Tal abertura realizou-se com base na aliança das elites latifundiárias nacionais e do clero com o capital estadunidense. Exploravam-se, assim, as matérias-primas mexicanas para o desenvolvimento das indústrias internacionais a custo da intensificação do despejo dos *pueblos* mesoamericanos de suas próprias terras. A consequência da submissão mexicana à economia internacional esteve fortemente presente no cotidiano dos trabalhadores de diversos setores do campo e da cidade.

Em uma perspectiva modernizadora descompromissada com a população e com o próprio território do México, Díaz realizou a construção de uma ampla rede ferroviária, que promoveu forte impacto nas relações de produção: “[...] surgió la fiebre constructora de ferrocarriles, obediente, no a las propias necesidades nacionales, sino a las exigencias del capitalismo inversionista”⁷. Em Morelos, estado localizado nas portas de entrada do sul do México e território original do zapatismo, o aumento de produtividade das

⁶ MANCISIDOR, José. *Historia de la revolución mexicana*. 20ª edición. México, D.F.: Editores Mexicanos Unidos, 1972. p. 19.

⁷ Id., *Ibid*, p. 22.

haciendas de açúcar se deu por meio de uma violência brutal contra as comunidades. Por meio dos trens, era possível fazer chegar maquinarias pesadas nas *haciendas*, e o consequente aumento de produtividade exigia mais terras para a plantação de cana. Assim, a modernização realizada no período do porfiriato impactou diretamente a economia tradicional dos *pueblos* e intensificou o despejo de suas próprias terras⁸, aprofundando a violência e a exploração de mão de obra camponesa e indígena nas *haciendas*.

*Mapa do México em 1910 com o estado de Morelos em destaque*⁹

⁸ Na tese do historiador argentino Horácio Crespo, a produção de açúcar no período anterior ao porfiriato já impactava as terras dos *pueblos*, que gradativamente eram despejados e tornavam-se arrendatários de suas próprias terras. No período da modernização produtiva trazida por Porfirio Díaz, o processo de despejo dos *pueblos* se amplificou e as *haciendas* tomaram inclusive as terras arrendadas, fazendo com que os *pueblos* perdessem completamente o acesso à terra. Ver: CRESPO, Horácio. Los pueblos de Morelos. La comunidad agraria, la desamortización liberal en Morelos y una fuente para el estudio de la diferenciación social campesina. In: ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología y Historia (INAH), 2000. Veremos mais detalhes sobre a economia do açúcar no capítulo 3 desta dissertação.

⁹ Extraído de: <http://www.emersonkent.com/map_archive/mexico_morelos_map_1910.htm>. Último acesso em 03/2019.

O historiador Francisco Pineda aponta a especificidade da exploração levada ao campo do estado de Morelos ao longo do porfiriato:

A diferencia de lo que sucedió en otras regiones azucareras del mundo, en Morelos la instalación de tecnología moderna no produjo un dispositivo dominante con dos clases, el terrateniente y el industrial. Aquí, se aplicó la maquinaria moderna al régimen agrario colonial. Por eso se agudizó, simultáneamente el monopolio de la tierra y la concentración industrial en manos de los hacendados. Es decir, en la zona nuclear del zapatismo la hacienda porfirista unió la apropiación de una renta absoluta, derivada del monopolio de la tierra, con la apropiación de plusvalía, derivada de la explotación industrial del trabajo en los ingenios azucareros. Esto engendró una clase dominante combinada – terrateniente y capitalista industrial a la vez – con métodos exacerbados de explotación, humillación, despojo y violencia.¹⁰

O aumento exacerbado da exploração por meio do monopólio da terra e da exploração do trabalho muito precário do camponês e do indígena interrompia seu sentido de vida derivado de uma relação social consolidada a partir do livre acesso ao território. Catalisava-se a revolta e a indignação que daria origem à força coletiva do zapatismo.

Paralelamente, diversos setores da sociedade afetavam-se pela submissão econômica do porfiriato, que privilegiava a produção internacional. Burguesia nacional e profissionais liberais perdiam privilégios e enfrentavam a falta de qualquer política que os protegessem da concorrência internacional. O proletariado aumentava numericamente com o desenvolvimento das indústrias em meio a um sofrimento cotidiano e crescente, com baixos salários, jornadas de trabalho extensas e precárias. Isso somado ao alto custo de vida, com preço do aluguel e de produtos básicos em aumento constante. O momento histórico era composto de elementos que faziam dele uma panela de pressão prestes a explodir.

As lutas contra o porfiriato sempre estiveram presentes e alimentaram a experiência de resistência dos trabalhadores do campo e da cidade. Foram diversos os enfrentamentos entre o Exército Federal de Porfirio Díaz e os *pueblos* mesoamericanos insurgentes que se levantavam em defesa dos seus territórios em várias regiões do México¹¹. Na cidade, a resistência proletária ganhava forma de greves que eram violentamente reprimidas por Porfirio Díaz.

---

¹⁰ PINEDA, Francisco. El Plan de Ayala y los saberes de los campesinos revolucionarios. In: PINEDA, Francisco y ZAPATA, Edgar Castro (org.). *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2012. p. 215.

¹¹ Destaca-se a intensa resistência dos *pueblos* yaquis, no estado de Sonora, norte do México, que enfrentaram o Exército Federal em defesa de suas terras comunais e foram violentamente reprimidos entre as décadas de 1870 e 1880.

Segundo Francisco Pineda, as movimentações dos anos anteriores à queda do porfiriato não foram apenas precursoras da revolução mexicana, que pela historiografia oficial se inicia em novembro de 1910, mas marcam o início do movimento revolucionário, em uma outra periodização possível¹². Neste sentido, destacam-se as fortes greves dos trabalhadores das minas de Cananea, no estado de Sonora em meados de 1906, e dos trabalhadores têxteis em Rio Branco, no estado de Veracruz, no início de 1907. Ambos os movimentos tiveram influência da junta organizadora do Partido Liberal Mexicano (PLM), na qual atuava o libertário Ricardo Flores Magón e seu irmão Enrique Flores Magón, figuras que deram origem ao termo “magonismo”, movimento que se apoiou principalmente nos ideais anarquistas de Ricardo Magón.

O magonismo foi um movimento político inspirado em correntes do anarquismo europeu, no liberalismo mexicano progressista e nos movimentos de resistência comunitária indígena¹³. Os manifestos do PLM e os escritos de Ricardo Flores Magón marcaram oposição ao regime de Porfirio Díaz já nos primeiros anos da década de 1900. Eram constantes o ataque ao capital estadunidense e a ênfase de que se tratava de uma das fontes de opressão dos trabalhadores¹⁴. Exaltava-se, assim, a ação popular revolucionária. As ideias do movimento eram difundidas por meio do jornal *Regeneración* que circulava desde 1900 e era lido em várias partes do território mexicano.

Assim, o magonismo e a junta organizadora do PLM estiveram envolvidos em diversos ataques à ditadura de Porfirio Díaz em uma tentativa de realizar uma revolução econômica¹⁵. O movimento representou a força mais radical e libertária que esteve envolvida na oposição ao porfiriato e também marcou posição contra as forças angariadas por Francisco I. Madero, nome reconhecido pela história oficial como um dos líderes da revolução mexicana. Em 1911, a Junta organizadora do PLM avançava sobre o território da Baixa Califórnia estabelecendo uma rebelião e uma ocupação livre e soberana. Lutava-se contra integrantes do maderismo e do exército de transição entre Díaz e Madero conduzido por Francisco León de la Barra.

---

¹² PINEDA, Francisco. Ejército Libertador e movimiento libertario magonista. Tradução: Liz Nátali Sória. *Mouro*, Revista do Núcleo de Estudos d'O Capital, n. 13, janeiro de 2019. pp. 307-336.

¹³ TORRES, Carlos Beas e BALLESTEROS, Manuel. *Magonismo y movimiento indígena*. Oaxaca, México: Literatura magonista, 2010. p. 19.

¹⁴ PINEDA, Francisco. op. cit. pp. 307-336.

¹⁵ MALDONADO, Benjamin. El magonismo en el centenario de una revolución que no fue. In: _____. *Ante el centenario de la Revolución Mexicana: Magonismo y vida comunal mesoamericana*. Oaxaca, México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2010. p. 13.

A disputa entre magonismo e maderismo marcou a história do zapatismo de maneira fundamental. Em um primeiro momento o zapatismo aliou-se às forças de Francisco Madero e, posteriormente, a partir de sua experiência prática, rompeu a aliança e recebeu a influência dos ideais do magonismo. O jornal *Regeneración* circulou por território zapatista e alguns magonistas somaram-se às fileiras do zapatismo. Já em 18 de novembro de 1911, Ricardo Flores Magón assim interpretava o zapatismo em seu jornal:

Si se tratase de revolucionarios que confían en promesas, el movimiento llamado zapatista moriría con la traición del que dice ser su jefe. Los que tomaron la tierra no llevaron a cabo ese grandioso acto porque adoraban a Zapata, sino porque adoran la tierra, madre común de la humanidad. ¿y quién será capaz, ahora, de arrancarla de sus manos? ¿Qué ejército podría exterminar a todos esos pueblos expropiadores?¹⁶

O magonismo posicionava-se, assim, contra as forças hegemônicas que arrancavam a terra dos mais pobres, contra o regime de Porfirio Díaz e contra, também, o movimento protagonizado por Francisco I. Madero.

Diante da instabilidade política e econômica generalizada em todos os setores, intensificada na década de 1900, Madero conduzia um movimento por meio de seu *Partido Antirreeleccionista* contra o que seria a candidatura para o sétimo mandato de Porfirio Díaz (de 1910 a 1914). Liderava, desta forma, as proposições que visavam a transição presidencial, imbuídas de um grande esforço para que se mantivesse o respeito à lei, fruto de sua convicção democrática e liberal. Sobre suas origens, nada mais ilustrativo do que a apresentação que Madero faz de si mesmo. No fragmento de seu livro *La Sucesión Presidencial en 1910*, escrito em 1908 e citado por José Mancisidor, se coloca da seguinte forma:

Pertenezco, por nacimiento, a la clase privilegiada; mi familia es de las más numerosas e influyentes en este Estado (Coahuila), y ni yo, ni ninguno de los miembros de familia tenemos el menor motivo de queja contra del general Díaz, ni contra sus ministros, ni contra el actual gobernador del Estado, ni siquiera contra las autoridades locales... Los numerosos miembros de mi familia siguen la corriente general por donde van encapuzadas las energías de la nación; dedican sus esfuerzos y su fortuna al desarrollo de la agricultura, la industria, la minería, y gozan de las garantías necesarias para el fomento de sus empresas.¹⁷

¹⁶ MAGÓN, Ricardo Flores. El Zapatismo. *Regeneración*, n. 64, 4ª época, 18 de novembro de 1911, p. 1. Apud.: BAO, Ricardo Melgar. El Zapatismo en el imaginario anarquista norteco. In: _____. *Regeneración, 1911-1917*. Tomo 1. Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2016, p. 24.

¹⁷ MANCISIDOR, José. *Historia de la revolución mexicana*. 20ª edición. México, D.F.: Editores Mexicanos Unidos, 1972. p. 58.

Madero era um típico representante de uma classe dominante mexicana, cujos interesses se chocavam com a elite latifundiária do porfiriato, aliada ao capital estrangeiro. Sua insatisfação com o porfiriato não partia das vivências e dificuldades das camadas populares, mas do impacto do regime ditatorial nos lucros de uma elite mexicana enfraquecida. O programa assinado pelo *Partido Antireeleccionista* buscava apoiadores de amplos setores e propunha, dentre outros pontos, o restabelecimento da Constituição, com o princípio da não reeleição, e o melhoramento – dentro dos termos legais – da condição material e moral dos operários. Surge, assim, a candidatura de Francisco I. Madero, apoiado na imensa insatisfação popular e que ganhava adeptos dos mais diversos agrupamentos sociais. A ditadura porfirista, diante de sua hegemonia ameaçada, formulou uma acusação à Madero de subversão e o mandou prender. Em sua fuga, Madero chegou ao território estadunidense e de lá lançou, no dia 5 de outubro de 1910, o Plano de San Luís Potosí.

O artigo 3º desse plano referia-se ao processo de restituição de terras dos camponeses e indígenas e, ainda que não se aprofundasse quanto aos detalhes de toda a complexidade histórica da questão da terra, foi capaz de conquistar o apoio dos camponeses. Ao redor desse artigo e de todas as dificuldades, humilhações e miséria vivenciadas pelos camponeses indígenas do centro-sul, firmou-se a aliança das comunidades de Morelos, reunidas em torno da figura de Emiliano Zapata, com o movimento pela queda de Porfirio Díaz, protagonizado por Francisco I. Madero. A aliança entre o zapatismo e o maderismo só pode ser compreendida diante dos ataques ao território que deu origem ao zapatismo, da efervescência revolucionária nacional e das promessas contidas no mencionado artigo 3º do Plano de San Luis Potosí. Este último configurou o ponto de apoio do diálogo estabelecido entre maderismo e zapatismo, constituía uma promessa com a qual Madero conseguia o apoio das camadas camponesas no processo que o levaria ao poder, ainda que momentaneamente.

2. Resistência zapatista e a ruptura da aliança com Francisco I. Madero

Os *pueblos* do estado de Morelos e região que deram origem ao zapatismo eram oprimidos pela expansão e modernização do capitalismo em meio ao porfiriato. Instaurada a violência em favor da exploração e da dominação, a resistência se fez inevitável. As tentativas de resposta ao roubo histórico das terras dos camponeses e indígenas contou, por muitas vezes, com a forma jurídica recorrida por parte das

comunidades que se dirigiam aos tribunais em busca da restituição de suas terras. Certamente, essa via nunca se mostrou eficaz.

O *pueblo* de Anenecuilco, pertencente à região central do estado de Morelos, é um dos exemplos de comunidades que recorreram aos tribunais mediante a apresentação de seus títulos de terras. A resistência de Anenecuilco contra a *Hacienda del Hospital* foi narrada por diversos historiadores¹⁸ e parece ilustrar o que, mais tarde, se tornaria uma das bases do zapatismo.

Em abril de 1910, antes dos tempos de chuva, o *pueblo* de Anenecuilco foi proibido, pela *Hacienda del Hospital*, de semear as terras que ainda lhes eram reservadas. Os habitantes de Anenecuilco perderiam, naquele ano, o período propício para realizar as plantações. Na tentativa de dar conta de suas necessidades, o *pueblo* enviou uma carta ao governador de Morelos, Pablo Escandón, expondo sua situação. Escandón era equivalente ao primeiro representante dos latifundiários no estado. Na carta, citada por Adolfo Gilly, o *pueblo* de Anenecuilco afirma:

[...] ocurrimos al Superior Gobierno del Estado, implorando su protección a fin de que, si a bien lo tiene, se sirva concedernos su apoyo para sembrar los expresados terrenos sin temor de ser despojados por los propietarios de la Hacienda del Hospital. Nosotros estamos dispuestos a reconocer al que resulte dueño de dichos terrenos, sea el pueblo de San Miguel Anenecuilco o sea otra persona, pero deseamos sembrar los dichos terrenos para no perjudicarnos, porque la siembra es la que nos da la vida, de ella sacamos nuestro sustento y el de nuestras familias.¹⁹

A carta, sem dúvida, expressa a necessidade e a urgência de uma comunidade que se vê ameaçada pela fome. Em sua retórica, é possível observar a estratégia de alguém que conhece seu interlocutor. Não se reivindica o reconhecimento imediato da legitimidade do *pueblo* perante suas próprias terras e contra a *hacienda* usurpadora, solicita-se apenas o acesso a suas terras para que a plantação seja realizada.

Segundo Adolfo Gilly, diante do contexto de efervescência nacional, Zapata teria estimulado essa tentativa de diálogo com o governador, que, no entanto, não teve nenhum resultado. Havia, ainda, um agravante pelo fato de que a *hacienda del Hospital* tinha arrendado as terras em questão a outro *pueblo*, de Villa de Ayala – em uma estratégia típica cujo objetivo principal era colocar um *pueblo* contra o outro. A narração que se segue conta que, em setembro, ao voltar de um trabalho na cidade, Zapata deparou-se com a repetição da mesma situação no *pueblo* de Anenecuilco e formulou uma outra

¹⁸ Para narrações do episódio em questão, sobre a intervenção de Zapata na resistência do *pueblo* de Anenecuilco contra a *hacienda del Hospital*, ver WOMACK, 2011, p. 63; GILLY, 1971, p. 53; MANCISIDOR, 1972, p. 145.

¹⁹GILLY, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S. A., 1971. p. 53.

proposta de resistência. Seguindo sua proposição, o *pueblo* de Anenecuilco explicou sobre sua situação aos habitantes de Villa de Ayala, que compreenderam e retiraram-se das terras. O *pueblo* de Anenecuilco reunido e munido de armas entrou, então, em suas próprias terras e deu início ao processo de plantação, autorizado apenas por sua própria força coletiva, por sua própria ação direta e protegido por sua força armada comunitária.

O zapatismo como um todo vai muito além da história local de Anenecuilco²⁰, no entanto, observamos no episódio narrado uma ilustração de uma lógica específica que comporá o levante zapatista, no início de 1911, ainda sob a aliança com o maderismo. Para além do protagonismo de Emiliano Zapata, o que chama a atenção na narrativa é a intensidade com que a proposta de ação direta armada reverberava e se sustentava a partir da coletividade e da comunidade. Uma força e uma imposição do *pueblo* irrompia contra o velho regime de *haciendas* e contra a própria forma do capital naquele território. O zapatismo desenvolvia-se, então, a partir de ações coletivas que buscavam saciar as necessidades históricas dos *pueblos*. Substituía-se a via institucional, de solicitação jurídica, e partia-se para o enfrentamento armado. O processo que constitui o zapatismo, portanto, contrastava desde muito cedo com as propostas de Francisco I. Madero, pautadas nos perímetros estabelecidos pela lei e pela ordem.

Suas diferenças, no entanto, possivelmente não estavam totalmente delineadas e especificadas no momento em que o zapatismo consolida sua aliança com Francisco Madero na luta contra o ditador Porfirio Díaz. Seria necessário que fluísse o curso da história para que as contradições daquela aliança se evidenciassem ao movimento.

O levantamento armado dos camponeses do sul foi frisado pelo grito de Villa de Ayala, em março de 1911. Após a leitura do Plano de San Luis Potosí, feita por Pablo Torres Burgo, delegado maderista da revolução no estado de Morelos, o professor Otilio Montaña lançava o lema “*Abajo haciendas. Viva pueblos*”. A luta pela derrubada de uma ditadura de tantos anos abria esperança para a construção de uma nova realidade. Desde o início, moveram-se ações diretas e de caráter simbólico. A abertura da prisão foi seguida

---

²⁰ O historiador Francisco Pineda afirma que parte da história do zapatismo apoia-se em uma interpretação localista e utiliza-se dos episódios de Anenecuilco de maneira a restringir o zapatismo a uma luta pela propriedade privada, apoiada nos títulos de terra. No entanto, “Lo que muestra la historia del zapatismo es la existencia de una articulación mucho más allá de las divisiones administrativas estatales del México imaginario o superpuesto, y la importancia que tuvieron esas relaciones en el enfrentamiento militar, en la victoria sobre el ejército federal de Porfirio Díaz.” PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edición. México, D.F: Ediciones Era, 1997, p. 59 e 61.

pela agitação dos *pueblos* vizinhos ou mais longínquos, que eram chamados a se levantar em armas, a saquear os comércios e a destruir os aparatos telegráficos²¹.

O chefe maderista Pablo Torres Burgos, segundo Francisco Pineda, já se desentendia com chefes locais e divergia das ações diretas populares, já que o delegado se alinhava com a proposta maderista de não romper com a ordem. Em enfrentamento isolado com o Exército Federal, Torres Burgos seria assassinado. E no dia 25 de março de 1910, os rebeldes se automearam Exército Libertador do Sul: “[...] por común acuerdo otorgaron el grado de coronel a los catorce principales jefes de grupo [...] También se acordó, por unanimidad, designar a Emiliano Zapata jefe supremo del Ejército Libertador del Sur. Era la primera medida para estructurar una fuerza en que, dos semanas después del grito de Ayala, sumaba ya ochocientos alzados”²². O historiador analisa que a experiência dos rebeldes modificava a correlação de forças e liberava forças dos oprimidos. Afirma, ainda, que “con el nacimiento del ejército zapatista y los otros ejércitos revolucionarios, se alteraba una de las condiciones centrales del orden: el monopolio de las armas.”²³

O episódio que marca o início do Exército Libertador já apontava para um posicionamento de autonomia em relação ao maderismo, que começava a fracassar em sua tentativa de estabelecer o controle sobre as ações dos rebeldes do sul. As ações diretas e as movimentações militares do exército camponês e indígena seguiam e construíam seus objetivos de maneira a avançar no território a favor dos *pueblos* e contra *haciendas* e o Exército Federal.

No primeiro semestre de 1911, seguiram-se as ações diretas e o avanço do Exército Libertador, que crescia e, portanto, demandava mais suprimentos, armamentos, munições e cavalaria. A decisão de avançar sobre as zonas urbanas partia de uma necessidade de alcançar essas demandas e colocava o zapatismo em contato com o setor de trabalhadores da cidade, o que apontava para uma unidade dos oprimidos contra sua exploração.

Francisco Pineda, tendo em vista os movimentos militares do Exército Libertador, narra a incursão em zonas urbanas até o paradigmático momento em que a cidade de Cuautla, uma das maiores do estado de Morelos, é ocupada pelos zapatistas. Na zona

---

²¹ O episódio do levante inicial na vila de Ayala é narrado cuidadosamente por Francisco Pineda em: PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edición. México, D.F: Ediciones Era, 1997, p. 75-79.

²² Id. Ibid., p. 87.

²³ Id. Ibid., p. 114.

fabril de Metepec e Atlixco, estado de Puebla, os zapatistas angariaram forças dos operários das fábricas têxteis. Esses trabalhadores já possuíam experiências de greves e de repressão em movimento próximo ao Círculo de Obreros Libres, influenciado pelos magonistas. Os zapatistas conseguiam armas, dinheiro e, na situação de enfrentamento, os operários estiveram à frente de ações diretas como o saque das “tiendas de raya”, sistema de comércio que submetia os trabalhadores por meio de endividamentos. No embate contra uma importante empresa do país, alcançava-se a incorporação de operários às fileiras zapatistas.²⁴

No avanço para Cuautla, o Exército Libertador empreendia sabotagens às redes telegráficas e telefônicas e à linhas de trem, fundamental para a parcial desorganização do Exército Federal. Cuautla era defendida por fortes contingentes do exército de Porfirio Díaz, conhecidos como o “quinto de oro” e o “batallón de la muerte”. Os zapatistas, com cerca de quatro mil soldados vindos de Morelos, Guerrero, Puebla e Distrito Federal tiveram um violento enfrentamento até conseguirem expulsar o Exército Federal e a polícia local. No dia 20 de maio, o Exército Libertador ocupava a cidade de Cuautla: “instalaron su cuartel general, establecieron nuevas autoridades y empezaron a organizar a los campesinos para recuperar sus tierras de manos de las haciendas. Iniciaba la Revolución del sur”²⁵. Cinco dias depois, no dia 25 de maio, renunciava Porfirio Díaz, em resposta à intensa pressão popular, incluindo aquela formulada pelos rebeldes do sul.

A ocupação de Cuautla, além de marcar a estratégia militar zapatista em avançar sobre as cidades, representa um ponto de inflexão nas ações dos rebeldes, já que realiza uma demonstração de forças para o inimigo, mas também e principalmente para os próprios rebeldes. Nas palavras de Francisco Pineda, em Cuautla, ocorreu o inusitado, onde “los humildes se hicieron fuertes y los poderosos, débiles”²⁶. O historiador cita o capitão do 2º do Exército Libertador, Serafín Plascencia, que realiza uma síntese do significado da ocupação de Cuautla: “Y, precisamente, Madero decía que había triunfado. No. ¡Triunfamos nosotros! Porque matamos a ese gobierno valiente.”²⁷

---

²⁴ PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edición. México, D.F: Ediciones Era, 1997, p. 129.

²⁵ PINEDA, Francisco. El Plan de Ayala y los saberes de los campesinos revolucionarios. In: PINEDA, Francisco y ZAPATA, Edgar Castro (org.). *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2012, p. 226.

²⁶ Id. ib., p. 222.

²⁷ PINEDA, Francisco. El Plan de Ayala y los saberes de los campesinos revolucionarios. In: PINEDA, Francisco y ZAPATA, Edgar Castro (org.). *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2012, p. 227.

Nas grandes negociações, Madero e Díaz assinavam o *Acuerdo de Ciudad Juárez* que estabelecia uma conciliação entre as duas partes. Estabelecia-se um governo de transição, cujo presidente seria Francisco León de la Barra, ministro de relações exteriores no gabinete do general Díaz. As eleições seriam chamadas ainda naquele ano. A essa altura, o zapatismo já podia interpretar de forma precisa os significados desse acordo e a completa ausência de comprometimento popular por parte de Madero. Afirma o Plano de Ayala:

Francisco I. Madero, por falta de entereza y debilidad suma, no llevó a feliz término la revolución que gloriosamente inició [...] puesto que dejó en pie la mayoría de los poderes gubernativos y elementos corrompidos de opresión del gobierno dictatorial de Porfirio Díaz.²⁸

A partir daquele momento, a principal preocupação não só do presidente interino, mas também de Francisco I. Madero, seria o desarmamento das tropas da revolução. Em coalizão com representantes das elites locais do porfiriato, buscava-se desmobilizar as forças insurgentes. Os camponeses do sul, no entanto, descumprindo as expectativas dos que chegavam ao poder, negaram-se a entregar as armas enquanto não tivessem as terras em suas mãos. Após muitas negociações, os zapatistas, em uma manobra para ganhar tempo, devolveram as armas, mas apenas as que já estavam velhas, com defeitos ou inutilizáveis.

O enfrentamento e a resistência militar do zapatismo seguiam. Segundo Salvador Rueda, desde o começo de junho, o Exército Libertador dominava o corredor regional de Cuautla-Jojutla-Jonacatepec-Tepalcingo²⁹. A concretização da cláusula 3ª do plano de Madero era exigida na prática pelos rebeldes zapatistas. Exigia-se que suas necessidades básicas fossem atendidas imediatamente.

No dia 7 de junho, Emiliano Zapata acompanhava a grande cerimônia montada para a recepção de Madero, na Cidade do México. Womack expõe o diálogo entre os dois, em encontro ocorrido no dia seguinte:

“Lo que a nosotros interesa – dijo Zapata – es que, desde luego, sean devueltas las tierras a los pueblos y que se cumplan las promesas que hizo la revolución”. Madero replicó: “Todo eso se hará; pero en debido orden y dentro de la ley, porque son asuntos delicados que no pueden ni deben resolverse por las autoridades del Estado. Lo que conviene de

²⁸ Plan de Ayala, 25 de novembro de 1911. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19. Exp. 1. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 114.

²⁹ RUEDA, Salvador. Hacia la relectura del Plan de Ayala. In: ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco. *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013. p. 23.

pronto – agregó – es proceder al licenciamiento de las fuerzas revolucionarias, porque habiendo llegado al triunfo ya no hay razón de que sigamos sobre las armas³⁰.

O conteúdo presente na resposta de Madero evidencia a distância entre sua proposta e a realidade do zapatismo. Havia mesmo uma incompatibilidade da lei e da ordem com as necessidades dos camponeses e indígenas do sul.

As diferenças eram evidentes. Diante da conjuntura que levaria à queda de Porfírio Díaz, porém, havia o disfarce da completa incapacidade de uma transformação radical do projeto de Francisco I. Madero. Um discurso de Madero de 1908, citado por Benjamin Maldonado, deixa claro o projeto hierárquico e o desprezo pelos saberes populares presente desde o início no maderismo:

aún en los países muy ilustrados no es el pueblo bajo el que determina quiénes deben llevar las riendas del gobierno. Generalmente, los pueblos democráticos son dirigidos por los jefes de partido... Aquí en México pasará lo mismo, y no será la masa analfabeta la que dirija al país, sino su elemento intelectual³¹

O discurso democrático de Francisco I. Madero, desde antes do momento de maior efervescência revolucionária, continha em si o rebaixamento das camadas populares. Estas, em sua visão, seriam incapazes de realizar qualquer proposição que levasse a nação ao progresso, e deveriam por isso curvar-se às decisões de um líder ilustrado.

Na análise de Adolfo Gilly, o maderismo desde o início tinha como primeira função “contener y evitar el estalido revolucionario popular que todos presentían inminente, haciendo a un lado a Porfirio Díaz y asegurando su sucesión pacífica y burguesa a través de algunas reformas políticas”³². Dessa forma, o discurso revolucionário de Madero serviria às tarefas de controlar as massas e de impor a ordem.

No curso dos acontecimentos, a diferença entre os dois movimentos se tornava cada vez mais evidente para o zapatismo. Não só a diferença, mas também a verdadeira oposição de seus interesses que, ao serem camuflados pelo maderismo, retardavam a radicalidade revolucionária do zapatismo.

No dia 9 de agosto, o governo interino, com o consenso de Madero, enviou a Morelos tropas federais a mando de Victoriano Huerta, um dos principais chefes do

³⁰ WOMACK, John. *Zapata y la Revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011. p. 93.

³¹ MALDONADO, Benjamin. *El indio y lo indio en el anarquismo magonista*. In: _____. *Ante el centenario de la Revolución Mexicana: Magonismo y vida comunal mesoamericana*. 1ª edición, noviembre de 2010. p. 21.

³² GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S. A., 1971. p. 44.

exército de Porfirio Díaz. Huerta faria parte do governo Madero e, no início de 1913, tomaria o poder por meio de um golpe.

Em dois documentos assinados por Zapata, o primeiro dirigido a Madero e o seguinte ao governo de León de La Barra, solicita-se a retirada das tropas federais do estado de Morelos. Dirigindo-se ao governo interino no dia 17 de agosto de 1911, da mesma forma, Zapata solicita:

Señor: La presencia de las fuerzas federales ha venido a trastornar el orden público. El pueblo se indigna cada vez más con su presencia y amago; ruego a usted, en bien de la patria, ordene el retiro de las fuerzas federales [...]. Es justo que se atienda a las demandas equitativas del pueblo. Nosotros representamos la causa de él [...] el pueblo quiere que se le atienda y se le oiga.³³

A solicitação da retirada do Exército Federal ocorre ainda em meio à aliança entre zapatismo e maderismo. Zapata expõe os desejos do povo e reitera que é a coletividade social, e não os desejos individuais, que deve determinar o curso dos acontecimentos. Tratava-se desde já de um apontamento revolucionário sobre a urgência das necessidades de um povo e da autonomia de decisões comunitárias.

No início de novembro, Madero assumia a presidência do país. E, conforme seu objetivo inicial, dava continuidade à política de León de La Barra e tentaria manter a ordem e a lei, a todo custo: “Madero revolucionario pedia lealtad y paciencia, Madero Presidente exigía obediencia sin condiciones.”³⁴ Vinte dias depois de Madero chegar ao poder, os zapatistas lançavam o Plano de Ayala e posicionavam-se contra o chefe de Estado, acusado de trair os princípios da revolução e a vontade do povo. Rompia-se, assim, a aliança do zapatismo com o maderismo.

Em depoimento ao *Diario de Hogar*, transcrito por Womack, Zapata afirmava, no dia 18 de dezembro: “Yo he sido el más fiel partidario del señor Madero; le he dado pruebas infinitas de ello; pero ya en estos momentos he dejado de serlo. Madero me ha traicionado, así como a mi ejército, al pueblo de Morelos y a la Nación entera. [...] ya nadie tiene confianza en él por haber violado todas sus promesas.”³⁵

A ruptura da aliança ocorre em torno do que o próprio Zapata denomina de traição. A análise historiográfica deixa claro, no entanto, que a cláusula 3ª, que conquistava o

³³ ZAPATA, Emiliano. *A Francisco Leon de la Barra*, 17 de agosto de 1911. In: ESCAMILLA, Ramón Martínez. Emiliano Zapata: escritos y documentos. Editores Mexicanos Unidos, S. A., 1978, p. 65.

³⁴ RUEDA, Salvador. Hacia la relectura del Plan de Ayala. In: ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco. *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013. p. 27.

³⁵ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011. p. 124.

apoio dos camponeses do sul, sempre foi mera estratégia para obter uma base popular em seus objetivos antipopulares. No contexto em que se localizavam os zapatistas, foi preciso que a experiência de uma aliança confiante em forças externas às necessidades do movimento revelasse, aos poucos, seu fracasso. Uma vez evidente que a função que cumpria Madero era conservadora, o que era obscuro no início tornava-se evidente: os próprios *pueblos* tinham que fazer sua própria revolução.

O que é chamado pelo zapatismo de traição de Madero, desta forma, é a revelação de uma condição conservadora que estava presente desde o início. É também a marca da ruptura do zapatismo em relação à tática pautada na conciliação, na lei e na ordem e, sobretudo, o reconhecimento definitivo de que as transformações radicais não viriam de forças externas. A traição de Madero e a ruptura da aliança pelo zapatismo trouxe ao movimento camponês um aprendizado fundamental e consolidou-se em um salto qualitativo da luta dos camponeses do sul. A partir desse momento, o zapatismo reforçaria sua autonomia que já estava presente em suas ações práticas.

A aprendizagem do zapatismo significava uma grave ameaça à estabilidade do governo. Tal aprendizagem seria defendida com armas em mãos, as mesmas que foram negadas pelo movimento ao governo, que solicitava sua devolução. Tratava-se de um ato de enfrentamento e autoafirmação que se contrapunha a qualquer monopólio das armas. Como consequência, o Exército Libertador e suas comunidades enfrentaram o aumento da violência empreendida pelo governo Madero contra o zapatismo. A “guerra suja”, ou a “guerra de extermínio”, como denomina Francisco Pineda, direcionada não só contra o Exército Libertador, mas também contra a população das comunidades, contou com ações violentas durante o governo Madero e que se repetiriam nos governos de Victoriano Huerta e de Venustiano Carranza. Eram empreendidas ações cruéis como queima de *pueblos* e de plantações, saques e outras violências que visavam o extermínio dos camponeses e indígenas.

Em nome da ordem, da civilização e do progresso, o Exército Federal levantava-se na mais intensa violência contra aqueles que eram acusados de serem bandidos atrasados na história e no tempo. Tal violência era fundada em um racismo contra os indígenas: “el calificativo ‘indios’ sintetizaba valores negativos: desde hacia más de un siglo referia a hombres que no pedían nada inteligente ni civilizado”³⁶. Desta maneira, a

---

³⁶ RUEDA, Salvador. Hacia la relectura del Plan de Ayala. In: ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco. *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013. p. 21.

ação violenta do governo era justificada e propagandeada por meio do rebaixamento da capacidade indígena em promover a civilização e pela demonização da figura do indígena como um perigo para os passos do desenvolvimento do México.

El racismo es un pilar fundamental del capitalismo histórico que opera como ideología; que justifica la jerarquización de la fuerza de trabajo, al afirmar que los que están económica y políticamente oprimidos son cultural y racialmente “inferiores”. El racismo de la colonización se acelera bajo el moderno cambio tecnológico de los monopolios y el nuevo reparto del mundo.³⁷

A aceleração de um processo iniciado na colonização analisada por Francisco Pineda é combinada com o aumento de resistência e de organização por parte dos de baixo. A luta pela terra, no zapatismo, é constituída por uma proposição de relações econômicas, sociais e culturais. A violência e a repressão por parte dos poderosos promovia a resistência e a intensificação das relações comunitárias.

A medida que la represión se tornó más violenta y sanguinaria, la rebelión creció, se extendió y enraizó, haciendo más fuertes los vínculos entre los rebeldes y la población civil, gran parte de la cual engrosó las filas de los zapatistas.³⁸

No processo de resistência e de luta realizado pelo Exército Libertador, fluíam as aspirações das comunidades por terra e por autonomia e estreitavam-se os laços de solidariedade e de confiança, que resistiam a um inimigo comum. A insurreição zapatista enfrentava as autoridades centrais e, por meio de uma luta pautada em decisões próprias, tornava toda autoridade sinônimo de ineficácia.

A consolidação do rompimento do zapatismo com Madero se deu com o estabelecimento do Plano d Ayala. O documento central do zapatismo, para além de marcar seu posicionamento frente a Francisco I. Madero, refletia a prática revolucionária já em curso e oferecia as linhas de apoio para as ações do *pueblos* e do Exército Libertador que se seguiriam. As decisões próprias e a autonomia do zapatismo podem ser melhor compreendidas em uma análise do Plano de Ayala em sua forma e em seu conteúdo.

3. Plano de Ayala: a expressão de uma revolução em curso

A partir do rompimento com Madero e da formulação do Plano de Ayala, o zapatismo seguiu seus passos, apoiados em sua experiência concreta e nas decisões dos

³⁷ PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edición. México, D.F: Ediciones Era, 1997. p. 50.

³⁸ ESPÍNOSA, Felipe A. Ávila. *Los orígenes del zapatismo*. El colegio de México. México, D. F.: Universidad Autónoma de México, 2010. p. 307.

pueblos, determinantes do curso de sua própria história. Em documento escrito pelo movimento em outubro de 1915, afirma-se:

[...] en el Plan de Ayala se encuentran condensados los anhelos del pueblo levantado en armas, especialmente en lo relativo a las reivindicaciones agrarias [...] es un deber de las Autoridades Revolucionarias acatar esa voluntad popular [...].³⁹

O processo de transformação social para o zapatismo, ao contrário da lógica estabelecida pelo *maderismo*, coloca os desejos e aspirações do povo levantado em armas como fonte das táticas e estratégias para a transformação econômica, política e social. Na Ata de Ratificação do Plano de Ayala, assinada em julho de 1914, afirma-se:

[...] la única bandera honrada de la Revolución ha sido y sigue siendo la del Plan de Ayala [...], pues, sólo aquel Plan consigna principios, condensa con claridad los anhelos populares y traduce en fórmulas precisas las necesidades económicas y materiales del pueblo mexicano, para lo cual huye de toda vaguedad engañosa, de toda reticencia culpable y de esa clase de escarceos propios de los políticos profesionales, hábiles siempre para seducir a las muchedumbres con grandes palabras vacías de todo sentido, y de tal modo elásticas que jamás comprometen a nada y siempre permiten el ser eludidas.⁴⁰

O Plano de Ayala é posto, assim, em contraposição às promessas vagas de políticos chamados de profissionais e formula seus princípios a partir das necessidades do povo. Há uma inversão de vetores na qual não é um núcleo de políticos que realiza definições em nome do povo, mas, ao contrário, os passos das mudanças são formulados de baixo para cima. Isto é, da materialidade vivida pelo povo para as instâncias de representação que ocupam as autoridades.

Todas as ações vividas pelo movimento insurgente no ano de 1911 integraram o percurso de formação de seu posicionamento, que seria registrado no Plano de Ayala. Francisco Pineda aponta que:

[...] es preciso considerar la insurgencia revolucionaria que le dio sustento al Plan de Ayala. Desde marzo de 1911, el alzamiento zapatista se volvió multitudinário y las acciones directas, para apertrecharse, eran frecuentes por todos los rumbos. Los archivos municipales se incendiaban, las cárceles eran abiertas y azotados los caciques. Donde quiera se formaba la bola y en Jojutla, Tlaquiltenango, Axochiapan, Tepalcingo, Ayala,

³⁹ Ley Agraria. 26 de outubro de 1915. In: ESCAMILLA, Ramón Martínez. Escritos de Emiliano Zapata, México: Editores Mexicanos Unidos, S.A., p. 245.

⁴⁰ ZAPATA, Eufemio et al. *Acta de ratificación del Plan de Ayala*, 19 de junho de 1914. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, Exp. 6, f. 16. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 214.

Jonacatepec, Atlixco, Metepec, Izúcar, Chietrla y Chiautla, la multitud coreaba embravecida: “¡Muera el Supremo Gobierno!”⁴¹

Somavam-se às ações diretas de ocupações de terra outras ações igualmente radicais, como a libertação dos presos. A revolta era contra a ordem de *haciendas*, contra seu poder político e econômico que perdurava na história. Significava também a união dos *pueblos* em torno de uma luta e de uma estratégia independente⁴², a partir da ruptura com o maderismo.

Em 25 de novembro de 1911, o Plano de Ayala foi lançado. Em entrevista dada à pesquisadora Laura Espejel⁴³, em 1977, Macedonio García Ocampo, um tenente zapatista, deixava sua lembrança sobre o dia em que o Plano de Ayala foi promulgado: “Luego que terminó el Plan de Ayala y el juramento, nos dijo a nosotros el general Zapata: ‘Váyanse por su pueblo, ya no estén aquí, váyanse y por allá van a hacer revolución con el compadre, con el amigo, con los que quieran, pero lo que quiero que se haga el movimiento por allá’”⁴⁴. Com sua proclamação, o Plano de Ayala seria um documento presente na continuidade das ações contra as *haciendas* e a favor dos *pueblos*.

Seu conteúdo foi difundido entre toda a população do território zapatista. Com armas em mãos, os *pueblos* passavam a respaldar suas ações em um plano, que se formulava como um denominador comum de uma luta já em curso. No plano nacional, o zapatismo procurou divulgar suas determinações a fim de que se estendessem para além de seu território original⁴⁵.

Assim, a importância do Plano de Ayala possui incidência no cotidiano das comunidades, na organização da luta do Ejército Libertador e na propagação que o zapatismo realizou de sua proposta revolucionária para forças externas. Embora o

---

⁴¹ PINEDA, Francisco. El Plan de Ayala y los saberes de los campesinos revolucionarios. In: PINEDA, Francisco y ZAPATA, Edgar Castro (org.) *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2012, p. 219.

⁴² Id. *ibid.* p. 213.

⁴³ Laura Espejel, Salvador Rueda, Alicia Olivera, dentre outros historiadores, realizaram, na década de 1970 e 1980 uma série de entrevistas com veteranos do zapatismo. As entrevistas compõem a história oral do zapatismo e estão reunidas no *Archivo de la Palabra* na Escola Nacional de Antropología e Historia.

⁴⁴ ESPEJEL, Laura. Defender el Plan de Ayala: Teniente Macedonio García Ocampo. In: ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco. *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013, p. 74.

⁴⁵ A propaganda por meio do Plano de Ayala chegou a superar as fronteiras mexicanas. Em fevereiro de 1918, o general Jenaro Amezcua encontrava-se em Cuba por conta de tarefas internacionais do Ejército Libertador. Emiliano Zapata, em carta escrita a Amezcua neste momento, solicitava a divulgação do Plano de Ayala nos centros operários e a disseminação da necessidade da unidade entre cidade e campo. Zapata afirmava, ainda, que “la emancipación del obrero no puede lograrse si no se realiza a la vez la liberación del campesino”. Emiliano Zapata. Carta a Genaro Amezcua. 14 de fevereiro de 1918. Morelos. In: ESCAMILLA, Ramón Martínez. *Emiliano Zapata: escritos y documentos*. Editores Mexicanos Unidos, S. A., 1978, p. 380.

documento não representasse a integralidade do movimento revolucionário do centro-sul, significava um primeiro e importante registro de suas principais demandas.

O documento segue a tradição da escrita de planos difundida no país desde um século antes: “A la luz del permanente descontento, numerosos grupos generaron planes que barajaron propuestas de cambio, en su mayoría radical y con perspectiva perdurable”⁴⁶. O texto se inicia com palavras de ordem que se juntam na forma de um manifesto. Em seguida, pontuam-se 15 artigos com orientações específicas sobre a estratégia de luta dos camponeses do sul, que significam seu grito de autonomia.

O Plano Libertador dos filhos do Estado de Morelos, nas palavras usadas no documento, é uma resistência à tirania opressora e às ditaduras impostas. O primeiro artigo consiste em uma contextualização histórica da ruptura da aliança com Francisco I. Madero. Sublinha-se a incapacidade do líder do movimento que negociou a queda de Porfirio Díaz em governar a nação e a favor do povo:

[...] el pueblo mexicano acaudillado por don Francisco I. Madero, fue a derramar su sangre para reconquistar libertades y reivindicar sus derechos conculcados, y no para que un hombre se adueñara del poder.⁴⁷

O zapatismo, assim, declarava sua autonomia e seu objetivo de derrocar os governos ditatoriais. Diante da continuidade da ditadura de Díaz por Madero, o movimento do sul posicionava-se em resistência e a favor de suas liberdades.

A contextualização dos acontecimentos do ano de 1911, estabelecida no primeiro artigo do plano, seria atualizada no decorrer das disputas que sucederam esse momento. Em 30 de maio de 1913, por exemplo, eram assinadas as reformas do Plano de Ayala⁴⁸, que atualizavam a resistência zapatista contra o novo “usurpador do poder público”, o general Victoriano Huerta⁴⁹. Assim, qualquer que fosse o dono do poder, o Plano de Ayala

---

⁴⁶ ZAMUDIO, Carlos Barreto. Para que fuera nuestra bandera: el Plan de Ayala y el camino histórico de los planes político-revolucionarios em Morelos. In: ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco. *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013, p. 116.

⁴⁷ Emiliano Zapata e JUNTA REVOLUCIONÁRIA, *Plano de Ayala*, 25 de novembro de 1911. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, exp. 1. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 114.

⁴⁸ ZAPATA, Emiliano et al. *Reformas al Plan de Ayala*. Morelos. 30 de maio de 1913. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 133.

⁴⁹ Victoriano Huerta, comandante das tropas federais de Madero, traiu este último e aliou-se às forças remanescentes do porfiriato. Em fevereiro de 1913, Huerta protagonizou um golpe, que derrubou Madero, posteriormente, preso e assassinado. Huerta assumiu o poder central até ser derrubado, em julho de 1914.

seguia manifestando os passos de resistência zapatista, com os princípios que se defendia “hasta vencer o morir”⁵⁰.

No documento destacam-se os artigos que sugerem as transformações em torno da questão da terra. Em seu conjunto, revelam o combate ao sistema de *haciendas* e ao monopólio da terra. Afirma o artigo 6º:

Los terrenos, montes y aguas que hayan usurpado los hacendados, científicos o caciques a la sombra de la justicia venal, entrarán en posesión de esos bienes inmuebles desde luego, los pueblos o ciudadanos que tengan sus títulos, correspondientes a esas propiedades, de las cuales han sido despojados por la mala fe de nuestros opresores, manteniendo a todo trance con las armas en la mano la mencionada posesión, y los usurpadores que se consideren con derecho a ellos lo deducirán ante los tribunales especiales que se establezcan al triunfo de la revolución.⁵¹

Neste artigo, expõe-se o processo de restituição das terras comunitárias que foram roubadas pelas *haciendas*, ainda antes do porfiriato. Com base nele, as comunidades poderiam ter acesso a suas terras “desde luego”. Para Adolfo Gilly, o caráter revolucionário do plano e que transcende os marcos jurídicos burgueses concentra-se neste imediatismo com que as comunidades tomariam novamente suas terras, defendendo-as com armas em mãos⁵². Além disso, os *hacendados* eram considerados usurpadores já de início e, se acaso quisessem questionar a definição, teriam que recorrer aos tribunais emanados da revolução. A determinação é contrastante com parte da histórica luta das comunidades agrárias que tiveram que se humilhar diante dos tribunais na esperança de obter de volta suas terras, sem nunca triunfar por essa via.

O artigo 6º realiza, desta forma, uma espécie de acerto de contas histórico. Tratava-se de reverter a injustiça promovida pelas *haciendas* apoiadas pelo Estado, no violento roubo das terras comunitárias, ao longo dos anos. Os espaços comunitários de produção e de vida perdidos ao longo do ataque da produção do açúcar e de sua modernização tecnológica eram, assim, restituídos aos antigos *pueblos*, apoiados no artigo 6º do Plano de Ayala.

---

⁵⁰ ZAPATA, Emiliano e JUNTA REVOLUCIONÁRIA. *Plano de Ayala*, 25 de novembro de 1911. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, exp. 1. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 116.

⁵¹ ZAPATA, Emiliano e JUNTA REVOLUCIONÁRIA. Artigo 6º do Plano de Ayala, op. cit. p. 116.

⁵² GILLY, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S.A., 1971. p. 64.

O conteúdo desse artigo determinava uma das vias possíveis para as comunidades obterem suas terras. O plano determina, ainda, outras formas de restituição de território aos habitantes dos *pueblos*. O artigo 7º afirma:

En virtud de que la inmensa mayoría de los pueblos y ciudadanos mexicanos no son más dueños que del terreno que pisan, sufriendo los horrores de la miseria sin poder mejorar en nada su condición social ni poder dedicarse a la industria o a la agricultura, por estar monopolizadas en unas cuantas manos las tierras, montes y aguas; por esta causa se expropiarán previa indemnización, de la tercera parte de esos monopolios a los poderosos propietarios de ellos, a fin de que los pueblos y ciudadanos de México, obtengan ejidos, colonias, fundos legales para pueblos o campos de sembradura o de labor y se mejore en todo y para todo la falta de prosperidad y bienestar de los mexicanos.⁵³

Ficava determinada a expropriação das terras, montes e águas concentradas nas mãos dos poderosos proprietários. Considerava-se também o conjunto de terras cujos títulos fossem ausentes ou inexistentes. No entanto, o artigo estabelecia que esse tipo de expropriação seria realizado em apenas um terço das terras monopolizadas pelas *haciendas*.

Sobre esta limitação, Arturo Warman, em uma análise da perspectiva prática do zapatismo, afirma que no território de Morelos “se procedió a la expropiación de la totalidad del territorio de propiedad privada [...] Los hacendados, como beligerantes frente al zapatismo, habían abandonado sus propiedades y éstas fueron objeto de reparto en su totalidad [...] nunca se planteó expropiar sólo una tercera parte, como enunciaba el Plan de Ayala [...]”⁵⁴.

A análise de Warman coincide com a observação de que o Plano de Ayala refletia a prática do zapatismo. Isto é, não era o plano que determinava e ordenava exclusivamente os detalhes do processo revolucionário, ainda que o diálogo das duas partes fosse estreito. Desta maneira, em Morelos e nos territórios do zapatismo, o processo de expropriação da terra aconteceu com ainda mais radicalidade do que era estabelecido pelo plano. Na sequência, dentre os artigos mais fundamentais que compõem o Plano de Ayala, o artigo 8º estabelece uma medida igualmente radical:

---

⁵³ ZAPATA, Emiliano e JUNTA REVOLUCIONARIA. Artigo 7º do Plano de Ayala, *Plano de Ayala*, 25 de novembro de 1911. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, exp. 1. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 116.

⁵⁴ WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friedrich (org.) *Revuelta, rebelión y revolución*. México: Ediciones Era, 2004, p. 302.

Los hacendados, científicos, o caciques que se opongan directa o indirectamente al presente plan, se nacionalizarán sus bienes y las dos terceras partes que a ellos les correspondan, se destinarán para indemnizaciones de guerra, pensiones de viudas y huérfanos de las víctimas que sucumban en la lucha del presente plan.⁵⁵

A nacionalização dos bens dos “inimigos da revolução” significa uma ação direta contra o monopólio da terra e contra as forças dominantes. No *Manifiesto al pueblo mexicano* de agosto de 1914, Zapata retoma os fundamentos dessa nacionalização:

En apoyo de esta confiscación, milita la circunstancia de que la mayor parte, por no decir la totalidad, de los predios que habrá que nacionalizarse, representan intereses improvisados a la sombra de la dictadura porfirista, con grave lesión de los derechos de una infinidad de indígenas, de pequeños propietarios, de víctimas de toda especie, sacrificadas brutalmente en aras de la ambición de los poderosos.⁵⁶

Assim, tomar os bens dos opositores do zapatismo representa um elemento fundante da ação direta do movimento contra aqueles que lhes causavam dano. Avançava-se contra a classe que representava o desenvolvimento capitalista nos territórios mesoamericanos do sul.

Adolfo Gilly⁵⁷, em sua análise sobre o Plano de Ayala, aponta que nele há um eixo que avança no sentido da destruição das bases de existência do capitalismo no território zapatista. Além disso, a nacionalização dos bens soma-se a outro princípio fundamental, o de que “son las masas mismas quienes deciden, armas en mano; que no deben esperar el triunfo de la revolución y las leyes que se dicten, sino que ellas mismas, por su propia iniciativa, deben tomar sin tardanza las tierras, cultivarlas y defenderlas.”⁵⁸

Assim, o princípio revolucionário contido no plano trata da autonomia das comunidades para a ocupação imediata de suas terras, respaldada por suas próprias forças

⁵⁵ ZAPATA, Emiliano e JUNTA REVOLUCIONARIA. *Plano de Ayala*, 25 de novembro de 1911. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, exp. 1. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 116.

⁵⁶ El general en jefe del Ejército Libertador, Emiliano Zapata. *Manifiesto al pueblo mexicano*. Milpa Alta, Distrito Federal, agosto de 1914. AGN, Fondo Jenaro Amezcua, Caixa única. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988. p. 226.

⁵⁷ Ao mesmo tempo que esse historiador realiza essa importante análise, no seguimento de seu trabalho sobre o zapatismo, lança mão de uma perspectiva que centraliza o processo de transformação anticapitalista no movimento operário socialista. Sua análise localiza-se no interior do grupo de historiadores que aponta os limites do campesinato em sua condição de possibilitar por si mesmo um processo revolucionário. Tal perspectiva, como já mencionamos, é problematizada pelos historiadores mais recentes do zapatismo e considerada superada, posicionamento com o qual estamos de acordo. De toda forma, a análise exposta por esse autor sobre o Plano de Ayala nos parece aprofundada e importante.

⁵⁸ GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S.A, 1971. p. 65.

e armas. O Plano de Ayala vinha, dessa forma, para reafirmar a legitimidade das ações revolucionárias das comunidades.

Também no sentido de reafirmar a perspectiva autônoma, o artigo 12º expõe um princípio organizativo descentralizado.

12º Una vez triunfante la revolución que llevamos a la vía de la realidad una Junta de los principales jefes revolucionarios de los diferentes estados, nombrará o designará un presidente interino de la República, que convocará a elecciones para la organización de los poderes federales.⁵⁹

A diretriz escapa do imediatismo habitual dos outros artigos, mas faz referência, de maneira decisiva, à questão da organização do poder. Na análise realizada por Francisco Pineda, o artigo 12 revela um princípio de mando coletivo e federado, contido na proposta do zapatismo. Na visão do historiador, o Plano de Ayala não deixava margem para a tradicional ideia de que o poder seria tomado pelo chefe que tivesse mais força militar⁶⁰. O procedimento proposto era baseado na escolha de um presidente provisório por uma junta revolucionária e na organização de eleições para os poderes federais.

O reforço da autonomia das comunidades no processo de restituição de terra exposto no Plano de Ayala e também a proposta de que as autoridades fossem eleitas em uma dimensão federal são determinantes para a compreensão do mecanismo implícito no próprio plano. Francisco Pineda aponta também que o zapatismo esteve consciente de que não se poderia “imponer el criterio propio por encima de todos los pueblos que integraban la nación”⁶¹. O historiador cita, ainda, uma formulação de Emiliano Zapata, assinada em 1918, que expunha uma perspectiva coletiva e comunitária aos revolucionários:

Los surianos sabemos perfectamente que en cada región del país se hacen sentir necesidades especiales y que para cada una hay y debe haber soluciones adaptables a las condiciones peculiares del medio. Por eso no intentamos el absurdo de imponer un criterio fijo y uniforme, sino que, al pretender la mejoría de condición para el indio y para el proletario, aspiración suprema de la Revolución, queremos que los jefes que representan los diversos estados o comarcas de la República se hagan intérpretes de los deseos, de las aspiraciones y de las necesidades del grupo de habitantes respectivo.⁶²

⁵⁹ ZAPATA, Emiliano e JUNTA REVOLUCIONARIA. Artigo 12º do Plano de Ayala, *Plano de Ayala*, 25 de novembro de 1911. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, exp. 1. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 117.

⁶⁰ PINEDA, Francisco. El Plan de Ayala y los saberes de los campesinos revolucionarios. In: ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco. *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013, p. 218.

⁶¹ PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013, p. 53.

⁶² General Emiliano Zapata, “A los revolucionarios de la República”, Taltizapán, Morelos, 15 de março de 1918, AGN, Fondo Jenaro Amezcua, Caixa única. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 426.

A ideia de que cada região, com suas especificidades, deva ter autonomia para realizar as decisões a partir de suas necessidades é reconhecida também no Plano de Ayala. A autonomia dada aos *pueblos* em suas linhas estende-se a outros contextos em que as ações diretas devem ser garantidas antes mesmo do que qualquer institucionalidade. A orientação básica contida na forma do Plano de Ayala, portanto, é a de que os desejos e as necessidades dos habitantes de cada espaço sejam a base para as ações e processos de transformação.

Assim, a proposição de autonomia dos *pueblos* está presente nos vários pontos do Plano de Ayala. Os habitantes de um território, a partir de questões próprias, deveriam agir e decidir sobre os rumos das transformações de sua realidade sem recorrer à justiça tradicional. O processo revolucionário, realizado no território do zapatismo, servia de base também para além de seu próprio território, tendo em vista as especificidades de cada região e de cada contexto. Escala local e nacional, assim, são pensadas a partir de um princípio federalista.

O processo de construção do Plano de Ayala pautado pelo levante camponês de Morelos apoiava-se na destruição da estrutura de exploração em um território e na criação de novas relações sociais a partir da terra. Salvador Rueda destaca ainda um outro elemento importante para compreendermos o conteúdo do Plano de Ayala que, em parte, contrasta com sua forma disposta em artigos e imperativos:

[...] el Plan de Ayala fue entendido por los pueblos campesinos en otro sentido, más valorativo que normativo. Su contenido agrario se basó en la concepción de los pueblos y comunidades campesinas como ‘entes geográficos vivos’, es decir, como la conjunción, en una sola unidad, de los espacios vitales con los hombres, y no en la idea rousseauniana de pueblo como voluntad general [...] ⁶³

Nesse sentido, Rueda ressalta que o significado do Plano de Ayala para os camponeses está na defesa de seus valores comunitários. No decorrer de uma construção mútua entre comunidades e Exército Libertador, o “sentido valorativo” ganha concretude e determina os passos de uma prática revolucionária. O significado do Plano de Ayala para as comunidades, portanto, não se reduzia à determinação e à normatização dos passos do cotidiano revolucionário. Seu fundamento estava no fortalecimento e na

---

⁶³ RUEDA, Salvador e LLOYD, Jane Dale. El discurso legal campesino y el orden político revolucionario. El caso zapatista. *Revista Historias* 8-9. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, INAH, Enero-junio, 1985. p. 53.

potencialização das relações de unidade revolucionária e comunitária, em conjunto com a criação de novas relações de resistência e de experiência coletiva.

4. Contra a lei e a ordem, a persistência de um posicionamento autônomo

O caminho percorrido pelo zapatismo a partir de sua ruptura com o maderismo, marcada pelo lançamento do Plano de Ayala, encontrou uma autenticidade em meio aos embates da chamada revolução mexicana. A afirmação da autonomia dos *pueblos* e dos trabalhadores na condução dos enfrentamentos revolucionários, a partir de suas necessidades, tornou-se uma recusa combativa às proposições realizadas por todas as outras forças que se afirmaram com base em uma externalidade. Tais forças proclamavam a possibilidade de uma transformação realizada de fora para dentro, de cima para baixo, do Estado, tomado por um grupo de políticos, para os *pueblos*. Na interpretação zapatista, no entanto, os agrupamentos que buscaram e tomaram o poder na revolução mexicana se afastaram dos anseios populares para realizar a manutenção do próprio poder e, sobretudo, da lei e da ordem dominantes.

O posicionamento do zapatismo em relação ao poder é exposto de forma direta na ratificação do Plano de Ayala, assinada em julho de 1914:

La Revolución debe proclamar altamente que sus propósitos son en favor, no de un pequeño grupo de políticos ansiosos de poder, sino en beneficio de la gran masa de los oprimidos, y que, por lo tanto, se opone y se opondrá siempre a la infame pretensión de reducirlo todo a un simple cambio en el personal de los gobernantes, del que ninguna ventaja sólida, ninguna mejoría positiva, ningún aumento de bienestar ha resultado ni resultará nunca a la inmensa multitud de los que sufren.⁶⁴

Na visão do movimento, a transformação econômica em favor dos oprimidos distingue-se de uma simples mudança de um grupo de pessoas no poder. A lógica contida na premissa de que se deve tomar o poder para só então transformar a sociedade em benefício do povo não integrou o funcionamento do zapatismo. Dessa forma, o movimento camponês e indígena do sul não cederia à disputa pelo poder que se estabeleceu ao longo da segunda década do século XX. O zapatismo, portanto, consistia em um permanente empecilho para a estabilidade almejada por todas as forças que buscaram o poder central e chegaram nele.

---

⁶⁴ ZAPATA, Eufemio et al. *Acta de ratificación del Plan de Ayala*. San Pablo Oxtotepec, 19 de julho de 1914. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata, Antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 214.

Em fevereiro de 1913, o governo Madero, frágil diante das forças insurretas que não se submeteram a sua ordem e, paralelamente, incapaz de satisfazer as elites conservadoras, é traído por uma ala mais conservadora do Exército Federal. O golpe foi protagonizado pelo general Victoriano Huerta, o mesmo general que comandou violentos enfrentamentos e massacres de insurreições indígenas no período final do porfiriato. Tais incursões tiveram prosseguimento no governo Madero, que concedeu a Victoriano Huerta a nomeação de comandante das tropas federais. Francisco I. Madero foi traído, assim, por um membro remanescente do porfiriato que ele mesmo havia nomeado em seu governo. Huerta tomou o poder à força e Francisco I. Madero foi preso e, em seguida, assassinado.

Ciente do conservadorismo e retrocesso que Huerta representava, o zapatismo posicionou-se militar e politicamente contra o regime ditatorial. O combate à Huerta, no entanto, realizou-se sem fazer coro com as forças remanescentes do maderismo. Em outubro de 1913, no *Manifiesto a la Nación*, o movimento afirma seu posicionamento antieleitoral:

Puede haber elecciones cuántas veces se quiera, pueden asaltar, como Huerta, otros hombres la silla presidencial, valiéndose de la fuerza armada o de la farsa electoral, y el pueblo mexicano puede también tener la seguridad de que no arriaremos nuestra bandera ni cejaremos un instante en la lucha, hasta que, victoriosos, podamos garantizar con nuestra propia cabeza el advenimiento de una era de paz que tenga por base la Justicia y como consecuencia la libertad económica [...] no luchamos contra Huerta únicamente, sino contra todos los gobernantes y conservadores enemigos de la hueste reformista.⁶⁵

Contra a perspectiva que vê na cadeira presidencial um objetivo último, propunha-se a construção de uma nova realidade a partir das propostas do próprio povo – a partir de “nuestra propia cabeza”. A clareza de que Huerta não era o único inimigo a ser combatido significava a proposta de uma nova maneira de se construir uma realidade, na qual o poder não era definitivamente a primeira pauta.

No interior da lógica contida no zapatismo, nem o processo eleitoral, nem o poder em si seriam capazes de garantir que as condições materiais se transformassem em favor dos de baixo. As necessidades mais básicas dos *pueblos* são sempre, desta forma, a base do processo revolucionário zapatista:

El campesino tenía hambre, padecía de miseria, sufría explotación, y si se levantó en armas fue para obtener el pan que la avaricia del rico le negaba; para adueñarse de la tierra que el hacendado, egoísticamente guardaba para sí; para reivindicar su dignidad, que el

---

⁶⁵ ZAPATA, Emiliano. *Manifiesto a la nación*, 20 de outubro de 1913. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata, Antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 155.

negrero atropellaba inicuaamente todos los días. Se lanzó a la revuelta no para conquistar ilusorios derechos políticos que no dan de comer, sino para procurar el pedazo de tierra que ha de proporcionarle alimento y libertad, un hogar dichoso y un porvenir de independencia y engrandecimiento.⁶⁶

Alimento e liberdade figuram como os objetivos maiores da luta empreendida pelo Exército Libertador e seus *pueblos*. As condições materiais de precariedade do cotidiano das comunidades expulsas de suas terras, a fome, a exploração do dia a dia e a miséria, contrastada com a concentração de riqueza nas mãos dos *hacendados* constituíam, assim, as linhas da agitação e da legitimidade do zapatismo diante das comunidades unidas a suas fileiras. A necessidade de se retomar as terras roubadas pelo sistema de *haciendas* e de que se produzissem os alimentos era posta em primeiro plano e tomava a vez da luta direcionada ao poder central, pautada em direitos que não chegavam à realidade concreta. Desta forma é possível falar de independência e construção de um porvir autônomo construído pelos próprios *pueblos*.

Diante da radicalidade do posicionamento zapatista, o huertismo deu prosseguimento à guerra de extermínio contra o movimento do sul, guerra essa iniciada pelo maderismo e aprimorada em sua violência sanguinária, no contexto que sucedeu à derrubada de Madero.

O zapatismo resistia e avançava contra o regime autoritário de Victoriano Huerta. No processo que levaria a queda do huertismo, outras forças também avançaram e enfrentaram a ditadura. No entanto, nenhuma delas esteve alinhada com os ideais e com a prática do zapatismo. A exceção era o magonismo, que tinha seus principais integrantes, incluindo Ricardo Flores Magón, presos durante a maior parte do tempo em que se transcorria as disputas e enfrentamentos.

O movimento constitucionalista, proclamado contra Victoriano Huerta, foi liderado em torno do esvaziado Plano de Guadalupe, lançado por Venustiano Carranza. Carranza promoveu um enfrentamento que sempre visou a ocupação do poder central e o controle e abafamento dos processos insurrecionais. Além disso, os constitucionalistas estiveram em permanente negociação com os Estados Unidos até que tivessem seu líder reconhecido como chefe do poder central, em outubro de 1915, pelos estadunidenses. Apoiado também pelo militar Álvaro Obregón, futuro ministro de guerra de Carranza, o constitucionalismo representava uma continuidade das concepções empreendidas por Francisco I. Madero. Traçavam seus planos visando a estabilidade do país com base no

---

⁶⁶ ZAPATA, Emiliano. Al pueblo mexicano. Agosto de 1914. In: *Antologia*, 1988, p. 226.

reconhecimento de seu poder pelos Estados Unidos. O constitucionalismo baseava-se na lei, na ordem e na institucionalidade do poder central.

Antes e, sobretudo, depois da queda de Victoriano Huerta em julho de 1914, e a fim de controlar a insurreição do sul, representantes de Carranza foram enviados a Morelos na tentativa de cooptar as forças zapatistas⁶⁷. Womack fornece as imagens da chegada da comissão carrancista em Morelos, na tentativa de negociação:

Cuando los carrancistas llegaron a Cuernavaca para conversar, les sorprendió tanto lo que vieron que inmediatamente se advirtió cuán escasas eran las posibilidades de un entendimiento. [...] Cuernavaca se había convertido en una ciudad de la que se había apoderado la gente del común del campo de Morelos, que la había convertido en su campamento y se había apropiado de ella. [...] Para su incomodidad, los constitucionalistas no acertaban a distinguir quién era jefe y quién no lo era [...] los dirigentes zapatistas vestían como sus partidarios, con los huaraches y el calzón blanco de trabajo que todos los agricultores de Morelos vestían. Muchos de ellos no sabían leer, ni escribir. Y cuando expresaban sus opiniones en las reuniones, lo hacían a la manera de la gente sencilla, menos capaz de elocuencia que de valor mudo, con una franqueza tortuosa carente de sintaxis y luego, de pronto, directa y al grano.⁶⁸

O zapatismo deixava, assim, os constitucionalistas perplexos. Os projetos das duas forças contrastavam entre si. O pretexto do constitucionalismo, de que a unidade era necessária para estabilizar o país, era completamente insuficiente para angariar o movimento insurgente do sul a seu favor. O zapatismo a todo momento propunha apenas uma condição para somar forças com o carrancismo: que eles se submetessem às determinações do Plano de Ayala. Diante do caráter do plano zapatista, era claro que o carrancismo nunca o aceitaria e, portanto, nunca poderia contar com o apoio do movimento que, em suas concepções e práticas, era completamente oposto ao constitucionalismo. O zapatismo lutou contra o huertismo e, posteriormente, da mesma forma que se opôs ao maderismo, se opôs e avançou militarmente contra o carrancismo.

Outra força importante que integrou as disputas de projetos na revolução mexicana eram os insurgentes do norte comandados pelo general Francisco Villa. Foram apoiadores do maderismo e, posteriormente, até a queda de Huerta, estiveram unidos ao constitucionalismo. Sua principal base militar e política, localizada em Chihuahua, estado fronteiriço com os Estados Unidos, era diversa e ia de vaqueiros e trabalhadores do trem a vendedores ambulantes e trabalhadores de *haciendas* refugiados⁶⁹. Villa, que em sua

⁶⁷ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011. p. 193.

⁶⁸ Id. *ibid.*, p. 200.

⁶⁹ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011, p. 189.

origem foi trabalhador de rancho, possuía passagem pela chamada bandidagem justiceira e pela prisão. Suas forças apoiaram Francisco Madero e, contra Huerta, estiveram lado a lado com o constitucionalismo.

Após a queda de Huerta, foi lançada a Convenção Revolucionária de Aguascalientes, em outubro de 1914, por Venustiano Carranza. O objetivo era estabelecer um acordo em que as forças que se opuseram à ditadura de Huerta reconhecessem Carranza como primeiro chefe de Estado. Por conta das diferenças entre carrancismo e villismo, o acordo não foi possível e Carranza abandonou, então, a Convenção, seguindo para Veracruz, importante centro de controle das estradas de ferro.

O zapatismo seguia avançando com suas tropas e, no dia 24 de novembro de 1914, o Exército Libertador entrava na Cidade do México. No dia 6 de dezembro de 1914, a Divisão do Norte, comandada por Villa, e o Exército Libertador ocuparam a capital e desfilaram com seus contingentes reunidos, fornecendo as imagens de um momento ímpar da revolução. O momento apontava para uma possibilidade de êxito contra os exércitos de Carranza e de Obregón, diante da possível união entre os insurgentes do norte e do sul, entre o villismo e o zapatismo. Tal unidade, no entanto, nunca se consolidou para além dessas rápidas imagens. Zapatistas e villistas formaram, em janeiro de 1915, a Convenção Revolucionária da Cidade do México, experiência que se estendeu até agosto de 1915, sendo que, por um período, ocorreu em Cuernavaca, Morelos. Nos debates realizados nesse espaço, tornava-se evidente que a divergência entre os dois movimentos não era insignificante.

Francisco Pineda aponta que alguns representantes de Villa na Convenção não romperam completamente com o carrancismo, assumindo uma postura conciliadora. De outra parte, havia no villismo uma esperança de que os Estados Unidos reconhecessem suas forças, por meio de seu presidente Woodrow Wilson:

Roque Gonzáles Garza, representante de Pancho Villa, por el contrario, se empeñó en llamar a los carrancistas “hermanos descariados” y no perdía la ocasión para alabar a Woodrow Wilson, “el profesor del pueblo”, “el digno presidente de esa nación amiga” que, según él, “muy pronto sabrá hacer honor y justicia al pueblo mexicano.”⁷⁰

O período da convenção entre forças zapatistas e villistas foi, assim, uma experiência fracassada em meio à guerra, que não se chegou a uma unidade posicionada enfaticamente contra o carrancismo e, sobretudo, a sua lógica apegada ao poder e à

---

⁷⁰ PINEDA, Francisco. *Exército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013, p. 50.

estrutura hierárquica. Dentre os posicionamentos mais radicais do zapatismo defendidos na convenção estava a proposta de um sistema assemvleísta no lugar do presidencialismo, no qual os ministros se submeteriam às decisões da assembleia da convenção, e não do presidente, que poderia ser destituído se não cumprisse os acordos da Convenção⁷¹. Tal proposta era fortemente rechaçada por representantes de Francisco Villa que rebatiam as propostas do zapatismo, visto como movimento desordeiro e anárquico. Sobre essa divergência, Pineda aponta:

En los debates, como en los combates, hubo una oposición abierta entre el orden dominante y el caos autoorganizado de la Revolución, al que se estigmatizaba con uno de los lugares comunes del discurso político moderno: la anarquía.⁷²

O adjetivo “anarquista” era, assim, empregado para desqualificar a revolução do sul. No jornal magonista *Regeneración* do dia 15 de julho de 1915, Ricardo Flores Magón pontuava suas divergências profundas com Venustiano Carranza, mostrando a coerência do pensamento anarquista em meio à disputa de forças evidenciada no período da Convenção na Cidade do México. Opondo-se à suposta reforma agrária que Carranza estaria fazendo em Veracruz, Magón afirma:

¡No queremos reformas! ¡Queremos la abolición del derecho de propiedad privada o individual! ¡Queremos que todo lo que existe sea para todos! Y haciendo mil pedazos las banderas personalistas [...] El pobre el verdadero paria, el desheredado que no cuenta un terrón para reclinar la cabeza, ese nada gana con las reformas carrancistas [...] ¡Viva Tierra y Libertad!⁷³

A lógica implícita nas linhas escritas por Magón impõe uma transformação radical para os mais pobres e uma recusa a proclamações esvaziadas que não se posicionassem contra a organização do capital e da propriedade privada. Ricardo Flores Magón reconhecia as afinidades entre seus posicionamentos e a prática do movimento zapatista. Francisco Pineda recorda o registro realizado por Magón em seu jornal, sobre as impressões que Antonio de P. Araujo, um camarada anarquista, expôs ao visitar Morelos:

[Araujo] No vio los rostros angustiados de los trabajadores a jornal, sino las caras satisfechas de hombres y de mujeres que no conocen amo. Las haciendas que visitó Araujo, las encontró en manos de los antiguos peones, quienes las trabajan libremente, habiendo huido los burgueses “dueños” de ellas ante el pueblo

---

⁷¹ Id. *ibid.* p. 52.

⁷² Id. *ibid.* p. 54.

⁷³ MAGÓN, Ricardo Flores. Las reformas carrancistas. *Regeneración*, Los Angeles, Cal., sábado, 2 de outubro de 1915.

rebelado... En los pueblos no hay policías, y, por lo mismo, en ellos reina el orden. No habiendo ricos, no hay necesidad de policías...⁷⁴

Alguns nomes próximos ao magonismo e com experiência de luta na *Casa del Obrero Mundial*, organização operária com vertentes libertárias, já haviam se somado ao zapatismo ou se aproximariam, no período de enfrentamento ao carrancismo. Antonio Díaz Soto y Gama, Prudencio Casals, Luis Méndez, Miguel Mendoza López Schwerdtfeger e Octavio Jahn. Este último, segundo Womack, um sindicalista francês que trazia a experiência da Comuna de Paris de 1871⁷⁵. Somava-se também, em 1915, o cubano Prutencio Casals, dirigente importante da Casa del Obrero Mundial e com posicionamentos internacionalistas e invariavelmente libertários. Ao responder sobre sua nacionalidade em uma sessão da Convenção Revolucionária, Casals proclamava:

Nací en La Habana, soy hijo de Cuba, y no tengo nacionalidad. Mi nacionalidad es la tierra y la humanidad. Ni vine de la Luna ni de Marte. Lucho por la libertad humana y no por gente de color azul o rojo. Desde el momento en que existen las ideas socialistas, considero como patria cualquier lugar en que pueda prestar mi ayuda a la humanidad que lucha por la causa de la libertad.⁷⁶

As proclamações libertárias ao redor do magonismo encontravam eco na prática antipersonalista do zapatismo. Contra Venustiano Carranza, o zapatismo e o magonismo eram as forças que significavam a ruptura com a lei, com a ordem e com a institucionalidade. As forças zapatistas mantiveram sua atitude independente, autônoma e, sobretudo, avessa ao profissionalismo político. Posicionaram-se contra as ideias vagas e enganosas, as palavras sedutoras e elásticas, dignas de uma política chamada pelo próprio zapatismo de “profissional”. Com a política profissionalizada, os envolvidos afastavam-se da realidade, do significado das vivências populares e de suas necessidades.

A resistência zapatista ao carrancismo era, portanto, a reposição da resistência contra o maderismo, com base na profunda aprendizagem de não se filiar aos autoproclamados donos do poder, ainda que se dissessem a favor dos mais pobres em seus programas.

O Plano de Ayala era enfático na afirmação: “la nación está cansada de hombres falsos y traidores que hacen promesas como libertadores y que al llegar al poder se olvidan de ellas

⁷⁴ MAGÓN, Ricardo Flores. La muerte del sistema burgués. *Regeneración*, número 206, Los Ángeles, California, 2 de octubre de 1915, disponível em <www.archivomagon.net> (acessado em 15 de janeiro de 2019).

⁷⁵ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011. p. 190.

⁷⁶ CASALS, Prudencio. Ejército Libertador, intervención en la Convención Revolucionaria. 14 de janeiro de 1915. *Apud*. PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013, p. 48.

y se constituyen en tiranos”⁷⁷. O zapatismo avançou com seu Exército Libertador contra os exércitos dos chamados homens falsos e, paralelamente, combateu a exploração do povo por meio de transformações imediatas no território em que esteve presente.

A insurreição zapatista proclamava, assim, uma forma distinta de se resistir, com base em um entendimento próprio do mundo. No território de Morelos, Puebla, Guerrero, estado do México e Distrito Federal, os zapatistas avançaram com sua revolução e praticaram um distinto modo de produção, baseado nas retomadas das terras e na apropriação dos bens dos inimigos da revolução. Os zapatistas avançavam em favor de suas necessidades e de uma produção distinta da vida com base no que lhes era próprio.

---

⁷⁷ ZAPATA, Emiliano e JUNTA REVOLUCIONARIA. *Plano de Ayala*, 25 de novembro de 1911. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, exp. 1. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 114

Capítulo 2 – A economia do *maíz* e a restituição de terras no levante zapatista

A história de despejo vivida pelos *pueblos* que integraram as fileiras do zapatismo é a história da tentativa de desmonte e extermínio de um modo de vida mesoamericano⁷⁸. A história do levante dos camponeses e indígenas do sul é a recriação de um modo específico de produzir a vida em meio a um novo contexto. Nele, as tentativas de uma rearticulação comunitária confluíram com a resistência aos avanços do capital no território tomado pelos rebeldes.

O Exército Libertador, ao lutar contra as forças que disputaram o governo central e ao propor uma transformação global, cujos pilares e anseios ultrapassavam seu próprio território original, lançou mão de uma experiência profunda e marcante na história dos *pueblos* que formaram o zapatismo. Os saberes organizativos e populares das comunidades de Morelos, e de outros estados vizinhos que também se levantaram, persistiram e serviram às estratégias militares e à reorganização produtiva em meio à guerra. O avanço das *haciendas* contra as terras comunais transformou completamente o cenário territorial no estado de Morelos, no entanto, não foi capaz de liquidar com a herança mesoamericana dos *pueblos*.

A produção de açúcar em Morelos de 1910 chegava ao seu auge e se impunha violentamente contra a economia tradicional dos *pueblos*. Comunidades inteiras eram despejadas para o plantio de cana e os camponeses e indígenas eram obrigados a se tornar arrendatários ou jornaleiros de suas próprias terras.

Nas palavras de Gilly, as *haciendas* haviam crescido devorando as terras dos *pueblos* e incorporando em seu seio os mesmos *pueblos*⁷⁹. Essas terras arrendadas ainda não se destinavam à produção de cana, mas já eram controladas pelas *haciendas* no período da invasão do açúcar. Jesus Sotelo Inclán fornece as imagens dessa expansão gradativa que se deu ao longo da história:

---

⁷⁸ O termo mesoamericano será utilizado no mesmo sentido exposto pelo historiador Baruc Martínez Díaz e refere-se ao tempo histórico que remonta ao período pré-hispânico, mas também ao período posterior: “Basicamente llamo pueblos mesoamericanos a todos aquellos conglomerados humanos que basaron su establecimiento sedentario, antes o después de la llegada de los europeos, en un elemento primordial que extiende sus orígenes con el inicio mismo de la remota historia mesoamericana: el complejo de la milpa, es decir, a la asociación de varios cultivos en donde el eje central lo conforma la siembra del maíz.” DÍAZ, Baruc Martínez. *In atl, in tepetl (el agua, el cerro): desamortización del territorio comunal y cosmovisión náhuatl en la región de Tláhuac (1856-1911)*. Dissertação de mestrado, UNAM, Cidade do México, 2016. p. 16

⁷⁹ GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S.A., 1971, p. 29.

[...] los hacendados procedían siempre así: primero se colocaban mustiamente en las tierras vacantes, luego empezaban a crecer sobre aquellos lugares más indefensos y, cuando ya se sentían fuertes y poderosos, se descaraban pretendiendo desalojar por la fuerza a los que se oponían a sus designios.⁸⁰

Assim, o avanço sobre as terras comunais constituía um grande negócio para a classe dominante, realizada de uma maneira relativamente simples. Francisco Pineda afirma que, na síntese do conflito zapatista, a forma de produção tradicional e a expansão do capital no território de Morelos colocavam-se em polos opostos:

[...] El conflicto social de la revolución del sur, entre las haciendas y los pueblos, puede considerarse también como la confrontación violenta entre la economía del azúcar, con sus formas de sometimiento, y la economía del maíz, con sus formas de autorganización y libertad. En esa lucha, los saberes y las emociones de los campesinos revolucionarios fueron decisivos.⁸¹

O que é chamado pelo historiador de “economía del maíz” é fundante na força e na resistência zapatista. São diversos os exemplos históricos em que o avanço do capital devastou territórios alheios, de camponeses e indígenas. No caso do território habitado pelos *pueblos* que deram origem ao zapatismo, há especificidades que contribuíram para que se formulasse uma das mais radicais resistências contra o avanço capitalista em meio à revolução mexicana. O Exército Libertador estava longe de ter condições militares excelentes e, ainda assim, expulsou a totalidade dos *hacendados* do território tomado pelos zapatistas e avançou para fronteiras que iam muito além do território original em que se deu o levante. Os *pueblos* estavam também longe de qualquer fartura material e, ainda assim, puderam se articular em torno da restituição de suas terras e da sua produção comunitária. *Pueblos* e Exército Libertador possuíam uma relação bastante próxima e, por vezes, difícil de separar, formulavam uma unidade revolucionária que pôde intensificar a radicalidade do processo em curso. Junto a essa unidade encontra-se um processo histórico de longa duração que remonta ao passado mesoamericano, denominador comum do zapatismo e de sua força transformadora.

Ir até as raízes mais profundas do zapatismo é a única possibilidade de compreender a fundo sua resistência e sua proposta revolucionária. Olhar para a lógica específica que rege a vida das comunidades de origem mesoamericana nos aponta também para uma relação viva entre a memória de tempos longínquos e sua reposição na

⁸⁰ INCLÁN, Jesus Sotelo. *Raíz y razón de Zapata*. México: Edición especial SEP, 1981, p. 98.

⁸¹ PINEDA, Francisco. EL Plan de Ayala y los saberes de los campesinos revolucionarios. In: PINEDA, Francisco y ZAPATA, Edgar Castro (org.) *A cien años del Plan de Ayala*. Ediciones Era: México, D.F., 2012, p. 218.

criação de um movimento revolucionário. Como afirma o historiador mexicano Baruc Martínez Díaz:

La memoria histórica no es un cúmulo de recuerdos vacíos sino un abanico de experiencias humanas que se pueden convertir en herramientas de lucha. La resistencia de los pueblos se alimenta con lo más recóndito de su historia, así como el maíz, planta sagrada, se nutre de las profundidades de nuestra madre tierra.⁸²

1. Organização comunitária e mesoamericana

En el campo [...] el maíz era inventado diariamente por los campesinos. Lo inventan con su trabajo, con su conocimiento, con su respeto y veneración, con su pasión, con su vida que gira alrededor de esa planta.⁸³

Os *pueblos* do zapatismo se levantaram em armas para lutar por um modo específico de produzir a vida. A origem dessa forma de compreender a existência articulava-se intimamente com o sustento cotidiano das comunidades. Neste sentido, o cultivo do milho ganha especial importância por estar presente na origem dos *pueblos* de Morelos e região. Depois de serem despejados de suas terras, o levante armado do sul apoiou-se no passado popular anterior à invasão das *haciendas* e, mais além, no passado anterior à própria invasão espanhola.

A invenção do cultivo do milho, apontada por Warman, carrega junto de si elementos de uma autonomia produtiva e comunitária, com referência na história que se inicia com a fundação da civilização mesoamericana. Guillermo Bonfil Batalla fornece alguns detalhes desse passado articulado com os princípios da atividade agrícola:

La civilización mesoamericana surge como resultado de la invención de la agricultura. Éste fue un proceso largo, no una transformación instantánea. La agricultura se inicia en las cuencas y los valles semiáridos del centro de México entre 7500 y 5000 años antes de nuestra era. En ese periodo comienzan a domesticarse el frijol, la calabaza, el huautli o alegría, el chile, el miltomate, el guaje, el aguacate y, por supuesto, el maíz. [...] debe recordarse que el maíz sólo sobrevive por la intervención del hombre, ya que la mazorca no dispone de ningún mecanismo para dispersar las semillas de manera natural: es, de hecho, una criatura del hombre. Del hombre mesoamericano.⁸⁴

⁸² DÍAZ, Baruc Martínez. Introdução à tradução dos manifestos nahuatl zapatistas. Arquivo inédito, compartilhado pelo autor.

⁸³ WARMAN, Arturo. *La historia de un bastardo: maíz y capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988, p. 7.

⁸⁴ BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo: una civilización negada*. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1994, p. 24.

O cultivo milenar do milho na mesoamérica relaciona-se com a capacidade humana de trabalhar a terra. Ao redor do cultivo do milho, cria-se um sistema agrícola chamado *milpa*, cuja palavra, de origem *náhuatl*, deriva de *mili*, que quer dizer “parcela semeada”, e de *pan*, que significa “em cima”. *Milpa* significa, portanto, “o que se planta em cima da parcela”⁸⁵. Trata-se de um sistema agrícola que associa diferentes cultivos. Sua origem percorre diversos tempos históricos e segue viva até hoje em muitas regiões do México. Sua base, a plantação do milho, é combinada com outras espécies vegetais, sendo abóbora e feijão as principais, mas podendo contar também com diferentes tipos de pimenta, tomate e algumas raízes.

O milho, o centro da *milpa*, possui uma grande capacidade de se adaptar a distintas condições ecológicas, o que dá flexibilidade ao seu cultivo. Além disso, seu ciclo em contextos mais propícios, com sol e chuva, é relativamente curto, de 120 dias; suas folhas, com ampla superfície, realizam um ótimo aproveitamento dos raios solares.⁸⁶ A combinação do milho junto aos vegetais reunidos na *milpa* alcança uma vantagem natural no tratamento do solo, que proporciona os nutrientes necessários para manter a terra em bom estado, aumentando sua capacidade produtiva. A *milpa* é, assim, inventada a partir da retroalimentação entre vida humana e natureza, e o trabalho humano é concebido a partir de seu entendimento sobre a terra.

Tal entendimento envolve perceber como as próprias espécies vão se ajudando no crescimento, observar os ciclos naturais dos produtos que oferecem o sustento diário, saber a quantidade de sementes que a mão deve colocar em cada buraco feito na terra, observar o momento exato de se realizar a colheita tendo em vista os diferentes produtos que podem ser feitos com o milho e outras tantas ações que somente a prática cotidiana da *milpa* pode explicar e ensinar. As atividades que dão sequência ao trabalho com a terra envolvem o preparo das diversas opções de alimentos cuja base é o milho e os produtos da *milpa*. Historicamente, sobretudo na organização dos *pueblos*, vários alimentos derivados do milho se realizam, até hoje, por meio de trabalho coletivo.

Ao redor desse sistema de plantação mesoamericano encontra-se, assim, uma organização comunitária no cuidado e no trabalho da terra. Mario Martínez Sanchez, historiador do zapatismo na região de Tepoztlán, estado de Morelos, expôs em

---

⁸⁵Disponível em:

<http://ciencia.unam.mx/leer/356/La_milpa_tradicion_milenaria_de_agricultura_familiar>. Acesso em março de 2019.

⁸⁶ WARMAN, Arturo. *La historia de un bastardo: maíz y capitalismo*. Fondo de Cultura Económica, México, 1988, p. 24.

entrevista⁸⁷ realizada no início de 2018 que há uma série de atividades culturais intrínsecas ao trabalho coletivo da terra e à *milpa*. Tais atividades, criadas em tempos mesoamericanos, seguiram ativas nos tempos da resistência zapatista, no processo de restituição das terras e perduram atualmente em alguns *pueblos* de Tepoztlán e outras regiões. Trata-se do *cuatecuítl*, prática do trabalho realizada entre amigos e familiares, sem envolver dinheiro; dos ritos coletivos que se realizam no momento da plantação da *milpa*, pedindo chuva na língua *náhuatl*, muitas vezes puxados pelos mais velhos e envolvendo também as crianças do *pueblo*; das músicas feitas com instrumentos específicos e tocadas para que o milho cresça bonito e em quantidade suficiente para a comunidade.

Essas atividades coletivas são ao mesmo tempo econômicas e culturais, pautam-se na auto-organização da produção e nos planos simbólicos que estreitam os vínculos coletivos. Sobre o conceito original de cultura e sua relação direta com a produção e economia, o filósofo britânico Terry Eagleton aponta:

[...] embora esteja atualmente em moda considerar a natureza como um derivado da cultura, o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado do de natureza. Um de seus significados originais é “lavoura” ou “cultivo agrícola” [...] “Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito.⁸⁸

As redes simbólicas e culturais nos *pueblos* mesoamericanos vão ao encontro do conceito de cultura original exposto por Eagleton, partem das necessidades da produção material da vida, e não de concepções abstratas forjadas sem base concreta. Desta forma, cultura e economia se retroalimentam e fortalecem os laços comunitários do *pueblo*. Ocorrem desde o momento da plantação da *milpa* até a colheita, também chamada *pizca*, em língua *náhuatl*. O trabalho coletivo também se faz presente na preparação dos alimentos, desfrutados nas refeições cotidianas ou nas festas, que integram o calendário dos *pueblos*.

Ainda sobre o entrelaçamento das redes simbólicas e materiais dos *pueblos*, Alfredo Bosi expõe a raiz comum das palavras cultura, culto e colonização:

⁸⁷ Entrevista realizada na Cidade do México, no dia 18 de janeiro de 2018, com Mario Martínez Sánchez, autor do livro *El Gral. Leobardo Galván y la Revolución Suriana en Tepoztlán*, publicado em 2017.

⁸⁸ EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução: Sandra Castello Branco. Editora Unesp: São Paulo, 2005, p. 9.

derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultu* e o particípio futuro é *culturus*. [...] *Colo* é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar.⁸⁹

A prática dos *pueblos* zapatistas expõe a relação direta entre o culto relacionado às práticas rituais para o milho e o trabalho na terra que se ocupa, evidenciando uma perspectiva simbólica e, simultaneamente, econômica.

A *milpa*, mais que um sistema agrícola, é uma relação comunitária em suas várias dimensões. “Fazer *milpa*” não significa apenas plantar, mas realizar um processo produtivo para atender as necessidades básicas da existência, que tem a coletividade como uma das bases. “Fazer *milpa*” é, portanto, dar sustento à própria vida em suas dimensões materiais e simbólicas. A *milpa* chega aos *pueblos* zapatistas como herança mesoamericana e integra a base de sua organização e resistência:

En la historia de larga duración, el cultivo del maíz ha operado como eje de autoorganización en la comunidad campesina de Mesoamérica. [...] es posible considerar que la diversidad – tanto en la producción como en el aprovechamiento del maíz – y la autoorganización constituyen el sustento para la autodeterminación de la comunidad (común unidad) campesina. Para los zapatistas, la economía del maíz era el soporte de la vida y, a la vez, la base material de su libertad.⁹⁰

Assim, as características da relação produtiva em torno do milho forneciam as bases da relação comunitária que marcavam a história dos *pueblos* que se levantaram em armas por liberdade. É também dessa relação produtiva que deriva o significado mais profundo de *pueblo*. Nos documentos e manifestos emitidos pelo Quartel General zapatista é comum que essa palavra apareça escrita no plural, já que são vários e diversos os *pueblos* que se integraram às fileiras zapatistas. Afirma o primeiro manifesto escrito por Zapata em agosto de 1911:

Los enemigos de la patria y de las *libertades de los pueblos* siempre han llamado bandidos a los que se sacrifican por las causas nobles de ellos.⁹¹

Na formulação há uma pluralidade de comunidades e de liberdades pelas quais se luta e se resiste. Assim, os distintos *pueblos* reúnem-se em torno de causas próprias e, a

⁸⁹ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 15.

⁹⁰ PINEDA, Francisco. EL Plan de Ayala y los saberes de los campesinos revolucionarios. In: PINEDA, Francisco y ZAPATA, Edgar Castro (org.) *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2012, p. 218.

⁹¹ Emiliano Zapata. Primer manifiesto de Zapata. In: GILDARDO, Magaña, Emiliano Zapata y el agrarismo en México, 5 vols., México: Editorial Ruta, 1951, tomo I, p. 255. Grifo nosso.

partir de suas realidades concretas, lutam contra um inimigo comum que aparece, em primeiro plano, na forma das *haciendas*, mas que representam o avanço do próprio capital no território dos *pueblos* que se levantariam em armas. Neste percurso, se faz presente uma experiência local e, ao mesmo tempo, uma articulação entre distintos territórios.

Os interesses locais e globais contra a lógica do capitalismo, completamente avessa à lógica comunitária presente no zapatismo, muitas vezes aparecem formulados nos documentos do movimento a partir da combinação do termo *pueblos*, no plural, com o termo “pátria” ou “nação”. No texto introdutório aos 15 pontos contidos no Plano de Ayala, por exemplo, aponta-se a incapacidade de Francisco Madero em compreender as necessidades dos *pueblos*. O líder do levante contra Porfirio Díaz e, naquele momento, chefe do governo nacional, é descrito pelos camponeses do sul da seguinte forma:

[...] incapaz para gobernar por no tener ningún respeto a *la ley y a la justicia de los pueblos*, y *traidor a la patria* por estar a sangre y fuego humillando a los mexicanos que desean libertades [...].⁹²

De maneira direta, o documento afirma a autonomia dos *pueblos* na decisão sobre suas próprias leis e justiça. No mesmo raciocínio, tal qual aparece na citação anterior, junta-se a ideia de *pueblos* à ideia de “pátria” – “traidor a la patria”; “enemigos de la patria” –, palavra utilizada por outras forças além da zapatista e que carrega em si o significado de nação. Seu sentido no movimento do sul muitas vezes é próximo da palavra *pueblo* utilizada no singular, e que também é bastante recorrente nos escritos produzidos pelo zapatismo. De um lado, sua tradução literal seria “povo”, no entanto, na compreensão mais profunda do caráter presente nas comunidades zapatistas, pensamos que o uso da palavra *pueblo* no singular não retira o caráter diverso dos *pueblos* pertencentes ao movimento, bem como suas respectivas autonomias. No documento em que se exige a retirada das tropas federais do estado de Morelos à Francisco I. Madero, Zapata afirma a unidade do povo de seu território:

el *pueblo de Morelos*, y no yo, es el que desea que las tropas federales no sean las que se encarguen de la seguridad pública del Estado, porque estas serán una amenaza para la soberanía en ese momento.⁹³

---

⁹²ZAPATA, Emiliano e JUNTA REVOLUCIONÁRIA. *Plano de Ayala*, 25 de novembro de 1911. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, exp. 1. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 115. Grifo nosso.

⁹³ *Petición a Madero*, 8 de agosto de 1911. In: ESCAMILLA, Ramón Martínez. *Emiliano Zapata: escritos y documentos*. Editores Mexicanos Unidos, S. A., 1978. p. 63. Grifo nosso.

Assim, o uso dos termos “povo”, “pátria” e “nação” pelo zapatismo nos parece mais um esforço em afirmar determinada unidade da força e da proposta zapatista, de formular exigências aos inimigos utilizando-se de um vocabulário alheio ou ainda de realizar diálogo com setores externos ao zapatismo. De forma alguma nos parece que o uso desses termos ignora a potencialidade de cada célula que compõe o movimento e reúnem-se em forma de insurgência. A unidade dessas autonomias realiza a conexão entre o local e o global não só no território ocupado pelo zapatismo, mas também em um território onde seu projeto se coloca potencialmente, ao menos enquanto proposta:

que la revolución de Morelos no es una revolución local, como lo cree el señor Madero; [...] que desde que hizo conocer a la Nación el Plan Político, ha contraído compromisos y ligas de coalición con todos los estados, no solo del Sur, sino del Centro y del Norte de la República. [...] ⁹⁴

O projeto do zapatismo que se volta à nação, no entanto, é firmemente amparado na sua localidade. Para compreendermos essa afirmação se faz necessário voltarmos ao conceito de *pueblo* em sua acepção mesoamericana.

A palavra *pueblo* corresponde à palavra *altéptl*, na língua mesoamericana *náhuatl*, e literalmente quer dizer água-monte. James Lockhard, citado por Victor Hugo Sanchez, expõe a tradução com maior rigor:

La palabra en sí es una forma algo modificada de la doble metáfora in atl, in teptl, “en (las) agua(s), la(s) montaña(s)”, y por lo tanto se refiere, en primer lugar, al territorio, pero lo que significa principalmente es una organización de personas que tiene el dominio de un determinado territorio. Una entidad soberana o potencialmente soberana, cualquiera que fuera su tamaño, podía considerarse un *altéptl*. ⁹⁵

Águas e montes do *altéptl* fornecem os elementos que compõem o território, onde se organiza uma comunidade em torno da produção da vida e das decisões que incluem essa produção. O *pueblo* é, portanto, uma unidade comunitária que se configura como lugar de moradia e de trabalho. As atividades realizadas no *pueblo* se vinculam ao

⁹⁴ *Acta de un comisionado de Madero*. 20 de julho de 1912. In: ESCAMILLA, Ramón Martínez. *Emiliano Zapata: escritos y documentos*. Editores Mexicanos Unidos, S. A., 1978. p. 89.

⁹⁵ LOCKHART, James. *Los nahuas después de la conquista*. Historia social y cultural de la población indígena del México central, siglos xvi-xvii. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 27, *apud* RESÉNDIZ, Víctor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: Identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006, p. 66.

território e à terra. Ali estão reunidas as matérias para o suprimento das necessidades materiais e também simbólicas da vida.

Na formulação de Victor H. S. Reséndiz, além do fundamental trabalho material presente no território, há uma série de concepções simbólicas e de relações sociais específicas que habitam o *pueblo*. O autor aprofunda seu sentido e o trata como um “territorio y espacio simbólico, como al conjunto de sus habitantes, que están entrelazados por una espesa red de solidaridades y compromisos.”⁹⁶ Reséndiz caracteriza a organização interna do *pueblo* como aquilo que não se vê à primeira vista, mas que marca sua definição mais fundamental.

Nesse sentido, as famílias habitantes de um *pueblo* tinham como eixo de união o parentesco e o compadrio. Isto é, as redes de solidariedade e apoio mútuo nas diversas atividades de convívio formavam conexões estreitas entre padrinhos e afilhados, entre distintas famílias de um mesmo *pueblo*, que passavam a viver e conviver como uma grande família. Essa relação de origem mesoamericana possui persistência no tempo e fez perdurar seu significado mais profundo:

[...] las relaciones se fincaban en la simetría interna y el trabajo intensivo de la tierra para el autoconsumo. Esta estructura, por supuesto, sufrió cambios a lo largo de los siglos, aunque tuvo diversos impactos a lo largo de los años, dependiendo de la relación que tuviera con la sociedad de españoles y mestizos, pero la estructura básica quedó y fue un referente simbólico para la refundación de la idea de “ser pueblo”. La estructura de los pueblos pertenece al núcleo duro de las comunidades por lo que ha permanecido.⁹⁷

A partir dessa formulação, poderíamos pensar que os *pueblos* que integraram a base do zapatismo reuniam-se em torno do trabalho na terra, da produção e das decisões que permeiam as várias dimensões da vida coletiva. Ainda que o avanço das *haciendas* tenha insistido na desarticulação dessa possibilidade coletiva de organização, o referente simbólico, como afirma Sanchez, certamente serviu de base para a potencialidade insurgente dos *pueblos*.

Os agrupamentos que possuem um modo de vida marcado pelo trabalho e pela convivência na terra possuem diversas nomenclaturas a depender do tempo e do espaço. Ao tratar da definição do campesinato, por exemplo, o sociólogo mexicano Armando Bartra enfatiza sua característica classista. Assim, o camponês, enquanto classe, é

---

⁹⁶ RESÉNDIZ, Victor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006, p. 65.

⁹⁷ Id. Ibid. p. 68.

definido a partir de uma relação social responsável por um movimento conjunto no tempo e no espaço. Para Bartra, a caminhada do campesinato, enquanto sujeito coletivo, resiste sempre a um predador comum, que avança na forma da economia capitalista. Para tanto, o campesinato recorre a uma tradição e, ao mesmo tempo, um projeto de futuro:

Siempre acosados por un orden fiero que se las tiene sentenciada, los campesinos se organizan para resistir. En la base están la familia y la comunidad, que en un mundo hostil devienen trinchera y parapeto, pero sobre ellas se edifican organizaciones de los más diversos talentos y propósitos, acuerpamientos que pueden ser étnicos, económicos, sociales o políticos; locales, regionales, nacionales o internacionales.⁹⁸

A partir dos laços familiares e do trabalho na terra, portanto, os camponeses formam potencialmente uma organização rural resistente aos avanços do capitalismo. Ao falar do caso mexicano e, de forma geral, também latino-americano, Bartra lança mão do termo *campesindio*. Nele, se faz presente a ancestralidade inerente à formação de grande parte das comunidades camponesas em território mexicano.

O mesmo ocorre com o termo mesoamericano. O historiador mexicano Baruc Martínez Díaz fundamenta o uso da terminologia e expõe sua relação com o tempo histórico de larga duração, necessário para a compreensão da história do zapatismo. Sobre os movimentos históricos presentes nos significados mais profundos do termo, Martínez Díaz afirma:

[...] lo mesoamericano es dialéctico: da cuenta del remoto origen de un elemento, pero, al mismo tiempo, de las transformaciones que ha sufrido éste en el contexto de la imposición de la colonialidad del poder en estas tierras. De esta manera hace visibles tanto las continuidades como las rupturas.⁹⁹

Assim, entre continuidades e rupturas, a visão de mundo mesoamericana recria tradições no movimento de resistência ao avanço do capitalismo. No caso do zapatismo, a organização presente nos *pueblos* que formaram o movimento foi essencial para a estratégia forjada no levante. Sinteticamente, Armando Bartra aponta algumas dessas características:

Organización rural es ante todo convivencia, encuentro de diversos con unidad de propósito y capacidad de concebir y realizar proyectos compartidos. La organización

⁹⁸ BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. *Revista Memória*, n. 248, 2010. p. 8.

⁹⁹ DÍAZ, Baruc Martínez. *In atl, in tepetl (el agua, el cerro): desamortización del territorio comunal y cosmovisión náhuatl en la región de Tláhuac (1856-1911)*. Dissertação de mestrado, UNAM, Cidade do México, 2016. p. 16.

radica en la voluntad colectiva, no en el aparato. [...] El zapatismo histórico no encarnaba tanto en los jefes del Ejército Liberador o los gestores de la llamada Comuna de Morelos, como en la voluntad emancipadora que los animaba a todos: el zapatismo era Tierra y Libertad.¹⁰⁰

Assim, a relação social dos membros de um *pueblo* entre si e com o território afirma-se em sua autonomia, sem que se reivindicasse a atuação de uma entidade externa na definição dos rumos a serem tomados internamente.

No processo de luta por terra e por liberdade, os *pueblos* do zapatismo carregam em si as características presentes nos *pueblos* mesoamericanos: autonomia de decisão, de produção da vida e de resistência histórica aos ataques externos a sua forma própria de viver. Sinteticamente, a relação das comunidades com o território é, como aponta Pineda, a síntese entre guerra e cultura:

El territorio es el marco inicial y más concreto, en que se observa la vinculación de la cultura y la guerra; y sobre todo, el punto de partida para entender el significado de la demanda zapatista, que no fue de parcelas de labor, sino siempre y enfáticamente: tierras, montes y aguas, en una palabra territorio.¹⁰¹

O historiador aponta a conexão direta entre o simbólico, a guerra e a vida material. Há uma diferença entre lutar por parcelas de terra e por território. Nos manifestos lançados pelo zapatismo, ao se afirmar a luta pela terra, afirma-se a luta pela complexidade de relações econômicas e culturais que se dão ao redor da terra. Terras, montes e águas correspondiam às várias dimensões que possuía a vida mesma dos *pueblos*.

Em Morelos e região, o processo de despejo sofrido pelos *pueblos* a partir da invasão da economia do açúcar, protagonizada pelas *haciendas*, teve sempre o amparo do Estado e da violência. As condições materiais de precariedade do cotidiano das comunidades expulsas de suas terras, a fome, a exploração diária e a miséria, assim como a riqueza concentrada nas mãos dos *hacendados*, contrastavam com a lógica dos *pueblos* e de seus ancestrais ao redor da terra. No manifesto ao *pueblo* mexicano, escrito em novembro de 1915, a ideia torna-se mais evidente:

La revolución ha interpretado a maravilla la legítima aspiración nacional, ha gritado ¡Tierra! Tierra para todos, puesto que todos tienen *derecho a la vida*, la tierra es la fuente de ella. [...] Entrad inmediatamente en posesión de la tierra, en virtud del

¹⁰⁰ BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. *Revista Memória*, n. 248, 2010, p. 8.

¹⁰¹ PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edición. México, D.F.: Ediciones Era, 1997, p. 67.

derecho natural que os asiste como hombre y el deber correlativo de *conservar vuestras vidas para realizar la elevación de vuestra personalidad* [...]. El actual movimiento revolucionario de México es eminentemente social y de carácter económico.¹⁰²

Para o zapatismo, a terra não possui valor, não é mercadoria. Recorrendo ao sentido próprio dado à terra pelos *pueblos*, o movimento do sul expõe seu vínculo direto com a vida e uma maneira específica de vivê-la. A ideia de “direito à vida” e de “direito natural” se coloca em outra ordem de compreensão que se afasta da ideia de direito institucional. A vida, o livre desenvolvimento e a “elevação da personalidade” é defendida a partir de uma concepção própria de direito não institucionalizado. Sua defesa é natural e se realiza a partir de uma visão de mundo própria. A terra, desta forma, deveria ser dos camponeses e indígenas, que a compreendiam não só em um sentido de sobrevivência, senão, também, em um sentido do próprio viver, do desenvolvimento e do cuidado com a vida.

A concepção de território que o zapatismo lança mão deriva de sua relação mesoamericana e da herança *náhuatl* existente nos *pueblos* zapatistas. Eram vários os agrupamentos mesoamericanos que falavam a língua *náhuatl*. Segundo Victor Hugo Rezéndiz, no momento da revolução essa língua era usada por muitos *pueblos*, em Morelos e nas regiões circundantes. Afirma o autor:

A principios del siglo XX muchas de estas poblaciones hablaban “el mexicano” como se le conoce a la lengua náhuatl. La gente de localidades como Jujutla o Cuautla, mestizadas étnica y culturalmente, seguramente tenía, y todavía tiene, una gran carga indígena en su cosmovisión. Esto da a los habitantes de los pueblos, expresiones culturales indígenas en creencias, formas de vida y giros verbales.¹⁰³

O que importa aqui é a relação profunda entre a cosmovisão desses *pueblos* e sua perspectiva produtiva, de forma que cultura e economia se retroalimentam diretamente.

Em abril de 1918, o Quartel General de Emiliano Zapata lançou dois manifestos escritos em língua *náhuatl*. Como observa Baruc Martínez Díaz, esses textos se dirigiam aos combatentes e à população presente na região de Tlaxcala e Puebla, onde operava o general Domingo Arenas. As palavras e expressões lançadas pelo manifesto apontam a compreensão da luta pelo território em seu sentido mais profundo. Como enfatiza

¹⁰² AMEZCUA, Jenaro et al. *Al Pueblo Mexicano*. 10 de novembro de 1915. AGN, Fondo Jenaro Amezcua, Caixa única. ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988. p. 299, grifos nossos.

¹⁰³ RESÉNDIZ, Victor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006, p. 37.

Guillermo Bonfil Batalla, os nomes dados aos objetos e relações que circundam a vida, revelam suas compreensões específicas:

En el fondo de esta cuestión está el hecho de que nombrar es conocer, es crear. Lo que tiene nombre tiene significado o, si se prefiere, lo que significa algo tiene necesariamente un nombre. [...] Los nombres son como sólidos puntos de referencia que impiden que los cambios lingüísticos produzcan un rompimiento de los esquemas básicos de pensamiento con los que ha sido posible comprender el mundo y ubicarse en él.¹⁰⁴

Dessa forma, as palavras em *náhuatl* contidas nos manifestos zapatistas contribuem para a melhor compreensão das bases de sua insurreição. Seu conteúdo, basicamente, conclama os *pueblos* a se juntar à luta zapatista, e exalta a revolução do sul contra os inimigos organizados em torno da figura de Venustiano Carranza. Este é exposto como sinônimo de uma forma negativa de existência enfrentada pelos *pueblos* que se insurgem contra a “negra y no buena vida carrancista”.

No primeiro manifesto *náhuatl*, com tradução ao castelhano realizada por Baruc Martinez Díaz, expõe-se:

los invitamos a todos ustedes, y a quien quiera de ustedes, a que se cuenten en torno a nuestra bandera, que bien es ella la del pueblo, y junto a nosotros trabajarán para la unificación revolucionaria, eso, ahora y ahora, es el más grande trabajo que haremos ante *el rostro de nuestra apreciable madrecita tierra la que se dice Patria*.¹⁰⁵

A expressão “madrecita tierra” carrega um dos fundamentos da luta revolucionária zapatista. É ela mesma o próprio elemento que desperta a unidade necessária a partir de um sentido íntimo, que aparece nas feições de um rosto humanizado, expresso no manifesto. Victor Hugo Sanchez aponta ainda que a expressão, dada no diminutivo, carrega uma conotação de que “se lucha por algo cercano y que tiene que ver con nuestro trabajo y nuestras ligas con la comunidad”¹⁰⁶.

Ao redor da *madre tierra*, princípio de luta e de unidade dos revolucionários, o primeiro manifesto em *nahuatl* expressa que “se agrandará esa unión de corazones que nunca ganarán esos que engañaron a la gente”¹⁰⁷. Apontam-se expressões que consideram

¹⁰⁴ BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo: una civilización negada*. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1994, p. 37 e 38.

¹⁰⁵ *Primer Manifiesto en Nahuatl de Emiliano Zapata*. 27 de abril de 1918. Tradução de DÍAZ, Baruc N. Martínez. Arquivo inédito compartilhado pelo tradutor. Grifo nosso.

¹⁰⁶ RESÉNDIZ, Victor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006, p. 43.

¹⁰⁷ *Primer Manifiesto en Nahuatl de Emiliano Zapata*. 27 de abril de 1918. Tradução de DÍAZ, Baruc N. Martínez. Arquivo inédito compartilhado pelo tradutor.

a perspectiva da união de afetos, vontades, desejos no processo de luta cotidiana contra os inimigos.

O mesmo ocorre com a exaltação da forma específica de vida, pelo qual lutaram os zapatistas:

les envío un feliz saludo y con todo mi corazón invito a esos pueblos, aquellos que están haciendo la revolución por un mandato verdadero y no en vano ofrecen su palabra, ni tiran por la borda *su buena forma de vida*.¹⁰⁸

O sentido dado à “boa forma de vida” é retomado por meio de outras expressões presentes nesses manifestos: a “vida digna” e a “boa vida”. Não se trata apenas de sobrevivência, senão de uma vida acompanhada de uma qualidade específica. Os manifestos expressam que a luta pelas necessidades básicas presentes na perspectiva material é posta lado a lado com a luta pelo que é considerado uma boa forma de se estar no mundo. Não basta a sobrevivência, luta-se por uma forma específica de vida definida a partir da visão de mundo do conjunto de sujeitos nela implicados, a partir do que lhes é próprio.

Os manifestos escritos em língua *náhuatl* assinados por Emiliano Zapata revelam, portanto, uma série de pressupostos presentes na visão mesoamericana dos *pueblos* do sul que se levantaram em armas para recuperar seu território ancestral. Apesar de todos os agravos sofridos pelos *pueblos* ao longo do porfiriato, e também em período anterior, a visão mesoamericana integra de forma determinante a força do zapatismo e de seu Exército Libertador. Aqui também se encontra sua capacidade de se manter autônomo diante das forças que disputaram o Estado. Tais forças, do maderismo ao carrancismo, jamais puderam compreender a profundidade das bases da luta zapatista no que diz respeito a sua concepção própria de território. Não poderiam, portanto, cooptar essas forças com origem nos esteios longínquos da história mesoamericana.

2. Organização entre *pueblos*, o levante “em paralelo”

A organização popular presente no momento anterior à invasão do açúcar na região de Morelos persistiu enquanto símbolo de resistência e de possibilidade de vida contrastante com a intensa opressão que se intensificou ao longo do porfiriato. Esse imaginário presente nas vivências familiares foi determinante também para as bases

---

¹⁰⁸ *Segundo Manifiesto en Nahuatl de Emiliano Zapata*. 27 de abril de 1918. Tradução de DÍAZ, Baruc N. Martínez. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2014/12/20/cam-zapata.html>>

estratégicas do Exército Libertador. A dinâmica comunitária presente no interior de cada *pueblo* não se encerrava ou se isolava nessa esfera, mas ultrapassava suas fronteiras, o que estabelecia uma rede entre *pueblos* diversos entre si, mas com uma história comum:

Esta fue una de las fortalezas del movimiento zapatista: la diversidad de los pueblos, unida a través de una historia que venía de muy lejos y que, a pesar de sus singularidades, era compartida por todos ellos.¹⁰⁹

A conexão mútua entre as coletividades presentes no território permitiu que este fosse apropriado em um sentido qualitativo, o que foi fundamental no aspecto social e militar do levante zapatista.

A primeira camada desse vínculo entre os *pueblos* é produtiva. A *milpa* e todas as atividades movidas a seu redor proporcionavam uma unidade material e simbólica entre as comunidades. A circulação dos produtos derivados da *milpa* e as vivências com base na partilha desses produtos também geravam uma articulação direta entre as comunidades. As festas e as feiras cumpriam, nesse sentido, um papel fundamental na produção e na organização popular do estado de Morelos e região.

As feiras reuniam um conjunto de atividades comerciais, festivas, culturais e lúdicas. A parte que se relaciona à circulação de produtos era chamada, com a palavra de origem *nahuatl*, *tianguis*, como ocorre até hoje na maior parte do México. Essas atividades uniam pessoas de diferentes *pueblos* com alguma regularidade e promoviam, além de uma função econômica, uma coesão no comunitarismo mesoamericano.

Assim, o intercâmbio entre os *pueblos* era frequente e se apoiava na dimensão cultural, organizativa e comercial. É nesse contexto que a comunicação direta entre os *pueblos* significava também sua apropriação conjunta do território. Catarina H. de Giménez aborda as diferentes feições das feiras e festas que compunham Morelos antes e durante o levante armado:

Los principales lugares por donde se extienden esas ferias en rápida sucesión son: Amecameca, Cuautla, Tepalcingo, Mazatepec... Tienen un carácter sincrético y no especializado. Son al mismo tiempo celebración religiosa, peregrinación a un santuario, tianguis regional, espacio de diversiones y de juegos y forma de convivencia regional.
[...]

---

¹⁰⁹ DÍAZ, Baruc Martinez, Introdução à tradução dos manifestos nahuatls zapatistas. Arquivo inédito compartilhado pelo autor.

Toda fiesta exalta y sacraliza la vida comunitaria según liturgias tradicionales. Se exalta el presente para conmemorar el pasado y asegurar el porvenir. Se amplía el escenario cotidiano, a los horizontes familiares se sobreimprime un paisaje ritual.¹¹⁰

A mescla dessas atividades, dessa forma, permitia um convívio regional tanto na organização das atividades quanto no desfrute coletivo a partir dessas vivências no cotidiano. A conexão das comunidades entre si permitia, assim, o estreitamento de laços. Soma-se a isso, conforme aponta Giménez, a conexão temporal entre passado, presente e futuro, a partir das distintas comemorações.

Ao longo do domínio das *haciendas*, segundo Francisco Pineda, as festas foram usadas para reproduzir as relações de submissão entre *pueblos* e *haciendas*. Para a realização das reuniões populares, era necessário que os camponeses e indígenas solicitassem a autorização das *haciendas* e, muitas vezes, pagassem um valor por elas estipulado.¹¹¹ A partir do período revolucionário e da gradativa expulsão dos *hacendados*, o cenário da produção das atividades populares retornava a sua potencial autonomia e contava com o apoio do Quartel General. No dia 3 de setembro de 1914, o *pueblo* de Tlaquiltenango, em Morelos, escrevia à Emiliano Zapata uma solicitação de ajuda econômica para as festas de independência:

En virtud de la nunca bastante admirada liberalidad de Ud., para con los Morelenses, y en vista de que se acerca la nunca olvidable fiesta cívica del 16 de septiembre, en la que conmemoramos todos los mexicanos, los actos en que se dio el grito de Libertad para el suelo de Anahuac, oprimido por un gobierno cruel y encomendero, suplicamos a su responsable persona, en atención a el alto grado que merecidamente ocupa, y por las demás razones expuestas, no digna auxiliarnos pecuniariamente, para poder conmemorar con la solemnidad debida, dicha fiesta, hoy que la revolución toca a su triunfo y que el Pueblo Morelense canta sus victorias.¹¹²

À margem do documento lê-se que será dado 25 pesos à junta arrecadadora. Apesar de se tratar de uma festa cívica, pensamos que aqui também se aplica o princípio discutido anteriormente, de que as menções zapatistas à pátria não excluem nem a diversidade, nem a perspectiva autônoma dos *pueblos*. Além disso, é evidente o contraste entre o período anterior à revolução, de submissão às *haciendas* para a realização de festas, e a liberdade e apoio oferecido por parte do Quartel General aos encontros populares. Victor Hugo Sánchez trata essas redes entre os *pueblos* como uma estratégia de sobrevivência diante

¹¹⁰ GIMÉNEZ, Catalina H. de. *Así cantaba la revolución*. Grijalbo, México: Consejo Nacional para la cultura y las Artes, 1990, p. 62 e p. 67.

¹¹¹ PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. México, D.F.: Ediciones Era, 1997, p. 31.

¹¹² *Carta do presidente municipal Miguel Reynoso e da Junta Patriótica para Emiliano Zapata*. 3 de setembro de 1914. Fundo Emiliano Zapata. Caixa 1; Exp. 19; Fs 1, 2.

da desorganização de setores dominantes, como ocorre no contexto da revolução zapatista, que é também um contexto de guerra:

En momentos en que las redes formales dominantes se debilitan o desaparecen [...] los pueblos fortalecen sus estrategias de sobrevivencia. De esta forma se refuerzan las estructuras comunitarias y las vías de comercio tradicionales, de relaciones sociales y de producción agrícola. De esta manera al resignificarse los espacios – de suyo contruidos por la acción humana y por lo tanto simbólicos – se resignifican los valores que constituyen el imaginario colectivo, hasta entonces subordinado.¹¹³

A organização popular em torno das festas conectava-se, assim, com sua capacidade de produzir vida e sobrevivência. Tal relação é complementada com a apropriação do território presente no cotidiano das comunidades e que ultrapassavam as fronteiras originais desses *pueblos*. Francisco Pineda, a partir do trabalho de Guillermo Bonfil Batalla, expõe que os *tianguis* integravam um sistema regional amplo que ultrapassava os limites do estado de Morelos. Pineda também aponta seu ponto de vista sobre a importância das festas para os *pueblos*:

En Morelos, como en muchas partes del país, las fiestas, además de su función económica, son factor de cohesión interna y cumplen un papel en las relaciones de fuerza. Las fiestas regionales contrarrestaban las tendencias atomizadoras que imponían las políticas liberales respecto de la propiedad de la tierra, las divisiones administrativas del territorio y las políticas culturales que condenaban lo indígena y exaltaban lo mestizo.¹¹⁴

O historiador aponta, assim, que a relação entre os *pueblos* proporcionada também pelas festas e feiras contrastam com as determinações institucionais e divisões que passavam por cima da organização das próprias comunidades. Paralelamente, essas atividades consistiam em uma autovalorização da existência mesoamericana, em contraste com o racismo deliberado com que o Estado historicamente atuava e que tinha como consequência o genocídio dos povos indígenas¹¹⁵.

Ao longo do levante armado do sul, os *pueblos* rearticulavam-se entre si e reativavam seu intercâmbio cultural, historicamente resistente a uma estratégia de

¹¹³ RESÉNDIZ, Víctor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006, p. 50.

¹¹⁴ PINEDA, Francisco Gómez. *La irrupción zapatista: 1911*. México, D.F.: Ediciones Era, 1997, p. 65.

¹¹⁵ Guillermo Bonfil Batalla aponta as estratégias de genocídio das forças externas no processo que chama de desindianização: “La desindianización, en cambio, es un proceso histórico a través del cual poblaciones que originalmente poseían una identidad particular y distintiva, basada en una cultura propia se ven forzadas a renunciar a esa identidad, con todos los cambios consecuentes en su organización social y su cultura. La desindianización no es resultado del mestizaje biológico, sino de la acción de fuerzas etnocidas que terminan por impedir la continuidad histórica de un pueblo como unidad social y culturalmente diferenciada”. BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo: una civilización negada*. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1994, p. 42.

extermínio. Todas as forças que, ao longo da revolução mexicana, tomaram o poder e controlavam o Exército Federal muniram-se de uma estratégia que atacava o acúmulo cultural dos *pueblos* em combinação com o extermínio dessas vidas. A lógica da produção da vida contida nos *pueblos* e na relação entre eles já era considerada ataque e ameaça às forças hegemônicas.

Como aponta Batalla, a civilização mesoamericana foi constituída a partir de elementos próprios e locais e opostos às lógicas vindas de fora.

La civilización mesoamericana no es producto de la intrusión de elementos culturales foráneos, ajenos a la región, sino del desarrollo acumulado de experiencias locales, propias. [...] la adecuación básica de las culturas indias a las condiciones concretas en que existen los pueblos que la portan – lo que explica su diversidad – y, al mismo tiempo, la unidad que manifiestan más allá de sus particularidades y que se explica por su pertenencia a un mismo horizonte de civilización.¹¹⁶

Assim, ao apoiar-se nas características inerentes aos *pueblos*, o zapatismo definiu seus passos de resistência também a partir dessa autonomia mesoamericana e, assim, enfrentou as forças que nunca foram capazes de compreender a forma de vida desses *pueblos*.

Para sua estratégia de defesa e de ataque às forças hegemônicas em busca de sua transformação radical, o Exército Libertador lançou mão da apropriação histórica do território e da ação coletiva inerente aos *pueblos*. A rearticulação produtiva e cultural entre os *pueblos* facilitou as relações regionais que deram apoio ao Exército Libertador em seu avanço territorial.

Ao analisar a estratégia do Exército Libertador nos primeiros levantes de 1911, que contribuíram para a queda de Porfirio Díaz, Francisco Pineda sublinha a importância da conexão entre os *pueblos* na resistência e no avanço militar:

*La bola*¹¹⁷ zapatista teve uma característica que será de grande importância para o alcance da unidade. Não foram sublevações locais fixas, isto é, levantes que permaneceram em seu próprio lugar de origem, na defensiva e relativamente isolados.

La bola iniciava com levantes locais massivos, se formava uma coluna rebelde – como a de Zapata, Tepepa e tantos outros – que se movia de *pueblo* em *pueblo*. Assim, em movimento e em ofensiva, se ligaram insurgentes de diferentes

¹¹⁶ BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo: una civilización negada*. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1994, p. 30.

¹¹⁷ Expressão mexicana que se refere às festas e às atividades coletivas nelas contidas. Refere-se também a uma movimentação de adesão massiva.

localidades e regiões. Esses deslocamentos potencializaram a força de cada levante local e, ao mesmo tempo, as colunas se fortaleceram.¹¹⁸

Seguindo o raciocínio de Pineda, o movimento ofensivo que seguia de *pueblo* em *pueblo* baseava-se na articulação entre diferentes localidades e certamente se utilizava dos conhecimentos territoriais adquiridos historicamente a partir das relações produtivas e culturais entre os *pueblos* de diferentes regiões. Na sequência do raciocínio, Pineda realiza uma importante análise sobre a especificidade do movimento militar que culminou na força excepcional do Exército Libertador. Não se tratou de um levante “em série”, em que se observaria um ordenamento no processo insurrecional, onde um *pueblo* de cada vez se somaria ao levante. No zapatismo, ocorreu um levante “em paralelo”, onde já havia uma rede de relações que tornou possível uma unidade revolucionária no território e a simultaneidade dos *pueblos* munidos de armas contra a ditadura porfirista, a partir de suas necessidades mais básicas.

Posto que este processo ocorreu por diferentes rumos, é possível considerar que a propagação da energia insurgente foi em paralelo, não em série.

Caso contrário, se fosse em série, teria bastado o esmagamento de um foco rebelde para interromper todo o processo; tal como ocorre, por exemplo, quando se queima apenas um foco de uma série de luzes de natal e falha todo o sistema.

A propagação revolucionária em paralelo – ou se preferirem, a propagação em rede – oferecia possibilidades maiores. Mas é necessário ter presente que, para que isto aconteça, se requer pelo menos duas condições: que, na rede, exista multiplicidade de rotas possíveis e que, na base do povo, exista uma considerável potência de energia rebelde.¹¹⁹

Subjugados pelo mesmo contexto de expulsão de suas terras, unidos pela mesma indignação contra o sistema de *hacienda* e, sobretudo, baseados em uma mesma cultura e materialidade mesoamericana, os *pueblos* que se somaram às fileiras zapatistas possuíam as condições precisas apontadas por Pineda. O elemento de unidade militar e revolucionária do Exército Libertador corresponde, portanto, à unidade implícita na organização dos *pueblos* mesoamericanos.

A estrutura presente nos *pueblos*, que contava com autoridades locais e legitimadas por cada comunidade, também foi aproveitada na organização militar, desde os primeiros momentos do levante zapatista, em 1911. Victor H. S. Reséndiz aponta que algumas autoridades locais que se somavam ao levante eram capazes de trazer junto a si outros

¹¹⁸ PINEDA, Francisco. *Exército Libertador e movimento libertário magonista*. Tradução: Liz Nátili Sória. *Mouro*, Revista do Núcleo de Estudos d'O Capital n. 13, janeiro de 2019. p. 315.

¹¹⁹ PINEDA, Francisco. *Exército Libertador e movimento libertário magonista*. Tradução: Liz Nátili Sória. *Mouro*, Revista do Núcleo de Estudos d'O Capital n. 13, janeiro de 2019, p. 320.

pueblos vizinhos. Foi o caso do importante general zapatista Genovevo de la O, originário de Santa María Ahuacatitlán, ao redor de quem se somaram outros *pueblos* vizinhos como o de Ocuilán, de Ocotepec e de Tetela del Monte.¹²⁰ Reséndiz desenvolve a esse respeito:

Todos los liderazgos se basaron en las estructuras tradicionales de los pueblos para su ascenso y control de un territorio, aunque más propio sería decir “ocupación” de un territorio por parte de sus pobladores. El espacio recuperado era una zona, una región reconocible y con identidades propias y entrecruzadas, ya que se daba a partir de un “empoderamiento” regional del territorio por parte de los pueblos. Los liderazgos se nutrían y fortalecían con las relaciones establecidas previamente por los pueblos.¹²¹

Nesse sentido, o avanço do Exército Libertador no controle territorial caminhou lado a lado com a estrutura comunitária tradicional. Esta relação foi fundamental na constituição de uma resistência extraordinária, capaz de avançar sobre a grande violência dos exércitos comandados pelas forças que tomaram o governo central.

Certamente o contexto de instabilidade nacional, aliado à capacidade do Exército Libertador em ouvir e organizar a potencial unidade presente nos *pueblos* que se somavam em um mesmo horizonte de resistência, foi essencial para a experiência do zapatismo. Ativava-se a capacidade dos *pueblos* na articulação de uma força insurgente contra todas as outras forças inimigas que tinham como um dos objetivos massacrar a experiência histórica mesoamericana e suas propostas de transformação radical. A potência organizativa e popular do zapatismo, apoiada em seus saberes mesoamericanos, ameaçava as estruturas de um capitalismo em pleno desenvolvimento.

As concepções presentes nos outros agrupamentos que lutaram na revolução mexicana – madeiristas, huertistas ou carrancistas – eram contrastantes ou mesmo opostas à visão de mundo desenvolvida pelo comunitarismo mesoamericano, base do levante zapatista. A lógica desenvolvimentista no interior do sistema capitalista, empreendida pelas forças que tomaram e disputaram arduamente o poder central, era totalmente incompatível com a autonomia inerente aos *pueblos* e à *milpa*, em seu mais amplo sentido. Os dirigentes dessas forças externas aos *pueblos* pautavam suas decisões com base em dinâmicas econômicas e institucionais e consideravam a terra tão somente uma forma de monopolização do poder, de produtividade voltada para o capital e de mercadoria. Em contraste, a ação zapatista vinculou-se com o significado mais profundo de território para

---

¹²⁰ RESÉNDIZ, Víctor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006. p. 46.

¹²¹ Id. *ibid.* p. 46.

os *pueblos*, concepção que inevitavelmente avançava sobre os pilares do desenvolvimento capitalista, na região que deu origem ao zapatismo.

Assim, consideramos que, ao longo da expansão violenta das *haciendas* de açúcar, ocorria a separação da comunidade agrária de suas terras e a consequente debilitação de uma relação social incompatível com o capitalismo. Como seguimento do fluxo histórico, a resistência e a força zapatista apoiaram-se justamente nessa relação social e econômica e na sua reativação para lançarem-se em um processo de transformação radical e revolucionário.

Cabe reiterar que a base mesoamericana da luta zapatista contribuiu para seu duplo caráter, local e potencialmente global:

El espacio del pueblo es complejo y no tiene fronteras fijas, únicas. No se rige por leyes impuestas artificialmente, con propósitos administrativos o policiaco militares. Una peregrinación suele ser local y al mismo tiempo regional, puede tener incluso un carácter nacional. La feria de Tepalcingo, Morelos, tuvo esa triple condición en la época de Emiliano Zapata y lo mismo sucedió con la revolución que encabezó el general en jefe.¹²²

Assim, a reativação das conexões entre os *pueblos* não se restringiu apenas ao território original do zapatismo, mas expandiu-se para territórios vizinhos e, ainda que de forma transitória, chegou a meios urbanos, como Puebla e Cidade do México. Da mesma forma, se a *milpa* enquanto modo de produção tradicional era essencial na conexão entre os *pueblos*, como veremos no capítulo 3, o zapatismo não se restringiu ao tradicionalismo mesoamericano, mas relacionou-se de forma revolucionária com meios de produção criados no próprio capitalismo. Assim, a tradicional relação entre os *pueblos* permeou uma série de criações e avanços que dialogavam com a realidade presente e gestavam a possibilidade de um futuro distinto.

3. Restituição de terras – a unidade entre os *pueblos* e o Quartel General zapatista

O motor do levante zapatista era a ação direta produzida coletivamente pelos *pueblos* apoiados em sua força tradicional. Paralelamente, o Quartel General zapatista formulou uma série de determinações jurídicas que assegurava a legitimidade das ações

---

¹²² PINEDA, Francisco. Prólogo. In: RESÉNDIZ, Víctor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006, p. 8.

comunitárias em curso. Neste sentido, o Plano de Ayala teve fundamental importância nas ações de restituição de terras realizadas pelos *pueblos*.

Em 25 de novembro de 1911, o Plano de Ayala foi assinado por sete generais, dezessete coronéis, trinta e quatro capitães e um tenente da guerrilha zapatista¹²³. Segundo John Womack, a junta que assinou o Plano de Ayala era composta pela maioria dos chefes rebeldes que se destacavam em Morelos.

O plano assegurava os interesses dos *pueblos* e pontuava os antídotos do avanço capitalista no território zapatista, isto é, atacava as bases do sistema de *haciendas* consolidado, até então, em Morelos e territórios vizinhos. Conforme exposto no capítulo 1 deste trabalho, o Plano de Ayala pontuava três formas de desestruturação do sistema de *haciendas* que eram também três formas possíveis de retomada de terras pelos *pueblos*: a devolução imediata aos *pueblos* das terras usurpadas pelas *haciendas*; o ataque ao monopólio agrário a partir da expropriação de terras; e a nacionalização dos bens dos inimigos da revolução. Por meio dos artigos 6º, 7º e 8º, os *pueblos* garantiam a devolução do que lhes era próprio e a condição para o desenvolvimento de uma *boa vida*.

Tratava-se de uma espécie de acerto de contas histórico e a garantia de que se reverterse a injustiça promovida pelas *haciendas* e pelo Estado, no violento roubo das terras comunitárias, ao longo dos anos.

As comunicações entre *pueblos* e Quartel General eram, muito frequentemente, embasadas pela forma e pelo conteúdo do Plano de Ayala. Em abril de 1912, o *pueblo* de Ixcamilpa, localizado no estado de Morelos, recebeu uma ordem de restituição de terras assinada por Emiliano Zapata e outros generais importantes:

teniendo en consideración que han presentado sus títulos correspondientes a tierras del pueblo de Ixcamilpa [...] conforme el Plan de Ayala, que entren en posesión de tierras, montes y aguas que les pertenecen y les han pertenecido [...]. Se servirán desde luego los vecinos del pueblo ya referido parar los linderos hasta donde linda el mapa respectivo, pudiendo explotar, labrar, sembrar o cualquiera otra cosa para obtener el fruto de sus mencionadas tierras.¹²⁴

O comunicado faz referência ao artigo 6º do Plano de Ayala e reitera que o processo de restituição das terras devia se realizar de forma imediata – “desde luego”. É importante

¹²³ ESCAMILLA, Ramón Martínez. *Emiliano Zapata: escritos y documentos*. Editores Mexicanos Unidos, S. A, 1978. p. 16.

¹²⁴ ZAPATA, Emiliano; ZAPATA, Eufemio et al. *Primera Restitución de tierras en el área zapatista*. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 119.

pontuar que, nesse documento, o Quartel General dirige-se a um *pueblo* para respaldar totalmente a restituição de suas terras. Expõe-se também o fato de que esse *pueblo* possuía seus títulos de terras, algo comum em outras correspondências¹²⁵ entre *pueblos* e Exército Libertador.

Por exemplo, há três cartas escritas pelo *pueblo* de San Martín Malinalco, localizado no Estado do México, e publicadas no livro “Emiliano Zapata: Antología”¹²⁶ que mencionam a existência do documento “real”. As cartas dirigem-se ao general zapatista Genovevo de la O, entre agosto de 1912 e janeiro de 1913, e solicitam a restituição de terras roubadas em tempos do porfiriato pela *hacienda* Jalmolonga. A carta de 26 de agosto de 1912 afirma:

[...] En complacencia y popularidad, que con mucho anhelo de nuestro amable cariño que le guardamos a Ud. y que ante su fidedignidad mereceremos este bien propio: Que nuestros terrenos nos ha invadido la Hacienda de Jalmolonga atrevidamente, ya hace bastante tiempo, nuestros padres han gastado muchísimo dinero en las justicias, y hasta aun nosotros; siendo que nos ampara nuestro documento ‘real’. [...] En referencia de esto nos abstenemos a Ud. para entrar en posesión y uso de las tierras.¹²⁷

Assinam o documento Demetrio Martínez e Graciano García Velázquez, e constam também mais onze nomes escritos aos quais se segue uma observação: “no saben firmar”. A carta do dia 5 de fevereiro de 1913 retoma as informações da primeira carta e acrescenta: “A Ud. Sr. General nos provea a nuestra defensa [...] como se proclama el plan revolucionario, referente del Plan de ‘San Luis Potosí’ y reformado en Villa de Ayala”.¹²⁸

Em um primeiro plano, observamos no conteúdo das cartas a luta contra a histórica invasão de uma *hacienda* rumo às terras de San Martín Malinalco. Na centralidade da

¹²⁵ AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 1, exp. 3, f.27; f.95; f.121. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 121, 122 e 124.

¹²⁶ ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988.

¹²⁷ MARTÍNEZ, Demetrio et al. Carta do Pueblo de San Martín Malinalco a Genovevo de la O, 26 de agosto de 1912. Estado de México. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 1, exp. 3, f. 27. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 121.

¹²⁸ MARTÍNEZ, Demetrio et al. Carta do Pueblo de San Martín Malinalco a Genovevo de la O, 5 de fevereiro de 1913. Estado de México. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 1, exp. 5, f. 6-7. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988. p. 124.

estratégia traçada por várias gerações, o *pueblo* recorreu aos tribunais com base em seu documento real, sem nunca obter sucesso.

Os títulos de terras referem-se ao documento emitido no tempo da Coroa espanhola – documento real – em um processo que combinou violência com protecionismo jurídico em relação às terras indígenas. Naquele período, foram criadas algumas leis que restringiam a venda e o usufruto dessas terras.

Segundo o historiador argentino Horácio Crespo, o processo jurídico da Coroa que levou à criação dos títulos primordiais baseou-se nas cópias das antigas “mercedes coloniais” de terras e águas para uso das chamadas “autoridades virreinales”, vindas da Espanha como parte de uma das primeiras etapas da colonização.

Esto muestra que la base de la propiedad territorial sujeta a defensas y reclamaciones y asentada en la consciencia colectiva de la comunidad como su patrimonio original, tiene su origen en el sistema colonial [...].¹²⁹

Dessa forma, a ideia de propriedade é instaurada nas comunidades a partir das forças externas. Não se pode ocultar, assim, que o protecionismo legal da Coroa baseava-se em uma forma de poder e de violência colonialista em relação às terras indígenas. Afinal, sabemos que as comunidades mesoamericanas sempre consistiram em uma ameaça em potencial para todo o projeto de colonização. Nas palavras de José Miranda, citado por Crespo:

Sin la compacta unidad proveniente de su antigua constitución y sin el decidido y enérgico propósito colectivo de conservar la tierra propia, que consideraban como parte de su ser, como principal fuente de su vida y como cimiento de una posición económica independiente, sin esa fuerza y ese propósito de los naturales, nada hubiera contenido el avance de la marea española sobre las tierras indígenas.¹³⁰

A atitude da Coroa espanhola, assim, impunha uma forma jurídica colonial que postergava o avanço sobre as terras mesoamericanas – embora obviamente houvesse descumprimentos das determinações legais da Coroa – e, ao mesmo tempo, estabelecia uma forma de controle desses *pueblos*.

No período anterior à revolução, as legislações espanholas sobre a terra influíram forma de luta com que as comunidades tentaram restituir suas terras. Assim, podemos

---

¹²⁹ CRESPO, Horácio. Los pueblos de Morelos. La comunidad agraria, la desamortización liberal en Morelos y una fuente para el estudio de la diferenciación social campesina. In: ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología y Historia, INAH, 2000 p. 60.

¹³⁰ MIRANDA, José *apud*. CRESPO, Horácio. Los pueblos de Morelos.... In: ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, INAH, 2000. p. 61.

compreender o histórico de tentativas jurídicas dos habitantes de San Martín Malinalco na luta por suas terras.

No novo contexto, inaugurado pela insurreição, a possibilidade de ação direta destoa das estratégias anteriores. Baseados no artigo 6º do Plano de Ayala e na urgência proposta pelo plano, o *pueblo* de San Martín busca apoio do Ejército Libertador e escreve, então, para o general Genovevo de la O. Salta aos olhos que o *pueblo* solicite a restituição ao general no lugar de fazê-la diretamente, mesmo com o conhecimento das determinações do Plano de Ayala, que já seriam o registro oficial do respaldo solicitado. Neste sentido, a terceira carta¹³¹ escrita pelo *pueblo*, datada de fevereiro de 1913, nos dá pistas sobre o contexto específico dos conflitos com a *hacienda*.

Que habiendo solicitado nosotros al Sr. Administrador de la Hacienda de Jalmolonga, de esta residencia para entrevistar a los usos de nuestros terrenos, que tenemos dado por el Honorable mando de su merced; y al efecto no se da el Sr. Administrador por conveniente, en motivo que hasta que tomen razón del asunto los dueños de la finca. Creemos verdaderamente nomás es engaño que nos hacen de estar inconformes, tal vez dudan de la palabra de su respetable mando.¹³²

Assim, a carta menciona a atitude do administrador da *hacienda* Jalmolonga como uma força que impedia a realização da restituição de terras registrada no Plano de Ayala, depois de mais de um ano de sua promulgação. Era o final do governo Madero e início do governo golpista de Victoriano Huerta. Havia ainda a coexistência entre *pueblos* e *haciendas* e as restituições iam, portanto, dando-se gradativamente e com variações de ritmos a depender da região e do ano.

Um outro documento publicado por Francisco Pineda em seu livro “Ejército Libertador”, no subcapítulo intitulado “El pueblo con el puño de su mano”, registra um pedido de restituição de terra do *pueblo* de Zacango, também do estado do México, que, em fevereiro de 1915, escreve ao General Zapata solicitando seu livre acesso às terras:

Ciudadano general. Ante usted comparecemos respetuosamente manifestando que los vecinos de este pueblo de Zacango se quejan amargamente que desde que fue en el tiempo porfirista a esta fecha no han gozado de garantías de ninguna clase. [...] Y por tal motivo, ante usted, manifestamos nuestras quejas a fin de que, si usted cree

¹³¹ MARTÍNEZ, Demetrio *et al.* Carta do Pueblo de San Martín Malinalco a Genovevo de la O, 5 de fevereiro de 1913. Estado de México. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa I, Exp. 5, f. 6-7 IN: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988. p. 124.

¹³² MARTÍNEZ, Demetrio *et al.* Carta do Pueblo de San Martín Malinalco a Genovevo de la O, 5 de fevereiro de 1913, Estado de México. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa I, Exp. 5, f.6-7. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. op. cit. 1988, p. 124.

conveniente, el pueblo desea estar libre de pagos de rentas y que tenga terreno suficiente para sembrar en el temporal venidero; pedimos nos libre órdenes para el reparto de terrenos así como para reconocer linderos que reconozcamos de la pertinencia de este pueblo.¹³³

O documento traz também uma resposta de Zapata, que afirma:

[Al margen:] Enterado. Tomen posesión de terrenos, montes y aguas de acuerdo al artículo 6º del Plan de Ayala. Que no paguen renta y que nombren a un guarda-tierra para que reparta los terrenos a la gente que necesita, el general Emiliano Zapata.¹³⁴

Podemos identificar semelhanças entre a carta do *pueblo* de Zacango e a do *pueblo* de San Martin Malinalco. Ambas se dirigem a uma autoridade em busca de ordens oficiais que façam reconhecer na prática os limites de terras de cada *pueblo*. Os *pueblos*, diante do contexto revolucionário, unem-se em busca de uma realidade livre de exploração e de subjugação.

A resposta oferecida por Zapata à Zacango apoia-se no motor da luta zapatista que devolve a autonomia aos próprios *pueblos* no seu processo revolucionário e de restituição de terras. Neste procedimento, o Plano de Ayala carrega um símbolo importante de unificação de uma luta vivida e enfrentada por todos os *pueblos* que se somaram às fileiras do zapatismo e para além de seu território original, Morelos.

Analizamos, ainda, um exemplo em que a comunicação com o Quartel General se dá no sentido de registrar as ações diretas já realizadas no processo de restituição de terra. É o caso do *pueblo* de Santa Inés Ahuatempan, no distrito de Tepexi de Rodriguez, Puebla. Registra-se ao Quartel General, no dia 5 de fevereiro de 1915, a divisão provisória das terras e a distribuição entre os habitantes:

a todos aquellos necesitados que desean poseerlas y que durante la administración pasada no eran ni dueños del terreno que pisaban; igualmente les será repartidos los terrenos que en gobierno pasado hayan pertenecido a los caciques, hacendados y científicos, y que fueron enemigos de la causa que nosotros seguimos y para obrar de acuerdo con los artículos sexto, séptimo y octavo del Plan de Ayala, y octavo del decreto de ocho de septiembre de mil novecientos catorce, se lleve a la práctica inmediatamente, nombrando para ello una comisión que se encargue; dicha comisión será nombrada por el pueblo, para que tomen las providencias necesarias que el caso requiere con el pleno acuerdo del pueblo y sus representantes, para que conforme a la extensión de los terrenos pertenecientes al pueblo de Santa Inés y la Hacienda de

¹³³ El comisario Arcadio Salgado y 10 firmas más, Zacango, Estado de México, 12 de febrero de 1915. AGN. Fondo Emiliano Zapata, Caixa 18, Exp. 2, 136-37. In: PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013. p. 90.

¹³⁴ Id. *ibid*.

la Concepción se reparta a toda la gente menesterosa por partes iguales para su propio beneficio.¹³⁵

Dessa maneira, Santa Inés Ahuatempan realizava as definições sobre a repartição e distribuição de terras tendo como base as determinações do Plano de Ayala. Menciona-se também o decreto do dia 8 de setembro de 1914, que trata da nacionalização dos bens dos inimigos. O artigo oitavo destacado na carta afirma o caráter inalienável dos terrenos que seriam distribuídos, e que somente por hereditariedade é que se mudariam seus possuidores. Além disso, a ata também se refere à organização das tarefas práticas de divisão e estabelecimento dos limites das terras, com encaminhamentos definidos pelos próprios integrantes do *pueblo*.

Assim, é possível afirmar que a retomada das terras se deu gradativamente. Para além da unidade dos *pueblos*, esse processo contou com as especificidades de cada região, de cada *pueblo* e dos distintos momentos que refletiam a complexidade dos acontecimentos mais gerais da revolução mexicana. O que havia em comum é uma conexão com o Quartel General que ora comunicava a legitimidade das restituições de terras, ora era solicitado pelos *pueblos* para apoiá-los na ação direta e ora era informado das ações diretas realizadas pelos próprios *pueblos*. Nessa comunicação, o Plano de Ayala era sempre um ponto de apoio e de registro das ações que deveriam realizar-se a com base nos desejos e nas necessidades dos *pueblos*.

O apoio do Exército Libertador nas ações dos *pueblos* era, assim, parte fundamental para o respaldo das ações de retomada das terras. Sobretudo até 1915, antes da derrocada completa de Victoriano Huerta e antes da expulsão massiva dos *hacendados* do território tomado pelos zapatistas. Rebeldes e *haciendas* coexistiam e confrontavam-se e o Exército Libertador tinha, portanto, o dever de oferecer segurança armada contra a violência equipada dos de cima. As instruções lançadas aos chefes do Exército Libertador, no dia 4 de junho de 1913, pelo Quartel General, atestavam as obrigações da estrutura militar, que eram submetidas às ações dos *pueblos*, afirmam os artigos oitavo e nono:

OCTAVO. Los pueblos reconecerán los terrenos que sean de su legítima propiedad y de acuerdo con lo que dice el Plan de Ayala, en su parte relativa, tomarán posesión de los mismos, haciendo respetar sus derechos por medio de la fuerza de las armas, cuando sea necesario.

---

¹³⁵ DAMIÁN, Cel. Dolores *et al.* Carta al Cuartel General, de 5 de febrero de 1915. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988. p. 259.

NOVENO. Los jefes y oficiales del Ejército Libertador, apoyarán por medio de la fuerza la posesión de terrenos, de los pueblos, siempre que éstos soliciten su intervención ó que las circunstancias exijan la mediación directa de los jefes.¹³⁶

Assim, o apoio do Exército Libertador aos *pueblos* era formalizado em instruções a fim de garantir a proteção e a resistência que fosse necessária no processo de restituição de terras realizadas pelas próprias comunidades.

Aqui observamos um tema importante para a perspectiva organizativa do zapatismo: a aproximação entre comunidades agrárias e Exército Libertador. Subentendemos a partir do artigo oitavo que as comunidades poderiam defender a ação de tomar seus terrenos munidas de armas, o que pressupõe seu acesso a essas armas. Em seguida, no entanto, é apontada a possibilidade de que o Exército Libertador – como força armada – viesse a intervir, mediante a necessidade. A proximidade entre o Exército zapatista e os *pueblos* é comentada por Laura Espejel, Salvador Rueda e Alicia Olivera:

[...] la tropa se confunde con el pueblo, o dicho de otro modo, el pueblo, las familias enteras se incorporan constantemente a la lucha en diferentes formas. El mismo Zapata y sus jefes eran hombres de los pueblos: campesinos peones, aparceros; su autoridad nacía de los consejos locales. [...] El uniforme del ejército era la ropa de trabajo del campesino.¹³⁷

Os autores ressaltam um caráter do Exército Libertador que poderia ser chamado de não-profissional¹³⁸, isto é, os componentes das fileiras militares do zapatismo eram egressos do cotidiano das comunidades, cada guerrilheiro podia ser considerado alguém que “conoce la tierra, porque él mismo es la tierra, humanamente situada y recreada”.¹³⁹ Em contrapartida, o Exército Libertador possuía algumas características de um exército comum, com sua hierarquia e disciplina¹⁴⁰. Além disso, nos avanços militares para além

¹³⁶ Instrucciones a que deberán sujetarse los jefes y oficiales del Ejército Libertador del sur y centro de la república. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, Exp, 7. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988. p. 138.

¹³⁷ ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. op. cit. p. 94.

¹³⁸ Sobre o caráter do exército zapatista, Arturo Warman acrescenta: “El ejército Libertador del Sur no fue un ejército profesional, sino una milicia popular voluntaria. Aunque las necesidades militares requirieron de cuerpos permanentes y de tiempo completo, éstos no llegaron a profesionalizarse, a convertir el ejercicio de las armas en su medio de vida”. WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (org.) *Revuelta, rebelión y, revolución*. México, D.F.: Ediciones ERA, 2012. p. 300.

¹³⁹ ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 27.

¹⁴⁰ De acordo com o Decreto para la reorganización provisional del Ejército libertador, Iguala, fevereiro de 1915, Fondo Gidardo Magaña, Caixa 30, Exp. 9, f. 188. E com a síntese realizada por Francisco Pineda: “Los mandos de las agrupaciones debían ser: el cabo en la escuadra, sargento en el pelotón, teniente en la sección, capitán primero en la compañía, teniente coronel en el batallón, coronel o general brigadier en

do território original do zapatismo, os guerrilheiros do Exército Libertador afastaram-se de seus *pueblos* e estiveram concentrados na tarefa de fazer avançar a revolução zapatista no território mexicano. Assim, as formas de um exército profissional também estiveram presentes no cotidiano do exército zapatista, incluindo pagamento de salário aos soldados.

Entre o não-profissionalismo e o profissionalismo do Exército Libertador, este atendia a diretriz que estabelecia o apoio orgânico das ações de retomada do território gestadas nos *pueblos*. A relação proposta tinha base na unidade dos *pueblos* contra *haciendas*, mas conduzia-se a partir das especificidades de cada comunidade. A interação entre forças armadas zapatistas e *pueblos*, bem como sua compreensão mútua sobre o sentido da insurreição, foi substancial para a amplitude da experiência zapatista em meio a um contexto de precariedade, derivado da guerra.

Para além do processo de restituição de terras, estava a necessidade de organização produtiva e do autossustento diante das dificuldades do período. Neste sentido, o acesso e a organização do território eram centrais e propunham uma série de questões a serem enfrentadas. Enquanto o Quartel General lançava diretrizes sobre o processo de organização produtiva a partir das questões que surgiam, o cultivo tradicional da *milpa* ia gradativamente se reativando. Alguns documentos mencionam a produção de milho de diferentes formas.

Em outubro de 1914, Martín Hernández, autoridade do *pueblo* de Yecosejea, no estado de Guerrero, escreve à Emiliano Zapata e expõe que o gado dos vizinhos está prejudicando e passando por cima da *milpa* de seu *pueblo*.

que durante los meses julio, agosto, septe y parte del actual, los hijos de esta cuadrilla, gente indígena la más [ilegível] menesterosa: hemos sufrido grandes pérdidas en nuestras sementeras causa de los ganados vacuno propiedades del Sr. Miguel Nava [...] sufrimos los daños y perjuicios, y nos quejamos y como humildes y pobres no nos hacen mérito.¹⁴¹

À margem do documento, há uma resposta em que se autoriza cobrar os vizinhos pelo prejuízo, se necessário, com a ajuda de um chefe revolucionário.

Em uma outra carta à Emiliano Zapata, o sargento Augustín Ochoa solicita autorização para sair provisoriamente da frente de batalha para o trabalho da plantação:

---

el regimiento, general brigadier o de brigada en la brigada y general de división o de brigada en división." PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador*, 1915. Nota 35, capítulo 3. México, D.F.: Ediciones Era, 2013, p. 405.

¹⁴¹ Carta de Martín Hernández para Quartel General. 7 de outubro de 1914. Yecosajea, Guerrero. AGN, Fondo Emiliano Zapata. Caixa 1, Exp. 22, fs. 6 e 7.

Muy señor mío de mi respecto, la presente es para decirle, que en virtud a los buenos o malos trabajos que yo haya prestado a la causa que se defiende, yque en el tiempo trascurido que yo he trabajado, siendo la época de 1911 hazta hoy yal encuentrame tan escaso de recursos tanto yo como mi familia pido vd la merced de darme permiso para trabajar en los campos de labores para remediar mi necesidad.¹⁴²

À margem do documento há resposta em que se concede a permissão para que o sargento Ochoa volte a plantar nos campos de San Nicolas.

Dessa forma, o Quartel General também mediava questões e conflitos na esfera da produção e da *milpa*. As solicitações vinham da força mais próxima e íntima das plantações, isto é, dos próprios trabalhadores da terra, e as respostas lhes apoiavam na resolução das dificuldades e questões expostas.

A reativação dos cultivos e o acesso ao território a partir de forças autônomas davam-se em meio a um contexto bastante complexo, marcado pela violência da guerra. Na construção do cotidiano revolucionário, gestava-se a possibilidade de efetivação definitiva da experiência vivida pelos rebeldes. Colocava-se, assim, uma série de tarefas práticas e questões nesse processo de auto-organização, a partir da gradativa expulsão das *haciendas* do território tomado pelos rebeldes.

Como se daria a organização dos terrenos restituídos? O que fazer com os terrenos expropriados que não possuísem títulos de terra? Como garantir uma distribuição justa para todas as comunidades e habitantes? Algumas propostas para essas questões eram indicadas em uma série de instruções e de decretos, cujo objetivo maior era dialogar com as dificuldades e tarefas práticas do processo revolucionário. Nesse sentido, o Quartel General também lançou instruções e decretos que buscavam sistematizar e organizar as necessidades da produção no território zapatista.

O decreto de 8 de setembro de 1914 tratou da autonomia das comunidades na escolha da forma de produção da terra – comunitária ou pequena propriedade. O artigo VI desse decreto afirma:

Los terrenos, montes y aguas nacionalizadas a los enemigos de la causa que se defiende serán distribuidos en comunidad para los pueblos que lo pretendan y en fraccionamiento para los que así lo deseen.¹⁴³

¹⁴² Carta de Augustín Ochoa a Emiliano Zapata. Novembro de 1914. Jojutla. AGN, Fundo Emiliano Zapata. C.2, E. 1, F. 53.

¹⁴³ ZAPATA, Emiliano, decreto de 8 de setembro de 1914, Cuernavaca. In: *Emiliano Zapata: antología*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 238.

Assim, deixava-se a decisão sobre a forma de repartição aos próprios *pueblos*, dando como possibilidade formal a comunidade ou a pequena propriedade. Segundo Arturo Warman, até onde se sabe o anúncio da dotação individual não ocorreu no território tomado: “Los pueblos fueron el único sujeto del reparto agrario zapatista”¹⁴⁴. Os decretos, no entanto, derivavam das necessidades imediatas das comunidades zapatistas, o que torna plausível que a discussão sobre o tipo de propriedade não fosse sempre consensual. De toda forma, é certo que a herança coletiva da *milpa* propõe uma tendência coletiva no trabalho dos *pueblos*, ainda que a decisão fosse a repartição em pequenas propriedades.

Outra instrução sobre a repartição dos terrenos dos inimigos da revolução, datado em 11 de fevereiro de 1914, trata das terras expropriadas e nacionalizadas que não pertenciam a nenhum *pueblo*. O documento aponta que esses terrenos seriam repartidos em lotes iguais e direcionados aos *pueblos* que necessitassem. Outra indicação é que essa repartição se daria por sorteio e que “nadie absolutamente tendrá derecho a obtener más de un lote o fracción de terreno, que destinará para su familia”¹⁴⁵. A instrução também afirmava o caráter inalienável desses lotes: “Las fracciones o lotes de terrenos comprendidos en los incisos anteriores, no son vendibles y serán nulos todos los contratos que tiendan a enajenar dichos lotes o fracciones”¹⁴⁶.

Estabelecia-se, assim, um antídoto contra a mercantilização da terra. Ciente das forças com as quais disputava, o zapatismo registrava suas premissas a favor dos *pueblos*. Estes decretos e a documentação produzida com base em sua luta e resistência tinha, ao mesmo tempo, a função de organizar questões vindas da prática e de defender as decisões realizadas nos *pueblos*. O conjunto de determinações do Quartel General acaba também por formar o que Arturo Warman chamou de projeto político do zapatismo¹⁴⁷, que se somava com a disputa do Ejército Libertador em seus avanços e resistências territoriais.

Assim, nas diretrizes lançadas pelo Quartel General, o vocabulário que, de um lado, proíbe a alienação dos territórios restituídos e, de outro, dá autonomia às comunidades

---

¹⁴⁴ WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (org.) *Revuelta, rebelión y revolución*. México, D.F.: Ediciones ERA, 2012. p. 303.

¹⁴⁵ ZAPATA, Emiliano. *Instrucciones a que deberá sujetarse el C. para establecer la repartición de terrenos pertenecientes a los enemigos de la revolución y defensores del mal gobierno ilegal de Huerta*. Morelos, 11 de fevereiro de 1914. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, Exp. 7, f. 111. In: ESPEJEL, RUEDA e OLIVERA. op. cit. p. 181.

¹⁴⁶ Id. Ibid.

¹⁴⁷ WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (org.) *Revuelta, rebelión y revolución*. México, D.F.: Ediciones ERA. 2012. p. 303.

para a escolha da divisão das terras propõe uma leitura importante de seu tempo histórico. O capitalismo e seus pilares ainda não estavam eliminados da disputa enfrentada pelo zapatismo. A possibilidade da venda de terras ia totalmente contra a luta dos *pueblos*. Já a forma de divisão das terras era considerada direito dos *pueblos*, cada qual diante de seu contexto, sem que isso significasse uma grande contradição no processo revolucionário. Os *pueblos* poderiam decidir melhor sobre a forma de organização de seus espaços próprios produtivos.

Outro documento com detalhes importantes sobre o processo de organização produtiva nas comunidades tem a forma de uma instrução ou de um decreto, embora não leve título algum. Trata-se de onze pontos¹⁴⁸ destinados a organizar o trabalho das chamadas *Comisiones Agrarias del estado de Morelos*, órgão que obedecia a diretrizes vindas do Quartel General mas que era composto por integrantes externos ao movimento. As Comissões Agrárias foram chamadas pelo Ejército Libertador, no final de 1914, para auxiliar tecnicamente a realização das divisões das terras que eram das *haciendas* e foram retomadas pelos *pueblos*. Eram, em parte, constituídas por engenheiros vindos da Escola Nacional de Agricultura, isto é, técnicos que, com seu conhecimento, auxiliariam na tarefa de reorganização agrícola dos *pueblos*. As Comissões Agrárias do estado de Morelos atuaram em Cuernavaca, Yautepec, Cuautla, Jojutla, Jonacatepec y Tetecala.

As instruções dadas às Comissões Agrárias também voltam a expor o conteúdo do artigo 6º do Plano de Ayala, a respeito das restituições, por meio da apresentação dos títulos. Também expõem e especificam quem e como são considerados os inimigos da Revolução. A novidade aparece no ponto 4, que afirma:

Cuando un pueblo o individuo despojado de algún prédio, no posea los títulos respectivos, por haberlos extraviado o por cualquiera otra causa, los representantes del Ministerio procederán a hacer una minuciosa investigación, recabando todos los datos necesarios para esclarecer si hay derecho a la reclamación, y en caso de que la haya, se dará posesión de lo reclamado a su primitivo dueño.¹⁴⁹

Assim, contemplava-se também os *pueblos* que, pelo motivo que fosse, não guardavam títulos de terras. Relativizava-se, assim, a exclusividade da base jurídica

---

¹⁴⁸ *A las comisiones Agrarias del Estado de Morelos*, 10 de setembro de 1914. Morelos In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 240.

¹⁴⁹ *A las comisiones Agrarias del Estado de Morelos*, 10 de setembro de 1914. Morelos In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 240.

expedida nos tempos da Coroa. O fundamento revolucionário de restituir o território, assim, tinha a possibilidade de constituir-se a partir de suas próprias bases de investigação e de determinação a partir das necessidades das comunidades.

Sobre esta questão, era possível localizar *pueblos* que queriam mais terras do que as registradas no tempo da Coroa espanhola. O *pueblo* de Tecamatlán, no estado de Puebla, por exemplo, escreve, em novembro de 1912 a Genovevo de la O e afirma a necessidade de mais terras para a quantidade de habitantes do *pueblo*:

Los que suscribimos, originarios y vecinos del pueblo de Tecamatlán, ante Ud. con mucho respeto manifestamos que las seiscientas varas de fundo que los españoles dieron a este mismo pueblo, no es capaz dicha extensión de producir la manutención necesaria para el número de familias que viven en este lugar.¹⁵⁰

O *pueblo* segue solicitando que as terras da *hacienda* vizinha também sirvam a sua produção e, com um senso histórico bastante preciso, afirma:

Nos parece que no está en razón ni es de justicia, seguir observándose las imposiciones caprichosas que [...] hicieron los españoles, cuando dominaron a nuestro país, costumbres convenencieras que dejaron reducidos a los pueblos por todas partes, despojando a los mexicanos de lo que realmente les pertenecía para formar sus haciendas, de lo mejor de nuestra bendita tierra, haciendas que han servido para humillar, hostilizar y maltratar a nosotros, los mexicanos. [...] protestamos seguir contribuyendo con nuestro óbolo al movimiento revolucionario.¹⁵¹

O documento, assinado por oito homens pertencentes ao *pueblo* de Tecamatlán, contrapõe-se à utilização da justiça espanhola como base da reconstrução comunitária. No lugar, elabora sobre as próprias necessidades e as coloca como parâmetro no processo revolucionário. Assim, nas entrelinhas da solicitação presente na carta de Tecamatlán, afirma-se: se o *pueblo* precisa de mais terras do que o estabelecido nos títulos reais, que se tome a quantidade necessária para reconstrução do território revolucionário.

A respeito das movimentações práticas dos *pueblos* em relação a sua restituição de terra e os limites dados pelos títulos de terra, Marte E. Gomez, integrante das *Comisiones Agrarias del Sur*, comenta o trabalho desse agrupamento:

¹⁵⁰ Carta do *pueblo* de Tecamatlán ao general Genovevo de la O, 21 de novembro de 1912. AGN. Fundo Genovevo de la O, Caixa 1, Exp. 3, f. 121. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. op. cit. p. 123.

¹⁵¹ Carta do *pueblo* de Tecamatlán ao general Genovevo de la O, 21 de novembro de 1912. AGN. Fundo Genovevo de la O, Caixa 1, Exp. 3, f. 121. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. op. cit. p. 123.

En teoría, estábamos encargados de restituir el conjunto geométrico de la propiedad rústica que había sido establecida por el Gobierno Colonial y que garantizaban los títulos que aportaba cada pueblo; en la práctica había un acuerdo tácito por parte de los mismos pueblos, para hacer tabla rasa con las haciendas, dividiéndose sus despojos, como las haciendas se habían dividido, en los últimos años de la Dictadura, los despojos de los pueblos.¹⁵²

Havia, assim, uma distância entre a teoria e a prática vivenciada pelo trabalho externo desenvolvido por essas comissões. Apesar do reconhecimento dos títulos, os *pueblos* também afirmavam a retomada das terras das *haciendas* apenas por serem terras concentradas em mãos de exploradores. Isto é, no acordo tácito comunitário, mesmo na ausência da documentação real, as terras das *haciendas* deveriam ser distribuídas entre os camponeses indígenas, apenas por se tratarem de territórios historicamente roubados, com ou sem provas de uma justiça antiga, que sempre defendeu os interesses das classes dominantes.

O trabalho desenvolvido pelas Comissões Agrárias de Morelos encontrou ainda outras contradições no encontro com os *pueblos*. Ainda que fossem comissões dispostas a colaborar no processo de transformação revolucionária, possuíam uma perspectiva técnica e legal que nem sempre condizia com a realidade das comunidades. A esse respeito, M. E. Gomez refere-se a um discurso de Zapata feito aos engenheiros agrícolas, transcrito desta forma:

los pueblos dicen que este tecorral es su lindero, por él se me van ustedes a llevar su trazo. Ustedes, los ingenieros son a veces muy afectos a sus líneas rectas, pero el lindero va a ser el tecorral, aunque tengan que trabajar seis meses midiéndole todas su entradas y salidas.¹⁵³

Zapata referia-se ao limite entre um terreno e outro que seria marcado pelo chamado *tecorral*, montes de pedra que delimitavam as propriedades. Os limites apontados pelos *pueblos* podiam subir e descer montanhas ou outros acidentes naturais e assim deveria construir-se os limites de terra dos *pueblos*. Referindo-se a esse discurso de Zapata, M. E. Gomez afirma ainda:

Me di cuenta entonces de que, sin perjuicio de que la sencillez campirana con que el General Zapata expresaba sus ideas, en el fondo lo que pedía era lo mismo que también querían todos sus coterráneos: linderos justos y, en la medida de lo posible, accidentes naturales del terreno que evitaran problemas futuros.¹⁵⁴

¹⁵² GOMEZ, Marte. E. *Comisiones agrarias del sur*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana. 1966, p. 62.

¹⁵³ Id. Ibid., p. 52.

¹⁵⁴ GOMEZ, Marte. E. *Comisiones agrarias del sur*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana. 1966.

Os limites justos e o respeito aos acidentes naturais dos terrenos eram assim exigências básicas dos *pueblos*, expostas de maneira direta aos integrantes das comissões que vinham colaborar nesse processo.

Assim, a restituição de terras entre os *pueblos* zapatistas era acompanhada por um debate permanente sobre os parâmetros a serem utilizados para a realização desse processo. O Quartel General lançava instruções que correspondiam a questões elaboradas diante da prática e das especificidades de cada *pueblo*. Os contextos não eram iguais; embora houvesse uma unidade na necessidade de recuperação do território e de um modo de vida, o processo de restituição contou com alguma diversidade nas argumentações lançadas pelos próprios *pueblos*. Enquanto alguns lançavam mão de seus títulos para solicitar apoio do Exército Libertador, de acordo com o artigo 6º do Plano de Ayala, outros avançavam sobre as terras sem que necessariamente estivessem munidos de títulos, e reivindicavam que suas necessidades fossem o parâmetro para o processo de retomada das terras, tal como o caso citado do *pueblo* de Tecomatlán. Paralelamente, a perspectiva técnica das comissões agrárias do sul teve que se adaptar permanentemente às lógicas específicas dos *pueblos* e a seu processo de unidade. Havia acordos mútuos formulados entre as comunidades a partir de sua prática, o que nem sempre era registrado pelo Quartel General em suas documentações e instruções.

Pouco a pouco, iam-se enfrentando as tarefas básicas do processo que reorganizava os *pueblos* em seu território próprio. Arturo Warman afirma que desde a queda de Victoriano Huerta, em meados de 1914, até março de 1915, centenas de comunidades retomavam suas atividades coletivas em terras restituídas.

Después de cuatro años de vivir amenazados por el hambre, los campesinos sembraron milpas y usaron el agua, confusamente repartida entre los pueblos, para obtener cosechas de chile, jitomate y cebolla. [...] Los pueblos se lanzaron al trabajo con entusiasmo y consiguieron abundantes cosechas de los campos calcinados. Un sorprendente remedo de prosperidad alcanzó a los campesinos, que acaso por primera vez vivían mejor que los habitantes de las ciudades.¹⁵⁵

Diante da restituição das terras, a produção era retomada e as condições materiais dos *pueblos* tornavam-se menos precárias, ainda que o contexto fosse de muita escassez, por conta da guerra. O zapatismo ia, assim, propondo sua experiência prática de forma

---

¹⁵⁵ WARMAN, Arturo. *...y venimos a contradecir: los campesinos de Morelos y el Estado nacional*. México, D.F: Ediciones de la Casa Chata, 1978, p. 115 e 116.

autônoma e sem esperar que o Estado desse diretrizes e leis para a realização de suas necessidades. Como afirma Warman, os sujeitos desse processo eram os próprios *pueblos*, que junto à terra recebiam a autoridade para manuseá-la livremente, sem a intervenção do Estado¹⁵⁶.

A possibilidade de que o processo de restituição de terras pelos *pueblos* zapatistas fosse uma ação autônoma só pôde existir por conta de determinadas relações e características: a unidade dos *pueblos* entre si em uma mesma materialidade mesoamericana; o apoio organizado do Quartel General e do Exército Libertador às demandas dos *pueblos*. Paralelamente, o avanço militar no território para além do estado de Morelos garantiu a expulsão das forças dominantes das *haciendas*, ao menos até março de 1916, quando o exército carrancista promovia sua primeira e fracassada invasão em território zapatista, mas que teve um impacto profundo nas realizações produtivas do zapatismo. O movimento era constituído, assim, por uma unidade entre diferentes instâncias que agiam e se correspondiam em uma mesma perspectiva pautada nas necessidades históricas e em uma luta contra a forma do capital no território zapatista. Sobre a unidade revolucionária contida no movimento do sul, Francisco Pineda aponta que:

Control de territorio representaba para los revolucionarios zapatistas, también control de la producción; en una escala que, ciertamente, correspondía a la correlación de fuerzas del momento, pero que se hizo desde el inicio de la guerra. Ese tipo de organización cuidadosa tiene valor para el análisis histórico, puesto que es un indicador de la posibilidad que tiene la masa de transformarse en ejército revolucionario.¹⁵⁷

Produção exercida pelos *pueblos* e o território defendido e conquistado pelo Exército Libertador eram, portanto, os elementos que davam uma mesma base para a realização e a expansão do projeto zapatista. Assim, as ações militares do Exército Libertador ganhavam caráter popular por não se descolarem das necessidades dos *pueblos*. No objetivo comum, a luta contra a ordem capitalista que aliena o trabalho e a proposição de uma materialidade de larga duração davam espaços para a prática histórica de uma economia e cultura ancestral.

---

¹⁵⁶ Id. Ibid. p. 115.

¹⁵⁷ PINEDA, Francisco. Guerra y cultura: el antizapatismo en el gobierno madero. In: ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología y Historia, INAH, 2000 p. 211.

Dessa forma, em um período importante na revolução zapatista, os *pueblos* puderam experimentar uma forma de vida que se contrapunha à violência das *haciendas*. Puderam retomar seu território, apoiados por uma estrutura militar e popular. Em meio à pobreza, as relações mesoamericanas ganhavam espaço na vivência comunitária e na retomada de sua produção baseada na *milpa*. Com grande esforço, a *boa vida* e a auto-organização das comunidades voltava a ser provada em território zapatistas. As formas de organização tiveram pouco tempo para seu aprofundamento. Mas o processo de expulsão das *haciendas* e a retomada produtiva do território pelos *pueblos* zapatistas marcou um tempo histórico de maneira irreversível. Um de seus reflexos mais evidentes foi o fim da hegemonia da produção de açúcar no território retomado pelo zapatismo.

Capítulo 3: As novas formas de produção no território zapatista

O fato de que a base da insurreição zapatista é formada, predominantemente, pela experiência do campesinato indígena traz características peculiares a este movimento. No entanto, os *pueblos* indígenas e camponeses zapatistas receberam em suas fileiras de resistência os trabalhadores da indústria açucareira do estado de Morelos. Além disso, o zapatismo não se enquadra em muitas análises históricas que generalizam o camponês como classe conservadora e retrógrada. Em geral, tal perspectiva toma como base uma suposta visão de mundo camponesa cujo contentamento com o acesso a uma propriedade privada colocaria freios a uma ação revolucionária mais ampla vinda desta classe. Na historiografia da revolução mexicana é possível encontrar diversas versões que também reproduzem essa análise. Nelas, o zapatismo é exposto como um movimento voltado à simples recuperação de um passado, sem perspectiva de progresso e, sobretudo, isolado numa visão localista e sem capacidade de pensar e agir para além de suas fronteiras.

No entanto, o que vemos ao analisar o movimento é a elaboração de um projeto político e econômico bastante complexo. O projeto foi derrotado por uma combinação de forças compromissadas a fazer a manutenção do suposto progresso do capitalismo. Ainda assim, o zapatismo teve um processo de gestação apoiado na prática e chegou a ensaiar uma ação revolucionária mais ampla que fez conviver em seu cotidiano o que nas análises tradicionais não seria possível: saberes tradicionais com a ocupação dos meios de produção desenvolvidos no capitalismo; uso comunitário da terra e propostas que iam ao encontro dos setores operários; ocupação do território em que se originou a luta e expansão militar com ações diretas para outros territórios, inclusive em meio urbano.

A capacidade do movimento do sul em propor um projeto revolucionário ganha maior dimensão se lembrarmos do papel reacionário que alguns setores operários cumpriram juntamente ao governo de Venustiano Carranza. No início de 1915, setores operários uniram-se ao exército constitucionalista de Carranza em uma aliança chamada de *Batallones Rojos*. Seu objetivo maior era somar forças no avanço contra os camponeses revoltosos do norte e do sul, considerados bandidos e primitivos.

Na peça de teatro “Tierra y Libertad” escrita por Ricardo Flores Magón, em 1916, representa-se a negociação entre governo e sindicato para estabelecer a aliança contra os camponeses. A voz da personagem intitulada “Ministro” expõe aquilo que, para Magón, era uma grande responsável pelo processo que possibilitava a cooptação operária: a hierarquia.

MINISTRO: Si no fueran tan útiles al capitalismo y al Gobierno estos jefes obreros, les levantaría a la canasta, no les pagaría más sueldo. Pero ¿qué hacer sin ellos? Si se dejase a los trabajadores obrar por su propia iniciativa ... ¡adiós, sistema capitalista! Mientras que, teniendo jefes, nosotros nos entendemos con esos jefes, y los jefes se encargan de adormecerlos. Sin jefes, los obreros ya se habrían echado sobre la maquinaria para trabajar por su cuenta, como los campesinos se están apoderando de las tierras para independerse [sic] económicamente.¹⁵⁸

A ideia trazida por Magón na obra de teatro expõe a organização hierárquica do trabalho operário como elemento central na exploração capitalista. Magón também problematiza o coro das análises que colocam o operariado como o setor central no processo revolucionário. A história de resistência em meio ao que se chamou de revolução mexicana expõe que, por algumas vezes, as experiências com maior capacidade transformadora vieram do campo.

A prática revolucionária do zapatismo se focou no modo de produção camponês e indígena e no que chamamos no capítulo anterior de economia do *maíz*. O que gostaríamos de expor neste capítulo, no entanto, são algumas ações da insurreição do sul que extrapolaram essa realidade original e se relacionaram com a ocupação de engenhos de açúcar, ferrovias, fábricas, emissão própria de moedas e a realidade operária de forma geral. No interior das proposições que interagem com as formas de produção originadas em meio ao capitalismo conviviam processos radicais de transformação e limites movidos pelo contexto bastante complexo. As tentativas de apropriação revolucionária dessas formas de produção por parte do zapatismo tiveram a guerra e suas diversas formas de violência como uma constância. Para analisar essa experiência é preciso compreender como se deu a relação entre a necessidade dos *pueblos* e as demandas do Exército Libertador e do projeto revolucionário em questão.

A relação do zapatismo com as novas formas de produção é a relação do movimento com os elementos do território retomado. Neste território, perdurava a herança comunitária dos *pueblos* e também a estrutura deixada pelo avanço do capital no tempo que marca os antecedentes da revolução. Para compreender a estrutura deixada pelo sistema de *haciendas*, retomaremos os detalhes da produção açucareira no território de Morelos e a estratégia inicial do zapatismo no enfrentamento das *haciendas*. Em seguida, falaremos sobre a produção de açúcar conduzida pelo zapatismo por meio do que o

---

¹⁵⁸ MAGÓN, Ricardo Flores. *Tierra y Libertad*. 1916. Disponível em <<http://archivomagon.net/obras-completas/obra-literaria-1910-1917/teatro/tierralibertad/>>. Acesso em março de 2019.

movimento chamou de Fábricas Nacionais, produto da nacionalização dos meios de produção deixados pelos inimigos. Trata-se de um momento de avanço da revolução do sul e ao mesmo tempo de tentativas de conciliação entre as necessidades avistadas pelo Quartel General e os desejos dos *pueblos*.

Na parte final deste capítulo comentaremos outras experiências com formas de produção não originárias. A existência da Caixa de Crédito Rural fundada pelo zapatismo, a ocupação da Fábrica de papel de San Rafael pelo movimento, o controle das linhas de trem e a emissão de moedas de prata e cobre são alguns exemplos da tentativa do zapatismo de transformar e emancipar seu território.

A relação do zapatismo com meios de produção típicos das cidades abre espaço para um último ponto que iremos abordar. Trata-se dos debates nos quais o movimento defendeu a liberdade do movimento operário, bem como a necessidade de unidade entre campo e cidade.

1. A invasão do açúcar em Morelos

A produção de açúcar no estado de Morelos varreu do território um modo específico de produzir a vida derivada de um tempo mesoamericano. A produção de açúcar no território que deu origem ao zapatismo carregou em seu processo a violenta concentração de terras nas mãos de *hacendados* e a consequente submissão da força de trabalho dos povos tradicionais despejados de seu modo de vida. A especificidade desse produto na história do México é sublinhada pelo historiador argentino Horácio Crespo:

La actividad azucarera fue producto de la Conquista, lo que significa que se constituyó sobre la base de la instrucción de un saber tecnológico ajeno a la realidad prehispánica. Las condiciones de asimilación del nuevo cultivo y del proceso de elaboración se enmarcaron en la red de relaciones interculturales de ese momento, presididas por la asimetría básica del binomio conquistador-conquistado. La actividad azucarera fue un elemento extraño cuyo espacio se abrió violentando el orden previamente existente: producción de europeos que por largo tiempo fue para europeos.¹⁵⁹

Em Morelos de 1910, a produção de açúcar chegava a seu auge e contrastava com a economia tradicional dos *pueblos*, que era abafada no território. A gradativa devastação da economia comunitária despejava comunidades inteiras para o plantio de cana. A quantidade de açúcar produzida com força de trabalho dos *pueblos* não seria obviamente

---

¹⁵⁹ CRESPO, Horácio (Dir.). *Historia del azúcar en México*. Vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1988, p. 337.

absorvida para seu autoconsumo ou circulação interna, como ocorria com a *milpa*. Tratava-se de abastecer um mercado nacional e também internacional, cujo lucro tampouco voltaria para os donos do trabalho braçal nos engenhos de açúcar.

As *haciendas* de açúcar eram a força econômica dominante no estado de Morelos desde o século XVI¹⁶⁰. Horácio Crespo aponta que o aumento massivo da produção de açúcar em Morelos teve início já a partir de 1850, ou seja, antes mesmo do porfiriato. Até a década de 1870, os engenhos morelenses chegariam ao limite da capacidade de produção com a tecnologia existente. Esse crescimento já afetava significativamente as terras comunais em Morelos e a autonomia dos camponeses e indígenas em relação a seu território. A produção de açúcar tomava o espaço das terras comunitárias e obrigava os *pueblos* a tornarem-se arrendatários ou jornaleiros de suas próprias terras. Nas palavras de Gilly, as *haciendas* haviam crescido devorando as terras dos *pueblos* e incorporando em seu seio os mesmos *pueblos*¹⁶¹. Essas terras arrendadas ainda não se destinavam à produção de cana, mas já eram controladas pelas *haciendas* a partir desse período.

Assim, constituía-se um grande negócio para a classe dominante que, nas palavras de Francisco Pineda, “desde Hernán Cortés, no desembolsaron nada para adquirir tierras, montes y aguas [...]. Uno de los grandes privilegios de la dominación colonial fue el que ‘salía barato hacerse rico’, es una regalía de la guerra”¹⁶².

Os terrenos utilizados pelas *haciendas* eram repartidos basicamente em três espaços ocupados por diferentes atividades: o cultivo da cana, que utilizava as melhores terras; a moenda e produção de açúcar, local em que se concentravam as maquinarias; e a criação de gado que servia para o arado, para o transporte de cana e para a tração dos engenhos. As águas destinavam-se à irrigação da cana e os montes serviam à extração de madeira que alimentaria o próprio cultivo de cana e a estrutura do engenho¹⁶³.

O período do porfiriato foi marcado pelo acelerado crescimento e modernização tecnológica. Essa produtividade alterou ainda mais o tipo de relação existente entre os grupos sociais e seu território. A construção de uma extensa rede de ferrovias¹⁶⁴

¹⁶⁰ GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S.A, 1971, p. 50.

¹⁶¹ Id. Ibid. p. 29.

¹⁶² PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edición. México, D.F.: Ediciones Era, 1997, p. 29.

¹⁶³ Id. ibid. 1997. p. 29.

¹⁶⁴ Sobre os impactos da rede de linhas de trem na economia de açúcar ver CRESPO, Horácio (Dir.). *Historia del azúcar en México*. Vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1988, p. 399: “La implantación del ferrocarril desplazó paulatina pero firmemente a las recuas de mulas como medio de transporte del azúcar a la ciudad de México o a otros consumidores [...]. En Morelos, el sistema ferroviario regional se integró entre 1881 y 1904, y sólo en la región de Tetacala las mulas quedaron como un elemento

proporcionou o transporte de maquinaria específica para a modernização tecnológica dos engenhos, além de facilitar o escoamento da produção para outras regiões. No caso de Morelos, destaca-se a ferrovia que ligava Veracruz com a Cidade do México, e que possuía ramais que iam até Cuautla e Yaytepec, construídos em 1881 e 1883.

Segundo Horácio Crespo, nas primeiras décadas do Porfiriato, isto é, de 1870 a 1892, a produção de açúcar em Morelos ao menos duplicou e, no fim do período porfirista, em 1909, havia quase triplicado. Juntamente ao processo de aumento da modernização e produtividade, houve uma concentração das unidades industriais de produção de açúcar. No final do porfiriato, eram 24 engenhos em Morelos capazes de produzir a terça parte de açúcar do México¹⁶⁵, o que fazia do estado a terceira região açucareira do mundo e a mais moderna do país.

Assim, coexistia em Morelos uma enorme desigualdade, em que contrastava a riqueza dos *hacendados* – rodeada de decorações luxuosas, móveis e mansões – e a pobreza daqueles que tiveram seu território arrancado de si e a quem não restou mais que sua própria força de trabalho.

A expansão das *haciendas* apoiava-se também em uma visão hegemônica sobre os indígenas. Estes eram vistos como primitivos e atrasados, que viviam imóveis no passado. Já as *haciendas* seriam a expressão do progresso em prol do desenvolvimento e do futuro. Essa ideologia desenvolvia-se com base na necessidade de expansão do capital, que fazia com que a paisagem de Morelos se modificasse bastante depressa. Surgia um extenso canavial plantado nas terras mais férteis e dominado pelas *haciendas*, que dirigiam e organizavam o trabalho imposto no campo, que determinavam as técnicas de produção e o tipo de produto que se arrancava da natureza¹⁶⁶.

A tecnologia nos engenhos se desenvolvia com base nas diretrizes materiais e imateriais do capital e seu impacto intensificava ainda mais a dominação do território pelas *haciendas*. Paralelamente, modificavam-se as relações de trabalho no interior dos engenhos.

Arturo Warman afirma que as novas máquinas retiraram a capacidade de decisão dos trabalhadores e tomaram o lugar dos saberes presentes no processo de produção rudimentar do açúcar. Horácio Crespo problematiza essa versão, apontando que a

---

importante, como forma de enlace entre las haciendas y las estaciones de ferrocarril ubicadas a distancias todavía relativamente grandes de los centros de producción.”

¹⁶⁵ GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S.A, 1971, p. 87.

¹⁶⁶ RUEDA, Salvador. *El paraíso de la caña: historia de una construcción imaginaria*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1998. p. 53.

mudança qualitativa na função do trabalhador, provocada pela modernização tecnológica nos engenhos, não conduziu somente à alienação do trabalho. Afirma ainda que a mecanização não fez desaparecer totalmente o antigo mestre artesão, mas que apenas o substituiu pelo operário qualificado da grande indústria. Além disso, o autor afirma que a tecnologia foi responsável por eliminar aspectos brutais das antigas manufaturas açucareiras, melhorando as condições de trabalho¹⁶⁷.

No entanto, sabemos que a produtividade, desde antes do processo de modernização, servia às demandas do capital, e não as do trabalhador. A tecnologia de forma alguma foi pensada para amenizar a exploração do trabalho, mas para o aumento de acumulação do capital em forma de mais valia relativa. Se é possível que Crespo tenha razão quando aponta que o processo produtivo do açúcar se tornou menos duro com o auxílio da tecnologia, certamente isso se deu a partir de pressões e lutas dos trabalhadores das *haciendas*. Salvador Rueda expõe que a resistência desses trabalhadores, mesmo diante dessa tecnologia que supostamente melhorava as condições de trabalho, foi recorrente:

La producción azucarera padecía por los conflictos agrarios, la pereza y, en los últimos tiempos, por la inconformidad de los peones que se traducían en paro de labores. Las huelgas, se quejaban los hacendados, era el estado casi normal de jornalero; sus causas eran siempre frívolas y sus efectos terribles: además de detener el trabajo, era frecuente el incendio de parte de los campos de caña.¹⁶⁸

Assim, o aprimoramento tecnológico das *haciendas* combinou-se com a permanente resistência dos trabalhadores, aspecto importante para compreendermos o contexto em que se deu o processo revolucionário zapatista. O movimento se apropriou das maquinarias deixadas pelas *haciendas* no intuito de se contrapor à lógica de acumulação capitalista.

Nesse sentido, a resistência promovida pelos trabalhadores dos engenhos que iam contra as determinações das *haciendas* certamente configurou-se como experiência acumulada para a insurreição zapatista. A queima dos campos de cana, por exemplo, foi expressão dessa experiência, sobretudo no início do período revolucionário. Mais adiante, na organização produtiva estabelecida pelo zapatismo, o Quartel General deu diretrizes

---

¹⁶⁷ CRESPO, Horácio (Dir.). *Historia del azúcar en México*. Vol. 2. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1988, p. 678.

¹⁶⁸ RUEDA, Salvador. *El paraíso de la caña: historia de una construcción imaginaria*. México, D.F: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1998, p. 116.

para que se tomassem os 24 engenhos, com suas terras e estruturas tecnológicas, para fazê-los funcionar novamente na produção de açúcar.

O projeto zapatista de apropriação dos engenhos de açúcar tinha como desafio dialogar com a herança produtiva e tecnológica deixada pela história do açúcar em Morelos, marcada pelo processo de concentração de terras. Segundo Francisco Pineda, a *hacienda* de Atlihuayán, que pertencia a Pablo Escandón¹⁶⁹ antes da revolução e seria dirigida pelo general zapatista Amador Salazar em 1915, possuía, em 1911-1912, 11.753 hectares. Na safra desses anos, ainda sob a administração de Escandón, produziu 3,58 mil toneladas de açúcar branco e 630 toneladas de açúcar mascavo¹⁷⁰. A *hacienda* de Chinameca, a maior e mais moderna da região, possuía 64.486 hectares. Como afirma o zapatista Constancio Quintero García, citado por Pineda, era preciso um dia inteiro para caminhar as terras dessa *hacienda*: “Le digo que en un día es pa’ andarlo todo”¹⁷¹.

A experiência de apropriação dos engenhos e de outros modos de produção pelos insurgentes do sul não foi extensa no tempo. Em março de 1916, o exército carrancista avançou sobre as terras ocupadas pelo zapatismo devastando essa experiência do movimento. No entanto, podemos buscar algumas pistas do que se pôde realizar nesse projeto zapatista e quais suas contraposições à produção de açúcar anterior à revolução.

2. Zapatismo contra *haciendas*, avanço e resistência

As *haciendas* eram a representação concreta do inimigo para os insurgentes zapatistas. Desde os primeiros levantes, ao longo do ano de 1911, camponeses, indígenas e trabalhadores da própria produção de açúcar se organizaram em ações diretas que tinham como alvo a terra e a estrutura das gigantes produtoras de açúcar. Contra um inimigo comum, uniam-se e insurgiam-se os de baixo. No entanto, ao contrário do que se pode imaginar, as ações não tiveram o intuito de destruir a tecnologia presente nos espaços de produção de açúcar. O principal objetivo das ações rebeldes era, juntamente à restituição das terras, o sustento da guerra revolucionária.

Los zapatistas no destruyeron las modernas máquinas de los ingenios; fueron tras las carabinas Winchester y Savage, que allí habían empezado a concentrar las haciendas

¹⁶⁹ Pablo Escandón foi um típico coronel do Porfiriato na região de Morelos. Com formação militar, representou os interesses mais reacionários de sua própria classe de *hacendados* chegando a ser governador do estado entre 1909 a maio de 1911, quando foi expulso pela movimentação revolucionária.

¹⁷⁰ PINEDA, Francisco. PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edición. México, D.F.: Ediciones Era, 1997. p. 24.

¹⁷¹ Id. *ibid.* p. 24

para la autodefensa. El zapatismo nunca fue un movimiento que viera a su enemigo en las máquinas recién introducidas.¹⁷²

Terras para viver e armas para realizar a manutenção da permanência no território, um princípio para a vida camponesa e indígena. O foco revolucionário estava na defesa dos *pueblos* e no avanço de suas ações diretas. As máquinas dos engenhos foram preservadas sem, no entanto, existir planos imediatos de fazê-las voltar a funcionar. No caminho traçado, a expropriação de armas era o essencial para a continuidade da luta delineada no Plano de Ayala.

As primeiras ações diretas, em 1911, contaram com cortes de linhas de telefone e telégrafo e ataques a ferrovias, com a intenção de afetar as movimentações e coordenação das tropas federais¹⁷³. Além disso, houve libertação de presos e saques de lojas, provocando o rompimento de uma ordem determinada pelas forças do Estado. Assim organizavam-se os *pueblos* contra as injustiças históricas empreendidas pelas classes dominantes. Juntamente a estas ações, realizaram-se diversos ataques às *haciendas*. O primeiro deles se deu contra a *hacienda* de Chinameca:

El 29 de marzo de 1911 una de las locomotoras de la hacienda de Chinameca fue lanzada por los revolucionarios contra los portones, en una acción que se repetiría con variantes muchas otras veces en la lucha armada. Emiliano Zapata y su gente irrumpieron en el recinto, se apoderaron de cuarenta rifles Savage, de todo el parque y de los caballos de la hacienda y abandonaron la finca. Con ese método se armó siempre la revolución zapatista: armas y cartuchos quitados al enemigo, sea a las haciendas, sea a los destacamentos federales.¹⁷⁴

As imagens trazidas por Gilly narram a força coletiva contra uma velha ordem para realizar uma ação expropriadora, além de carregar em si o elemento simbólico de romper fisicamente as delimitações de uma *hacienda*. Nesse processo, distintas forças populares juntavam-se formando uma só. Francisco Pineda menciona que os trabalhadores das *haciendas* muitas vezes uniam-se nas ações propostas pelos camponeses. Aquele contingente que sofria uma outra forma de exploração a partir dos salários da agroindústria juntavam-se na prática e sentiam-se contemplados pela perspectiva de repartição de terras e pela mudança nas relações de poder: “para ellos, que no habían encendido el proceso, también se esfumaron las figuras de autoridad”¹⁷⁵. Uma

¹⁷² PINEDA, Francisco. PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edición. México, D.F.: Ediciones Era, 1997, p. 89.

¹⁷³ Id. Ibid. p. 88

¹⁷⁴ GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S.A, 1971. p. 58

¹⁷⁵ PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista*. 1ª edición. México, D.F.: Ediciones Era, 1997. p. 113.

demonstração dessa união é mencionada por Womack ao tratar de uma ação em que os rebeldes camponeses armaram os trabalhadores das *haciendas*, diante dos ataques do governo:

[...] Al dispersar y ejercer el terrorismo contra los rebeldes locales, los había empujado a que, por primera vez, buscasen seriamente apoyo, o por lo menos protección, en los peones residentes en los terrenos de la hacienda. En Cocoyoc, por ejemplo, los rebeldes habían armado a seiscientos de los ochocientos trabajadores de la hacienda.¹⁷⁶

Considerando essas ações, segundo J. Womack e A. Warman, em um primeiro momento houve um relativo convívio entre as forças zapatistas e as *haciendas* que se mantiveram funcionando. As primeiras ações diretas contra as *haciendas*, com enfoque na expropriação de armas e ataques ocasionais às casas dos proprietários¹⁷⁷, conviveram com uma forma específica de financiamento do exército libertador: a taxação dos *hacendados* pelos rebeldes e pelo Quartel General. Em uma carta de Zapata a Genovevo de la O, escrita em fevereiro de 1913, citada por A. Bartra, o general do Exército Libertador expõe as determinações para o financiamento da guerra revolucionária:

la guerra debe hacerse con dinero de los enemigos de ella y éste es el motivo por el cual se exige dinero a las fincas, dándoles en cambio garantías las que se reducen a dejarlas trabajar, y eso sí, las que se rehúsan a pagar el impuesto se les destruirá tal y como lo ha comunicado esta superioridad.¹⁷⁸

A fundamentação exposta na carta, no entanto, era reflexo de uma prática já existente. Segundo Womack, uma junta de generais zapatistas em 1º de novembro de 1912 se colocou de acordo em relação aos detalhes fiscais já experimentados na prática.

Fijaron un impuesto semanario a cada hacienda de Morelos y del suroeste de Puebla, se distribuyeron las diversas zonas de recaudación y enviaron circulares a los hacendados dándoles a conocer la disposición. El jefe responsable habría de quemar los campos de caña del hacendado que no quisiese pagar.¹⁷⁹

¹⁷⁶ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011. p. 119.

¹⁷⁷ WARMAN, Arturo. *...y venimos a contradecir: los campesinos de Morelos y el Estado nacional*. México, D.F: Ediciones de La casa Chata, 1978, p. 121.

¹⁷⁸ BARTRA V., Armando. La industria cañero-azucarera y la revolución de 1910. In: AURRECOECHEA, Juan M, et al., *De haciendas, cañeros y paraestatales: cien años de historia de la agroindustria cañero-azucarera en México: 1880-1980*. Estado de México, México: UAM, 1993. p. 66

¹⁷⁹ WOMACK, John. *...y venimos a contradecir: los campesinos de Morelos y el Estado nacional*. México, D.F: Ediciones de La casa Chata, 1978, p. 153.

Assim, as *haciendas* que pagassem o imposto determinado pelo movimento, em um primeiro momento, poderiam seguir trabalhando. Na análise realizada por A. Warman, isso aponta a situação precária dos camponeses que ainda não se deparavam com um contexto propício à subsistência autônoma. Os altos custos de uma guerra não podiam ser subsidiados sem o dinheiro dos inimigos. As *haciendas* concentravam uma grande riqueza acumulada no estado de Morelos, sua estrutura era significativa, tinham máquinas, oficinas capazes de produzir quase qualquer coisa, energia, comunicação, além de cavalos e armas,¹⁸⁰ ou seja, possuíam extrema importância para a produção da guerra.

As determinações que impunham a taxação de guerra aos *hacendados* seguiram ocorrendo ao longo de 1913. Documentos redigidos pelo Quartel General expunham o objetivo da estratégia de pagar salários aos soldados e de evitar que fossem os *pueblos* a ter gastos com a guerra, para além do que podiam oferecer. Também se determinavam diferenciação das taxas para os inimigos da revolução. Em junho de 1913, o Quartel General dá as seguintes instruções:

[...] 3º Para cubrir los haberes de la tropa, o, mejor dicho: para auxiliar a fuerzas del Ejército Libertador, se impondrán contribuciones de guerra a los hacendados, de acuerdo con la importancia de sus propiedades; y se exigirán préstamos forzosos a los enemigos de la Revolución;

[...]

6º A los pueblos en general no se les exigirán sumas de dinero, pues sólo podrán ayudar con alimentos para la tropa y pasturas para la caballada.¹⁸¹

No mês seguinte, a mesma instrução é dada e desenvolvida pelo Quartel General da seguinte maneira:

[...] 5º Para pagar haberes a los soldados, o, mejor dicho, para no correr a la tropa hasta donde sea posible, deberán imponer contribuciones de guerra a las negociaciones o propietarios que se hallen en la zona donde operen, siempre que estos cuenten con capitales de importancia; teniendo cuidado de que a los enemigos se les asigne un impuesto más alto que a los aliados o adictos a la causa revolucionaria.¹⁸²

---

¹⁸⁰ WARMAN, Arturo. *...y venimos a contradecir: los campesinos de Morelos y el Estado nacional*. México, D.F: Ediciones de La casa Chata, 1978, p. 121.

¹⁸¹ ZAPATA, Emiliano. Instrucciones a que deberán sujetarse los jefes y oficiales del Ejército Libertador del Sur y Centro de la República. 4 de julho de 1913. AGN. Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, Exp. 7. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988. p. 137.

¹⁸² ZAPATA, Emiliano e DE LA O, Genovevo. Instrucciones a que deberán sujetarse los jefes y oficiales del Ejército Libertador. 28 de julho de 1913. AGN. Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, Exp. 7, f. 14. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 142.

E, em outubro de 1913, as instruções referem-se também à liberação do gado das *haciendas* para a alimentação das tropas.

[...] 2º Para la alimentación de las tropas libertadoras, se hará uso del ganado que corresponde a la Revolución y que perteneció a los hacendados del estado de Morelos, y en general, a los enemigos de la causa que se defiende [...].¹⁸³

Os proprietários ficavam entre a cruz e a espada. De um lado, sofriam a pressão das forças que ocuparam o governo federal – sobretudo com Victoriano Huerta no poder, a partir de fevereiro de 1913 – para que não pagassem o imposto. De outro, diante da ineficácia do próprio Exército Federal em defender a produção de açúcar diante das forças rebeldes, muitos deles acabavam cedendo às pressões dos zapatistas em troca da relativa preservação de sua produção.

A submissão de parte das *haciendas* ao imposto mostrava a força dos revolucionários do sul e o início de uma mudança nas relações de poder nas regiões ocupadas pelo zapatismo. É verdade, no entanto, que muitos proprietários se recusaram a pagar o imposto. Devido a isso, conforme Womack e A. Bartra, no início de janeiro ardiam canaviais das principais famílias da oligarquia morelense e suas respectivas *haciendas*: “Garcia Pimentel (Tenango); Escandón (Atlihuaya); Araoz, (Treinta); Amor (San Gabriel); Alonso (Chinameca) y Arenas (Santa Inés). Las pérdidas suman más de dos millones de pesos y a la destrucción por quemas hay que agregar la escasez de mano de obra como resultado del reclutamiento”.¹⁸⁴

Fogo nos canaviais era a imagem da força dos revolucionários que destruíam os lucros das *haciendas*, interrompendo a velha dominação e a exploração em um ato que não significava apenas uma vingança, mas também um avanço em torno das necessidades colocadas pela guerra. Como afirma Womack, a nova estratégia que incluía a taxação das *haciendas* e a queima de canaviais, em caso de não pagamento, fazia com que os chefes rebeldes ampliassem as possibilidades para o financiamento da guerra e contassem também com o recrutamento dos trabalhadores das *haciendas* para o Exército Libertador:

¹⁸³ ZAPATA, Emiliano. 28 de outubro de 1913. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, Exp. 7, f. 47. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. op. cit., p. 158.

¹⁸⁴ BARTRA, Armando. La industria cañero-azucarera y la revolución de 1910. In: AURRECOECHEA, Juan M. et al. *De haciendas, cañeros y paraestatales: cien años de historia de la agroindustria cañero-azucarera en México, 1880-1980*. Estado de México, México: UAM, 1993, p. 66.

al destruir los campos de caña, destruyeron los trabajos que muchos trabajadores residentes y temporarios de las haciendas hubiesen tenido durante la zafra, y de tal manera se hicieron de nuevas reservas de reclutas potenciales.¹⁸⁵

A atitude do governo maderista foi, desde o início de 1912, instaurar uma violenta repressão. A nomeação do sanguinário general do porfiriato Juvencio Robles como chefe militar de Morelos é bastante representativa desta violência. O mesmo Robles seria nomeado por Victoriano Huerta, em 1913, no combate aos revolucionários do sul.

A estratégia de repressão efetivada por Robles, advinda de sua experiência de extermínio de populações indígenas nos tempos do porfiriato, consistia no terror contra os *pueblos*. Dentre outras estratégias, a partir da lei de suspensão de garantias, praticou-se o sequestro e o incêndio de *pueblos* que aterrorizava a população civil e afetava a produção de alimentos: “La guerra popular implica que las fuerzas del Pueblo (su fuerza productiva, afectiva, familiar, política, etcétera) se convierten en objetivo militar para el Estado.”¹⁸⁶

Os ataques liderados tanto pelo governo Madero como pelo governo Huerta devastavam parte do território de Morelos. Nem mesmo as plantações de cana das *haciendas* eram poupadas nesses ataques, já que os rebeldes podiam esconder-se nos canaviais. Do ponto de vista da velha ordem, o resultado voltou-se contra ela: os rebeldes ganhavam mais justificativas para se unirem pela revolução e as *haciendas* deixaram de funcionar, conforme afirma Warman:

Pese a las protestas de los propietarios, la acción libertadora del ejército federal arruinó a las grandes empresas [...]. En abril de 1914, en la que hubiera sido plena temporada de zafra, todas las haciendas de Morelos habían caído en manos de los rebeldes y no pocas estaban ardiendo.¹⁸⁷

O regime de *haciendas* estava derrotado na região ocupada pelos zapatistas. Na safra de 1912 e 1913 a produção de açúcar já se reduzia à metade e em 1914 Morelos deixava de compor o regime açucareiro no México.

As bases do movimento, no entanto, não se limitavam a um agrarismo. Pineda analisa que a ruptura da hegemonia das *haciendas* proporcionou um contexto para a criação de uma outra ordem, por parte dos zapatistas. No “Manifiesto a la nación”, o

¹⁸⁵ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011, p. 154.

¹⁸⁶ PINEDA, Francisco. *La Revolución del sur 1912-1914*. México D.F.: Ediciones ERA. 2005. p. 63.

¹⁸⁷ WARMAN, Arturo. *...y venimos a contradecir: los campesinos de Morelos y el Estado nacional*. México, D.F: Ediciones de La casa Chata, 1978, p. 122.

Quartel General zapatista expõe, em outubro de 1913, que os inimigos do movimento não eram apenas os *hacendados*, mas também o capitalismo e sua exploração:

[...] el burgués, no conforme con poseer grandes tesoros de los que a nadie participa, en su insaciable avaricia, roba el producto de su trabajo al obrero y al peón, despoja al indio de su pequeña propiedad [...]. El capitalista, el soldado y el gobernante habían vivido tranquilos [...] a costa del sacrificio de un pueblo esclavo y analfabeto [...]. Semejante organización económica, tal sistema administrativo que venía a ser un asesinato en masa para el pueblo, un suicidio colectivo para la nación y un insulto, una vergüenza para los hombres honrados y conscientes, no pudieron prolongarse por más tiempo y surgió la Revolución, engendrada, como todo movimiento de las colectividades, por la necesidad. Aquí tuvo su origen el Plan de Ayala.¹⁸⁸

Assim, é possível observar que o enfrentamento proposto pelo zapatismo tinha como inimigo o Estado (governante e soldado) e o capitalista. Os capitalistas eram vistos como burgueses, pois detinham os meios de produção e tal categoria incluía os *hacendados*. É com base nessa concepção que, a partir da derrota das *haciendas*, esgota-se a estratégia de taxação e inicia-se, ainda que de maneira momentânea, uma nova ordem no zapatismo. O movimento enfrentava o capitalismo e, ao mesmo tempo, apropriava-se de seus meios de produção com fins de combatê-lo.

3. Fábricas Nacionais

A imensidão da indústria do açúcar em Morelos foi colocada em xeque diante das ações zapatistas. Conforme afirma Pineda, o zapatismo entra na história de longa duração, na medida em que fez com que o estado de Morelos deixasse de ser o produtor máximo de açúcar e não voltasse mais a ocupar o mesmo lugar. Depois da revolução, o nível de produtividade açucareira correspondente à existente no porfiriato, em Morelos, seria deslocado para outras regiões.

O desenvolvimento dessa mesma indústria, no entanto, deixou no território zapatista seus rastros, estruturas e dimensões. Paralelamente à perspectiva militar e ao avanço contra outros exércitos, a reorganização produtiva no território também foi uma forma de resistência realizada pelos camponeses e indígenas do centro-sul. A restituição das terras e a reativação da *milpa* e, portanto, da economia do *maíz*, conviveu com outras formas de produção. Dentre essas, a reativação dos engenhos de açúcar foi parte

---

¹⁸⁸ ZAPATA, Emiliano. Manifiesto a la Nación. 20 de outubro de 1913. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 155.

fundamental e buscou uma contraposição ao significado da produção do açúcar para as *haciendas*.

Após um primeiro momento de convívio da insurreição do sul com a antiga administração das *haciendas* e as correspondentes taxas que os revolucionários buscaram impor, os *hacendados* e seus administradores deixaram as terras dominadas pelos camponeses e indígenas e fugiram para outras partes do país. O território retomado pelos zapatistas seria, assim, o chão da repartição das terras, montes e águas, mas não só. O movimento realizou outras importantes ações, como o controle de minas, emissão de moedas de cobre e prata, controle de ferrovias e da Fábrica de Papel de San Rafael e a retomada produtiva dos engenhos de açúcar que passaram a receber o nome de Fábricas Nacionais.

Para melhor compreensão dos acontecimentos na esfera produtiva do zapatismo, o contexto da guerra em meio ao processo de disputa nacional deve ser permanentemente recordado, já que foi determinante nas características dessa experiência. Assim, somando-se ao avanço militar, a organização produtiva desenvolvida pelos *pueblos* e pelo Quartel General do Ejército Libertador é complementar à resistência do movimento camponês e indígena do sul. Os insurgentes ousaram avançar sobre formas de produção fora do que lhes era tradicional em sua história.

No documento dirigido ao “Pueblo mexicano”, de dezembro de 1915, o movimento posiciona-se frente à modernização tecnológica, além de determinar a suspensão completa da cobrança dos impostos contidos nos produtos de primeira necessidade.

[...] la sociedad, al desarrollarse, por el aumento de su población, la multiplicación de sus industrias, la introducción a ésta del maquinismo moderno y de los más perfectos procedimientos de trabajo, los nuevos inventos y descubrimientos y la más completa educación intelectual, moral y física de los elementos productores, crea un fondo de riqueza llamado con toda justicia a satisfacer sus necesidades [...].¹⁸⁹

O desenvolvimento tecnológico era visto, assim, como resposta ao crescimento da população e deveria contar com a modernização das máquinas para atender suas necessidades básicas.

Após a queda de Victoriano Huerta, em meados de 1914, o Ejército Libertador dominava completamente seu território original e parte dos estados vizinhos. A evacuação

---

¹⁸⁹ PALAFOX, Manuel et al. 17 de dezembro de 1915. AGN, Unidade de Arquivos incorporados. Fondo Jenaro Amezcua, Caixa única. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 316.

completa dos *hacendados* e administradores propicia um contexto bastante específico na região. Saem exploradores, ficam os meios e a tecnologia com que se explorava a mão de obra camponesa e indígena e dos trabalhadores dos engenhos. A estrutura das *haciendas*, com sua maquinaria para a produção de açúcar, manteve-se praticamente intacta e dentro de determinadas condições que colocavam ao movimento uma importante questão: o que fazer com essa estrutura produzida pelo desenvolvimento capitalista, fonte da exploração e da desgraça que assolaram as vidas camponesas e indígenas ao longo de muitos anos?

A expulsão da totalidade dos *hacendados* do território em que insurgiu o zapatismo é uma vitória de sua economia tradicional e da força proveniente dessa herança. Afirmar Armando Bartra de forma mais evidente: “El triunfo de la revolución agraria sobre los hacendados es también el triunfo de la milpa sobre la caña, de la labor campesina sobre el cultivo industrial”¹⁹⁰. Assim, segundo o mesmo autor, no ciclo de 1914-1915 a produção que predominou no território zapatista, fruto da força de trabalho que se destinava à subsistência dos próprios trabalhadores, foi fundamentalmente o milho e o feijão e não a cana. Womack também aponta, com base em artigos de jornal, que em meados de junho de 1915, todas as terras do estado de Morelos estavam cultivadas com alimentos tradicionais, feito que se seguiu durante o verão:

[...] reabastecieron los mercados municipales de Morelos con los acostumbrados frijoles, garbanzos, maíz, tomates, cebollas, chiles e inclusive pollos. Mientras la ciudad de México vivía al borde del hambre en esas fechas, la gente del común, en Morelos, comía mejor evidentemente que en 1910, y a precios reales más bajos.¹⁹¹

Restituíam-se as terras e a produção tradicional dos *pueblos* zapatistas. Paralelamente, o Quartel General manifestava seu projeto voltado também para a reativação dos engenhos de açúcar. Em documento de fins de 1915, publicado por R. M. Escamilla, Zapata dirige algumas palavras ao general Serafim M. Robles, seu secretário pessoal, e expõe seu desejo de que “los ingenios subsistan; pero naturalmente no en forma del sistema antiguo [...]. Es indispensable que trabajen los ingenios azucareros, porque ahora es la única industria y fuente de trabajo que existe en el Estado”¹⁹². Ou, como afirma

¹⁹⁰ BARTRA V., Armando. *La industria cañero-azucarera y la revolución de 1910*. In: AURRECOECHEA, Juan M., et al. *De haciendas, cañeros y paraestatales: cien años de historia de la agroindustria cañero-azucarera en México: 1880-1980*. Estado de México, México: UAM, 1993. p. 68.

¹⁹¹ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011. p. 237.

¹⁹² ESCAMILLA, Ramón Martínez, *Emiliano Zapata: escritos y documentos*. Editores Mexicanos Unidos, S. A, 1978. p. 263.

Womack, tanto Manuel Palafox quanto Zapata queriam que os engenhos voltassem a produzir, não como empresas particulares, mas como serviços públicos.

Assim, propor que os engenhos voltassem a trabalhar em meio ao processo revolucionário apontava o desafio de que a organização interna da produção não reproduzisse o “sistema antigo”, mas se renovasse diante das necessidades dos *pueblos*. Com o desafio posto, no início de 1915, Zapata solicitou que soldados do Exército Libertador fossem para a Cidade do México. A tarefa não era militar, mas voltada para a produção dos engenhos; consistia em comprar produtos e adereços que faltavam às máquinas, para que voltassem a funcionar. Alguns detalhes das maquinarias haviam servido para outros fins utilizados pelos soldados. Era o caso das faixas de couro utilizadas para fazer sandálias e filtros usados de tecidos para fazer casacos¹⁹³.

O desejo de Zapata e de seu Quartel General não era simples. A estrutura da produção de açúcar baseava-se em uma centralidade do engenho e de suas máquinas no processo produtivo. No porfiriato, a gradativa substituição da plantação da *milpa* pela cana havia sido exemplo disso. Isto é, o camponês deixava de controlar a produção de sua própria terra para atender a demanda da produção estabelecida pelo engenho.

Como aponta Horácio Crespo, as decisões sobre o uso das terras eram tomadas sempre pelos administradores das *haciendas*:

El paso inicial para poner en marcha toda la producción de una hacienda era la decisión del administrador acerca de la utilización de cada campo y suerte en el ciclo agrícola correspondiente, lo que implicaba la evaluación de los medios físicos, técnicos, laborales y financieros con los que se contaban, el tiempo de descanso asignado a cada campo, la superficie destinada a labrarse en aparcería o bajo arrendamiento como zona temporal era y el sector a sembrarse del campo cañero.¹⁹⁴

É certo também que o cultivo de cana não é considerado o mais complexo em termos de cuidado. A planta cresce na terra sem tanta necessidade de manutenção para além da organização do processo de irrigação, com a abertura de sulcos em direção correta para a passagem e absorção da água. Depois da queima da cana, vem uma atividade realmente dura e exigente para o trabalhador, o corte da cana.

Em contrapartida, há mais um grande e fundamental contraste entre a *milpa* e a monocultura da cana no que diz respeito à preservação da terra. Enquanto o milho e a

¹⁹³ ROBLES, Serafim. El Zapatismo y la industria azucarera. *Periódico La Prensa*, México, 6 de junho de 1936.

¹⁹⁴ CRESPO, Horácio (Dir.). *Historia del azúcar en México*. Vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1988. p. 357

milpa preservam a terra com seus nutrientes e, mais do que isso, realizam a adubação natural por meio da combinação de seus produtos, a cana, como se sabe, não mantém os nutrientes da terra. Isso faz com que, depois de alguns ciclos, a terra precise de descanso e de outros tipos de plantação para voltar a produzir com qualidade. A consequência é que a superfície ocupada pela cana passa a ser muito maior do que a que ela mesma ocupa, já que o sistema de “rotatividade” requer superfícies de terras reservadas para os ciclos posteriores.

Assim, eram vários os desafios do zapatismo na ocupação desses engenhos em favor da revolução e na sua proposta de retomar a produção de cana em seu território. Em Morelos de 1915, havia 34 engenhos de açúcar com maquinaria em bom estado. O desafio de fazê-los funcionar em meio ao processo revolucionário era em grande parte movido pela possibilidade de amparo aos soldados do Exército Libertador e à população em meio à escassez e à guerra. A ocupação dos engenhos era também estratégia central para o enfraquecimento do inimigo, ideia explícita no Manifesto de Milpa Alta, de agosto de 1914, em que Zapata elabora a necessidade de “quitar al enemigo los medios de danar”¹⁹⁵:

La primera labor, la de poner al grupo reaccionario en la imposibilidad de seguir siendo un peligro, se consigue por dos medios diversos; [...] por el ataque dirigido contra los recursos pecuniarios de que aquellos disponen para producir intrigas [...] es decir, por la confiscación de las propiedades de aquellos hacendados y de aquellos políticos que se hayan puesto al frente de la resistencia organizada contra el movimiento popular [...].¹⁹⁶

O confisco dos bens dos inimigos do movimento era seu enfraquecimento e o consequente fortalecimento popular. A apropriação dos engenhos em prol da revolução também era tarefa inscrita no Plano de Ayala, retrato da necessidade dos *pueblos* e da revolução camponesa e indígena. Retomando o artigo 8, observamos as determinações referentes à nacionalização dos bens dos oponentes diretos e indiretos da revolução.

Já sabemos que, nessa altura, nenhum *hacendado* ou administrador, fosse opositor ou solidário ao movimento, havia restado no território zapatista. As estruturas dos engenhos eram os bens desses *hacendados* que se opuseram ao Plano de Ayala e que fugiram do território zapatista. Ocupá-los era tomar os meios que os inimigos possuíam de ir contra as necessidades populares. O nome dado pelo Quartel General “Fábricas

¹⁹⁵ ZAPATA, Emiliano. Al pueblo Mexicano, Milpa Alta, agosto de 1914. AGN. Unidade de Arquivos Incorporados, Fundo Jenaro Amezcua, caixa única. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 226.

¹⁹⁶ Id. Ibid.

Nacionales” carregava a qualidade dessa nacionalização. Dessa forma, afirma Armando Bartra que:

[...] la aplicación del artículo octavo del Plan de Ayala, por el cual se nacionalizan los bienes en manos de contrarrevolucionarios, equivale a formalizar la expropiación íntegra de la industria cañero-azucarera, pues todos los hacendados, sin excepción, se han opuesto sistemáticamente y por todos los medios a la revolución campesina.¹⁹⁷

Assim, dando cumprimento ao Plano de Ayala, mas, sobretudo, dialogando com as circunstâncias produzidas pelas necessidades do contexto e pela guerra, Zapata nomeou responsáveis para fazer funcionar as chamadas Fábricas Nacionales. Em alguns documentos esses responsáveis são chamados de diretores das fábricas, alguns autores os chamam de chefes ou ainda de administradores. A partir de março de 1915, quatro Fábricas Nacionales tiveram suas atividades iniciadas em Morelos. O engenho de Temixo ficou sob a direção de Genovevo de la O, o engenho do Hospital, sob responsabilidade de Emidio Marmolejo, o engenho de Atilihuayán ficou com Amador Salazar e o engenho de Zacatepec, sob direção de Lorenzo Vásquez¹⁹⁸. Depois da primavera, mais Fábricas Nacionales foram ativadas: El Puente, dirigido por Modesto Rangel; Cuautlixco, por Eufemio Zapata, Cuahuixtla, cujo responsável era Maurilio Mejía e Santa Clara, sob direção de Francisco Mendoza.

Os responsáveis nomeados para as Fábricas Nacionales eram todos gerais e chefes militares do zapatismo. Armando Bartra afirma que esses chefes conheciam a produção de cana e eram originários do território tomado pelos zapatistas. Acrescenta, ainda, que:

En estas designaciones hay una evidente lógica territorial y además una especie de justicia poética, pues casi todos los nuevos administradores habían sido agraviados por las haciendas que ahora quedan a su cargo: Amador Salazar, natural de Yautepec, había sufrido, con sus coterráneos, los despojos territoriales y el acoso de los dueños de Atlihuayan. De la O, nacido en Santa María Ahuacatlán, participó en los juicios de deslinde que sus paisanos promovieron contra la Hacienda de Temixco.¹⁹⁹

¹⁹⁷ BARTRA V., Armando. La industria cañero-azucarera y la revolución de 1910. In: AURRECOECHEA, Juan M. et. al. *De haciendas, cañeros y paraestatales: cien años de historia de la agroindustria cañero-azucarera en México: 1880-1980*. Estado de México, México: UAM, 1993. p. 67.

¹⁹⁸ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011, p. 231.

¹⁹⁹ BARTRA V., Armando. La industria cañero-azucarera y la revolución de 1910. In: AURRECOECHEA, Juan M. et. al. *De haciendas, cañeros y paraestatales: cien años de historia de la agroindustria cañero-azucarera en México: 1880-1980*. Estado de México, México: UAM, 1993. p. 69.

Assim, o zapatismo ia organizando as Fábricas Nacionais, responsabilizando gerais insurgentes para essa tarefa da organização revolucionária dos engenhos, que voltariam, aos poucos, a moer cana e a produzir açúcar.

Para essa tarefa, no entanto, era necessário que as terras voltassem a produzir esse produto. E aqui está uma questão importante no processo. O território zapatista estava tomado pelos camponeses e indígenas que lutaram contra as *haciendas* e alcançaram, por meio de sua força revolucionária e solidária, a expulsão total desses *hacendados*. A volta da produção de cana só poderia ser realizada mediante um sentido e uma estratégia econômica que servisse aos próprios camponeses indígenas.

Nesse sentido, Zapata solicitou aos camponeses que voltassem a plantar cana e não trabalhassem a terra apenas com os produtos tradicionais. Este conselho foi registrado em um artigo do jornal *La Prensa*, no dia 6 de junho de 1936, escrito pelo General Serafín Robles, secretário pessoal de Zapata, ao longo da insurreição do sul:

[Zapata] citó a los representantes de los pueblos circunvecinos, manifestándoles la conveniencia de que sembraran caña, para que se les “maquilara” (o moliera) pagando una cuota módica, y se les entregara azúcar, para que al venderla ellos mismos, sin intermediarios, tuvieron mayores utilidades. En particular, a los vecinos de Villa de Ayala, pueblo muy cercano del suyo, les aconsejaba sembraran caña, porque sembrando chiles, tomates y cebolla, nunca saldrían del estado de pobreza en que siempre habían estado.²⁰⁰

Chama atenção no depoimento de Serafín Robles a ideia de que Zapata tentava convencer os camponeses a produzirem cana com o argumento de que os alimentos tradicionais não os fariam sair de um “estado de pobreza”. Sabemos da importância da *milpa* na economia dos *pueblos* e, como já mencionado, graças ao cultivo tradicional, que aos poucos retornava seu fluxo produtivo, era possível que as pessoas de Morelos comessem melhor naquele momento do que em 1910²⁰¹.

Zapata era alguém que sabia da importância do cultivo tradicional para os *pueblos* a partir da própria experiência. Possuía também uma visão que se vinculava à realidade das tropas diante do avanço da guerra. Nesse sentido, os conselhos e diretrizes vindos do Quartel General tinham a tarefa de conciliar necessidades que nem sempre convergiam. Bartra lembra que, apesar do cultivo da cana ser símbolo do processo de roubo de território e de exploração, a fonte das desgraças não era o cultivo em si:

²⁰⁰ ROBLES, Serafín. El Zapatismo y la industria azucarera. *Periódico La Prensa*, México, 6 de junho de 1936.

²⁰¹ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011, p. 237.

evidentemente la injusticia rural estaba en las relaciones sociales y no en los cultivos por sí mismos, sin embargo, ciertos productos han estado históricamente asociados con la expansión de formas de propiedad y producción expoliadoras y, a los ojos de los campesinos, aparecen como intrínsecamente malignos.²⁰²

Nesse sentido, o Quartel General de Emiliano Zapata teve que assumir um papel mais organizativo na proposta econômica de fazer funcionar os engenhos e propôs ações com o intuito de fazer os camponeses se interessarem pelo plantio de cana.

Serafín Robles aponta algumas dessas diretrizes que poderiam, de um lado, facilitar o plantio de cana para os camponeses, de outro atraí-los por meio de vantagens oferecidas. Uma delas tratava da possibilidade de que os camponeses levassem diretamente a cana para ser moída nos engenhos e que o açúcar voltasse para eles também diretamente, estabelecendo a venda sem intermediários. Uma segunda diretriz diz respeito ao fornecimento de sementes, Serafín Robles relata que Zapata “les ofreció ministrarles gratuitamente semilla y dinero de la hacienda, demostrando sus aptitudes agrícolas, a la vez que sus deseos en pro del bienestar y progreso de los pueblos”²⁰³.

Assim, buscava-se incentivar os camponeses a voltar a produzir cana dando a eles vantagens que poderiam incidir sobre sua vida cotidiana. Parte desses incentivos visava a lógica contida no que, possivelmente, era um mercado de âmbito local. Assim, é necessário observar as definições e os objetivos da venda de açúcar no que diz respeito ao contexto específico que circundou o zapatismo naquele momento.

A venda de açúcar pelos engenhos tinha como maior objetivo atender aos chamados “gastos extraordinarios”, dos hospitais, dos quartéis, ao socorro das viúvas e dos revolucionários feridos e mortos em campanha.²⁰⁴ S. Robles comenta ainda sobre os gastos direcionados ao sustento das tropas e do socorro às pessoas pobres e doentes²⁰⁵.

Dentre as vozes que manifestam a pobreza e a necessidade da população presente em território zapatista está a voz dos próprios *pueblos*. Alguns documentos registrados no livro de Francisco Pineda, “Ejército Libertador: 1915”, no capítulo intitulado “El pueblo, con el puño de su mano” nos aponta parte desse fundamental ponto de vista.

Francisca Poneama, de Coatetelco escreve a Zapata dizendo:

²⁰² BARTRA, Armando. La industria cañero-azucarera y la revolución de 1910. In: AURRECOECHEA, Juan M. et al. *De haciendas, cañeros y paraestatales: cien años de historia de la agroindustria cañero-azucarera en México, 1880-1980*. Estado de México, México: UAM, 1993, p. 62.

²⁰³ ROBLES, Serafín. El Zapatismo y la industria azucarera. *Periódico La Prensa*, México, 6 de junho de 1936.

²⁰⁴ WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011, p. 231.

²⁰⁵ ROBLES, Serafín. El Zapatismo y la industria azucarera. *Periódico La Prensa*, México, 6 de junho de 1936.

[...] después de saludarlo a usted con mi humilde cariño, manifiesto lo siguiente pues mi muy respetable general me encuentro pobre, muy escasa de mis recursos y deseo que usted tenga una buena voluntad de auxiliar con alguna cosa que yo me pueda ayudar con ello; porque no tengo a quién pedirle, más que sólo espero en su fina bondad, porque mis dos amables hijos han fallecido en la lucha de la Revolución por defender a la patria con amor. Mi hijo Francisco falleció en el sitio de Huitzuc, Guerrero, el 27 de septiembre de 1913; y mi otro hijo fue su fallecimiento en San Pablo Hidalgo, Morelos, el 28 de abril de 1914. Son los únicos hijos con quienes tenía auxilio para mi sustento. [...]²⁰⁶

O depoimento de outra mulher atingida pela pobreza segue dando a dimensão da dureza do cotidiano. Romana Castillo escreve a Zapata:

Me permito acercarme a usted para rogarle mucho tenga la bondad de socorrerme con alguna cosa pues estoy muy pobre, quedé en la miseria y como mujer sola, aunque con vergüenza, vengo a pedirle un auxilio. En el paraje conocido como Corral Falso trabajé y presté mis servicios a las fuerzas libertadoras que llegaban. Y ahora, que me encuentro sin recursos, ocurro a usted anticipándole mis debidas gracias, Romana Castillo, Tlaltizapán.²⁰⁷

Os depoimentos parecem ser representativos das necessidades que passavam o povo em geral e especificamente das mulheres que integravam a revolução zapatista com seu esforço e sofriam as consequências que iam da ausência de seus filhos e companheiros à falta de recursos básicos no cotidiano. Os chamados “gastos extraordinários”, na verdade, integravam a rotina do zapatismo em meio à guerra. O quadro de doentes, de viúvas e os gastos com os quartéis eram diretamente relacionados a esse contexto de enfrentamento com o Exército Federal. Assim, a continuidade do artigo 8º do Plano de Ayala era estabelecida quando se afirmava que a nacionalização dos bens dos inimigos se destinariam a “indemnizaciones de guerra, pensiones de viudas y huérfanos de las víctimas que sucumban en la lucha del presente plan”.²⁰⁸

A situação de pobreza também fez com que chefes e coronéis locais fossem criando ações para diminuir as dificuldades. Em setembro de 1914, o coronel Dolores Damián

²⁰⁶ PONERAMA, Francisca, Coatetelco, Morelos, 18 de fevereiro de 1915. AGN, Fundo Emiliano Zapata, caixa 5, exp. 1, F. 56-57. Apud. PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013. p. 89.

²⁰⁷ CASTILLO, Romana. Tlaltizapán, Morelos, 30 de janeiro de 1915, AGN Fundo Emiliano Zapata, caixa 4, exp. 2, F. 204. Apud. PINEDA, Francisco. Id. Ibid., p. 92.

²⁰⁸ ZAPATA, Emiliano et al. *Plano de Ayala*. Novembro de 1911. AGN, Fundo Genovevo de la O, caixa 19, exp. 1. In: ESPEJEL, OLIVERA e RUEDA. *Emiliano Zapata: Antología*. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), México, 1988, p. 116.

escreve ao Quartel General informando sobre a distribuição das terras do *pueblo* de Santa Cecilia e sobre a apropriação de duas fábricas de aguardente:

Participo a usted que, fundado en las facultades concedidas por ese Cuartel General, he dado posesión a los vecinos del pueblo de Santa Cecilia, de los terrenos que pertenecen a la Hacienda “El Barragán”, por haberme presentado dichos individuos los títulos legales en que constan sus derechos de propiedad. Al mismo tiempo hago saber a usted que he tomado posesión de dos fábricas de aguardiente, situadas en esta cabecera de Distrito, y he ordenado ponerlas en movimiento por cuenta de la Revolución, a fin de sacar de allí el numerario que se necesita para haberes de los soldados a mi mando; una fábrica es propiedad de don Ambrosio Sánchez, la otra es de don Rafael Marín. La situación de los pueblos es crítica en pobreza.²⁰⁹

As ações mediadas pelo coronel e expostas nesse informe baseiam-se na restituição de terras e na desapropriação dos bens dos inimigos da revolução. No caso, trata-se da desapropriação de duas fábricas de aguardente, que, portanto, também se utilizaria da produção da cana. O fim era pagar os soldados e buscar diminuir a situação crítica de pobreza das comunidades. A comunicação com o Quartel General expunha o compromisso do coronel Dolores Damián em seguir as ordens emitidas. Tais ordens coincidem com as demandas do próprio *pueblo*.

O documento também é sinal de que o processo de apropriação dos engenhos pelo zapatismo inicia-se antes mesmo de 1915. Assim, ao longo desse ano, gradativamente os 34 engenhos deixados pelos *hacendados* são tomados pelas forças do zapatismo e postos para funcionar em favor de sua revolução. Serafin Robles descreve o clima de alegria quando os engenhos iniciam a moer a cana, após a safra, e descreve a imagem da chaminé que lança longas e espiraladas fumaças ao espaço.

¡Qué bello espectáculo se presentaba a nuestra vista! Todo era bullicio, ir y venir de gentes que entraban o salían del trabajo, ruido de maquinaria en movimiento y el “chacuaco” (la gran chimenea) lanzando largas y espirales de humo hacia el espacio...²¹⁰

Com essa imagem Robles representa a esperança sobre os novos tempos a partir da apropriação dessa força produtiva, em diálogo com as necessidades básicas dos habitantes dos *pueblos* e do Ejército Libertador.

²⁰⁹ Carta de Dolores Damián a Emiliano Zapata, 28 de setembro de 1914, Puebla. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, Exp. 6, f. 39. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 244.

²¹⁰ ROBLES, Serafin. El Zapatismo y la industria azucarera. *Periódico La Prensa*, México, 6 de junho de 1936.

Há alguns documentos²¹¹ que expõem a interlocução dos responsáveis pelas Fábricas Nacionais e o Quartel General de Emiliano Zapata. Trata-se de prestações de contas, envio de dinheiro ao Quartel General ou de sugestões para a melhora da estrutura das Fábricas e das máquinas.

A *ex-hacienda* do Hospital foi dirigida pelo coronel zapatista Emigdio L. Marmolejo. Segundo Womack, Marmolejo era um jovem originário da região de Tlaquiltenango e que se somou na rebelião zapatista puxada pelo velho Tepepa. Aponta ainda que Marmolejo havia composto a junta que proclamou o Plano de Ayala junto a “la mayoría de los jefes rebeldes que habían sido y serían más tarde sobresalientes en Morelos”²¹². Há algumas prestações de contas assinadas por Marmolejo e dirigidas a Emiliano Zapata, bem como declarações de envio de dinheiro para as tropas do Quartel General. Em outubro de 1915, por exemplo, Marmolejo afirma:

Señor de mi atención,
Con el señor coronel Jesús Mendoza y como se sirve Ud. ordenar en su comunicación fecha de ayer, tengo el gusto de remitir a Ud. la cantidad de \$ 25.000,00 veinticinco mil pesos, mismos que conforme a sus instrucciones asiento en la partida de “Haberes para la tropa”.²¹³

No mesmo dia, o mesmo Marmolejo escreve a Zapata em outra carta sugerindo que o Quartel General se utilize do mel produzido em Temilpa, cidade de Morelos, e anunciando que iria atrás de lenha para as máquinas transportadoras. Tal carta, no lugar de uma simples prestação de contas, aponta uma ação organizadora por um coronel responsabilizado por uma das Fábricas Nacionais.

Em dezembro de 1915, Palafox anuncia a Emiliano Zapata a perspectiva do controle de todos os engenhos na forma de Fábricas Nacionais.

Al C. Gral. Emiliano Zapata, Jefe Supremo del Ejército Libertador. Tlaltizapán, Mor.
Quedo enterado del atento oficio de usted fechado el 30 de noviembre, en respuesta al cual me es grato manifestarle que ya estoy procediendo a nombrar encargados o directores de las Fábricas Nacionales de azúcar y aguardiente; y espero que al finalizar el presente mes se habrán controlado todas las fábricas o ingenios.
Reitero a usted las consideraciones de mi particular aprecio.
Reforma, Libertad, Justicia y Ley.

²¹¹ Alguns exemplos dessas documentações encontram-se no Fundo Emiliano Zapata, Archivo General de la Nación, Cidade do México com localização em: caixa 10, exp. 05, f.10 e f11 ou caixa 10, exp.10, f.15.

²¹² Womack, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011, p. 127.

²¹³ Emigdio Marmolejo a Emiliano Zapata, 13 de outubro de 1915, Central Hospital. 1915, AGN. Fundo Emiliano Zapata, caixa 10, exp.05, f.11.

Cuernavaca, Mor., 3 de diciembre de 1915.

Manuel Palafox²¹⁴

O processo de apropriação dos engenhos teve início muito antes do informe escrito por Palafox. Podemos observar, no entanto, que na data do informe em questão – dezembro de 1915 – ainda havia engenhos que deveriam voltar a funcionar a partir da nomeação de responsáveis, o que demonstra que o processo de produção das Fábricas Nacionais teve funcionamento gradativo.

Integravam a experiência diretores, empregados e operários das Fábricas, bem como os *pueblos* e exército como consumidores de açúcar e como beneficiados pelo dinheiro envolvido no processo de venda do açúcar.

Em março de 1916, o Exército Carrancista invade Morelos em uma ação que arranca resistência militar do Exército Libertador. As forças zapatistas conseguiram, naquele momento, expulsar o Exército Carrancista; no entanto, sua experiência na produção de açúcar foi definitivamente encerrada com essa invasão. Desse modo, em aproximadamente um ano, o zapatismo teria experimentado possibilidades de se apropriar da forma de produção de um produto externo à tradição camponesa e indígena e utilizá-lo em favor de sua causa.

Apropriar-se das forças produtivas utilizadas pelos inimigos e usá-las a favor da revolução consistia, assim, um desafio no percurso enfrentado pelo zapatismo. Nele, certamente, há um imenso contraste entre o que pretendia a experiência zapatista com as Fábricas Nacionais e o funcionamento dos antigos engenhos concentrados nas mãos dos *hacendados*. Antes, a força de trabalho se destinava à acumulação das *haciendas* e do mercado de açúcar, portanto, evidenciava-se a submissão dos camponeses e indígenas à lógica direta de exploração. Perdurava a lógica da produtividade e da acumulação de capital, onde os trabalhadores eram afastados de qualquer decisão do processo produtivo do açúcar. O produto final destinava-se aos lucros dos donos dos engenhos e nunca aos próprios camponeses e trabalhadores cuja mão de obra era explorada. Assim, como já mencionado, a expansão da cana significou para os *pueblos*, ao longo de séculos, a contraposição e o ataque à sua forma própria de viver.

No projeto zapatista, essa força de trabalho era destinada a um processo radical de transformação, isto é, à vida dos habitantes dos *pueblos* e à resistência contra o exército

---

²¹⁴ Manuel Palafox a Emiliano Zapata. Cuernavaca, Mor., 3 de diciembre de 1915. AGN. Fondo Emiliano Zapata, caixa 10, exp.10, f.15.

inimigo. Assim, a necessidade dos *pueblos* em meio à guerra, apoiada no Plano de Ayala e em seus significados, delineia essa experiência dos camponeses do sul. A partir da experiência de opressão dada pelo processo de concentração de terras e de meios de produção nas mãos da classe exploradora, o movimento determina, portanto, a nacionalização dos bens dos inimigos e a luta contra os monopólios.

Entretanto, é evidente o grande contraste entre o sentido do cultivo da cana e o significado do cultivo da *milpa* do ponto de vista dos camponeses e indígenas. No entanto, a produção derivada da cana, como açúcar, aguardente e *panela*²¹⁵, não seria mais fonte de exploração da mão de obra dos *pueblos*, mas destinada ao consumo dos próprios camponeses e dos soldados do Exército Libertador; sua circulação se dava nos mercados locais e os produtos eram pagos em dinheiro. Nessa chave, é possível compreender a versão otimista de Serafin Robles, que narra o encantamento da população com o funcionamento dos engenhos de açúcar conduzidos pelo zapatismo.

Além disso, é preciso pensar no caráter organizativo que a experiência das Fábricas Nacionais fornecia ao zapatismo na dimensão produtiva. O mesmo Serafín Robles comenta que naquele momento Zapata não dava apenas ordens de guerra, senão de trabalho:

Al general Zapata se le conoce como revolucionario y hombre de guerra; no se le conoce como organizador y hombre de trabajo. [...] El general Zapata no se daba punto de reposo, ahora ya no daba órdenes de guerra, sino de trabajo: ahora no dirigía soldados sino obreros y campesinos.²¹⁶

Assim, a partir da imagem descrita, Zapata deslocava-se de um general de guerra para um organizador da produção. Se tomarmos o fato da figura de Emiliano Zapata representar as raízes de um movimento com base popular, podemos dizer que o movimento zapatista atuou além da resistência militar, na organização da produção camponesa e também proletária. Um movimento camponês que organizou e deu ordens para o trabalho nas Fábricas Nacionais. E, como aponta Francisco Pineda:

O general chefe do Exército Libertador, um camponês, dirigiu operários e organizou a produção. O significado histórico dessa experiência rompe com os preconceitos milenares que se impuseram contra os trabalhadores do campo.²¹⁷

²¹⁵ Espécie de rapadura produzida a partir da cana de açúcar.

²¹⁶ ROBLES, Serafin. El Zapatismo y la industria azucarera. *Periódico La Prensa*, México, 6 de junho de 1936.

²¹⁷ PINEDA, Francisco. *Exército Libertador e movimento libertário magonista*. Tradução: Liz Nátali Sória. *Mouro*, Revista do Núcleo de Estudos d'O Capital n. 13, Janeiro de 2019. p. 328.

4. O zapatismo em movimento, outras organizações não-tradicionais

As Fábricas Nacionais partiram da apropriação de uma forma de produção não originada na tradição camponesa e indígena. Da mesma forma, algumas outras experiências estiveram presentes no movimento zapatista em seu diálogo a partir de suas necessidades e a partir de seu contexto que não se restringiu à produção tradicional indígena e camponesa.

Uma delas está diretamente relacionada à experiência de funcionamento das Fábricas Nacionais e trata-se da formação de um banco chamado de *Caja Rural de Prestamos del estado de Morelos*²¹⁸ ou de *Banco Nacional de Crédito Rural*²¹⁹. Trata-se de um banco destinado à produção e em prol da revolução. Adolfo Gilly e John Womack apontam sua fundação em janeiro de 1915. A iniciativa era da secretaria de Agricultura da convenção revolucionária, fundada em meados de dezembro, sob a responsabilidade de Manuel Palafox.

Em setembro de 1914, é lançado um decreto que dá detalhes às determinações contidas no Plano de Ayala sobre o processo de nacionalização dos bens dos inimigos da revolução. Destacamos três artigos:

Art. I. Se nacionalizan los bienes de los enemigos de la Revolución que defiende el Plan de Ayala y que directa o indirectamente se hayan opuesto o sigan oponiéndose a la acción de sus principios, de conformidad con el Artículo VIII de dicho Plan y VI del decreto de 5 de abril de 1914.

[...]

Art. IV. Las propiedades rústicas nacionalizadas pasarán a poder de los pueblos que no tengan tierras que cultivar y carezcan de otros elementos de labranza, o se destinarán a la protección de huérfanos y viudas de aquellos que han sucumbido en la lucha que se sostiene por el triunfo de los ideales invocados en el Plan de Ayala.

Art. V. Las propiedades urbanas y demás intereses de esta especie nacionalizados a los enemigos de la Revolución Agraria se destinarán a la formación de instituciones bancarias dedicadas al fomento de la agricultura, con el fin de evitar que los pequeños agricultores sean sacrificados por los usureros y conseguir por este medio que a toda costa prosperen, así como para pagar pensiones de las viudas y huérfanos de quienes han muerto en la lucha que se sostiene.²²⁰

²¹⁸ Esta nomenclatura é utilizada por Antonio Díaz Soto y Gama, secretário de Emiliano Zapata. Ver: SOTO Y GAMA, Antonio Díaz. *La Revolución Agraria del Sur y Emiliano Zapata su Caudillo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, 1987.

²¹⁹ Ver: GILLY, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S.A, 1971, p. 238 e WOMACK, John. *Zapata y la Revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011. p. 226.

²²⁰ ZAPATA, Emiliano. *Decreto sobre nacionalización de bienes a los enemigos de la Revolución*, 8 de setembro de 1914. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 238.

O primeiro artigo reitera as definições dos que serão considerados inimigos da Revolução. A propriedade da terra se destinava aos *pueblos* e, assim como a produção das Fábricas Nacionais, também aos órfãos e viúvas da luta e da resistência militar zapatista. São, portanto, artigos que se apoiam em ideias recorrentes nas determinações registradas em forma de documentos jurídicos no zapatismo. Já o artigo V traz um novo conteúdo sobre as propriedades urbanas nacionalizadas. Seu destino é a formação de instituições bancárias destinadas ao fomento da agricultura.

Decretava-se, assim, a transferência de recursos da cidade para a valorização da vida no campo. Sobre a relação entre campo e cidade contida no decreto, Pineda analisa:

En septiembre de 1914, Emiliano Zapata había planteado claramente la tarea urbana, con un propósito en verdad radical: transferir el valor excedente de la ciudad hacia el campo, a contrapelo de la tendencia dominante en la historia de larga duración. Desde ese decreto de Zapata, los jefes del Ejército Libertador aplicaban la confiscación urbana en Morelos y el Distrito Federal, por lo menos.²²¹

Assim, parte do fomento da agricultura se daria por meio das propriedades urbanas nacionalizadas que se destinariam à criação de um banco agrícola.

Ao mencionar sobre o funcionamento da *Caja Rural de Préstamos del estado de Morelos*, em funcionamento nos anos 1915 e 1916, Antonio Díaz Soto y Gama aponta para os objetivos dos empréstimos deste órgão. Um deles relacionava-se à moenda de cana-de-açúcar e à ajuda dada ao agricultor, quem entregava a cana para o engenho e recebia, em troca, o produto correspondente. Um outro objetivo tratava do fomento à compra de animais e equipamentos para a produção nos *pueblos*. Aqui, destaca-se um detalhe na escolha dos beneficiados:

Para dar consistencia y solidez al sistema [...] se dio preferencia al crédito cooperativo sobre el individual. Se comprendió que el ejidatario aislado no es sujeto de crédito, y en cambio sí lo es una sociedad cooperativa formada por los mejores elementos de cada ejido. [...] Se formaron, al efecto, asociaciones de crédito entre los habitantes de cada pueblo, las cuales tuvieron por objeto garantizar los préstamos que se hicieron.²²²

O privilégio na perspectiva coletiva corresponde à organização predominante nos *pueblos* que tinham suas terras restituídas. Por tratar-se de uma instituição bancária e de empréstimos, no entanto, previa-se a devolução do crédito fornecido, de alguma forma, a

²²¹ PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013. p. 304.

²²² SOTO Y GAMA, Antonio Díaz. *La revolución agraria del sur y Emiliano Zapata su caudillo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, 1987. p. 224.

essa mesma instituição ao término da produção a que se destinava. No lugar de um repasse direto das nacionalizações urbanas aos *pueblos*, realizava-se a centralização desses bens em uma instituição que controlava esse repasse, na forma de crédito.

Assim, a experiência da criação de um banco no zapatismo de um lado partia de uma ação radical, que retirava o excedente da cidade e destinava-o ao campo, e, de outro, em alguma medida, centralizava o controle desses bens. Da mesma forma, pressupõe-se que o banco possuía alguma forma de vigilância e cobrança em relação à produtividade realizada nos *pueblos*, o que, em parte, destoa dos princípios mais radicais do zapatismo a partir da autonomia dos *pueblos*.

É claro que o contexto violento, em meio à guerra e à escassez, fazia com que horizontes de transformação radical fossem substituídos por ações correspondentes ao tempo da necessidade imediata e do possível. Tampouco sabemos maiores detalhes sobre seu funcionamento que, assim como a experiência das Fábricas Nacionais, terminou com a invasão carrancista em março de 1916.

Duas outras experiências do zapatismo com formas de produção, que não partem de suas práticas a partir da economia do milho, localizam-se na ocupação da *Fábrica de Papel de San Rafael* e o controle das linhas de trem utilizadas em meio à guerra e a favor dos revolucionários.

No artigo *El costo de la guerra. La compañía papelera de San Rafael*, Laura Espejel expõe dados importantes sobre a ocupação desta Fábrica pelo zapatismo. Localizada no Estado de México, nas redondezas do município de Amecameca, a Fábrica de San Rafael desenvolveu-se a partir de uma localização estratégica, isto é, instalou-se em um lugar de fácil acesso à madeira e à água das terras comunais e utilizou-se dessas matérias primas para a fabricação de papel e desenvolvimento da fábrica, ao longo do porfiriato.

Os dados trazidos por Espejel apontam que, antes do período revolucionário, a Companhia papeleira era uma das principais abastecedoras da cadeia de periódicos do país, contando com importantes acionistas franceses. Dessa forma, seu histórico também integrou uma acumulação de riqueza com base no processo de expulsão histórico dos *pueblos* de suas terras.

A fábrica foi tomada pelos zapatistas no dia 12 de agosto de 1914 em operação comandada pelo general Vicente Rojas. Segundo Espejel, houve então uma perda do controle por parte dos empresários, mas não sua completa expulsão pelos rebeldes. A

convivência entre antigos administradores e o controle insurgente durou até a invasão carrancista no território zapatista, no início de 1916²²³.

Durante a ocupação zapatista, Emiliano Zapata chegou a oferecer o papel necessário para a impressão do jornal magonista *Regeneración*. Francisco Pineda afirma que “Ricardo Flores Magón recebeu com prazer as notícias do sul e encorajou a seus camaradas a não desanimarem [...]. As dificuldades da guerra, no entanto, impediram que esse projeto zapatista e magonista de Morelos se concretizasse”²²⁴

A fábrica ganhou outras funções ao longo de seu controle pelo movimento: “Los zapatistas se apoderaron incluso de los instrumentos de la banda de música: la guerra no impidió la fiesta”²²⁵. Espejel afirma que uma das principais funções da ocupação da Fábrica pelo movimento esteve no sustento da guerra zapatista. Isso se deu por meio de dinheiro efetivo, a partir do uso das diversas ferramentas disponíveis na fábrica e por meio da produção de papel, usada para importantes canais de comunicação interna do movimento.

Algunos materiales eran requeridos prioritariamente, como cables de luz para hacer balas, papel para difundir la causa mediante la publicación de periódicos y manifiestos, para imprimir el papel membretado que se usaba en la correspondencia de los jefes y del cuartel general, para tarjetas de visita, para disponer de bolsas de confeti y para embalaje, y aun quizá para venderlo.²²⁶

Assim, a apropriação dos meios de produção da Fábrica de Papel San Rafael serviu às necessidades e ao financiamento da luta armada. De acordo com Espejel, essa possibilidade ofereceu ao movimento o desenvolvimento de projetos próprios que puderam contar com a comercialização e usufruto do papel.²²⁷

O controle das linhas de trem pelo zapatismo ocorreu, em parte, no mesmo território da Fábrica de San Rafael. Nas propriedades pertencentes à essa fábrica e com o apoio de sua tecnologia, se realizou o processo de transformação de 17 locomotivas que deixavam de queimar petróleo para funcionar a base de lenha: “Para la transformación, que duró dos meses, se ocupó el taller mecánico y los obreros que había en Amecameca,

²²³ ESPEJEL, Laura. El costo de la guerra. La compañía papelera de San Rafael In: _____ (org.) *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000. p. 279.

²²⁴ PINEDA, Francisco. Ejército Libertador e movimiento libertario magonista. Tradução: Liz Nátili Sória. *Mouro*, Revista do Núcleo de Estudos d' O Capital nº13, Janeiro de 2019. p. 330.

²²⁵ ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000, p. 272.

²²⁶ Id. *Ibid.*, p. 272.

²²⁷ ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000, p. 279.

pertencientes a la Compañía de la Fábricas de Papel de San Rafael y Anexas.”²²⁸. A apropriação das linhas de trem pelos zapatistas foi mais uma etapa do movimento na apropriação dos meios que surgiram após o porfiriato.

Segundo Guillermo Guajardo, a operação das linhas de trem pelos zapatistas se deu entre 1911 e 1915 no Distrito Federal e nos estados de México, Morelos, Puebla e Guerrero. Seu uso se deu principalmente para a locomoção de tropas e abastecimento dos centros urbanos mais importantes, assim como para que os recursos econômicos pudessem ser transportados e controlados pelos *pueblos* e comunidades locais.²²⁹

Para los mandos zapatistas, el ferrocarril no era un elemento ajeno para ser empleado como una herramienta militar, política y económica cuando hicieron su mayor despliegue militar, manifestado con la ocupación de la Ciudad de México desde diciembre de 1914 hasta su retiro en agosto de 1915, cuando restringieron sus operaciones a los límites de los estados de México, Morelos, Puebla y parte de Guerrero. En ese periodo es posible detectar que los zapatistas asumieron el control de las líneas de FNM (Ferrocarriles Nacionales de México), del Ferrocarril Interoceánico (FCI) y del San Rafael y Atlixco (FSRA) entre la Ciudad de México y Amecameca, en el estado de México.²³⁰

Assim, as linhas de trem tomadas pelo zapatismo foram fundamentais para seus movimentos militares e para expansão do movimento para além de seu território original.

As dificuldades vividas nesse projeto dos camponeses do sul e de seu Quartel General tiveram semelhança com alguns aspectos do projeto das Fábricas Nacionais, no que diz respeito à relação com os *pueblos*. A demanda de lenha e de água para o funcionamento dos trens estabelecia com os *pueblos* que controlavam o território uma relação direta com as possibilidades de apropriação das linhas de ferro no zapatismo. Nem sempre havia uma atitude favorável dos *pueblos* a vender combustível para os trens. Guajardo aponta que a dificuldade provinha da lembrança da violência realizada pelas *haciendas* no uso desses recursos. Nesse sentido, a compreensão de que o fornecimento de água e de madeira para os trens não passava pela mesma relação estabelecida pelas

²²⁸ GUAJARDO, Guillermo. *Tierra y acero. Máquinas y obreros bajo los zapatistas (1910-1915)*. In: ESPEJEL, Laura (org.) *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000, p. 248.

²²⁹ GUAJARDO, Guillermo. *Tierra y acero. Máquinas y obreros bajo los zapatistas (1910-1915)*. In: ESPEJEL, Laura (org.) *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000, p. 248.

²³⁰ Id. *Ibid.*, p. 253.

haciendas muitas vezes precisou da mediação do Quartel General, que chegou a emitir documentação para que os *pueblos* facilitassem o acesso do combustível dos trens²³¹.

Guajardo menciona, ainda, a ideia de que “los recursos podían estar bajo control comunal, pero podían ser integrados al mercado”²³². Dessa forma, parece que estiveram presentes duas características distintas em uma mesma forma de produção: controle comunal e integração ao mercado. Em determinada medida, trata-se de um avanço em relação à violência estabelecida pelas *haciendas* que alienavam os *pueblos* de seus próprios recursos. No projeto com as linhas de trem, a proposta não era de forma alguma roubar a matéria-prima existente nos *pueblos*, mas pagar por eles e possibilitar que esses recursos pudessem ter uso na subsistência das famílias ali presentes. No entanto, não deixa de ser relevante que essa subsistência ocorria por meio da simultaneidade entre controle comunitário e mercado.

O desenvolvimento do mercado interno zapatista contou com uma ação bastante impressionante: a emissão de moedas de prata e de bronze. A partir da expansão territorial do Exército Libertador, o movimento controlou minas de prata e de bronze localizadas no estado de Guerrero.

Segundo T.V. Buttrey e Adon Gordus²³³ as emissões de moedas zapatistas ocorreram desde meados de 1914, sendo a maior parte emitida no ano de 1915. Isto é, no período posterior à queda de Huerta, momento em que as forças carrancistas buscavam ocupar o poder central e formulavam suas estratégias para acabar com o movimento do sul.

Nesse sentido, é importante observar que os carrancistas emitiam suas moedas e buscavam sua imposição para todo o território nacional, como forma de controle econômico do território. Assim, a emissão de moedas pelo zapatismo corresponde à contraposição a esse controle carrancista. Conforme determinado pelo Quartel General, no dia 10 de outubro de 1914:

Considerando perjudicial al proletariado, al comercio y al pueblo mexicano en general, la emisión de papel moneda hecha por el llamado gobierno de don Venustiano Carranza, toda vez que esas emisiones no tienen garantías de ninguna

---

²³¹ GUAJARDO, Guillermo. Tierra y acero. Máquinas y obreros bajo los zapatistas (1910-1915). In: ESPEJEL, Laura (org.) *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000, p. 255.

²³² Id. *ibid.*, p. 256.

²³³ BUTTREY, T.V. e GORDUS, Adon. The silver coinage of Zapata, 1914-1915. In: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 52, N. 3, Agosto de 1972, p. 546-462.

especie y si constituye un fraude para la nación, ha juzgado conveniente decretar lo siguiente.

PRIMERO: Se prohíbe la circulación del papel moneda emitido por don Venustiano Carranza.

SEGUNDO: El papel moneda que circule no tendrá valor alguno a que se refiere el artículo anterior.²³⁴

Dessa forma, a presença de papel moeda emitida pelos revolucionários pretendia desconectar-se da relação de poder que significava a utilização do papel moeda emitida pelos carrancistas. A determinação do Quartel General nem sempre era respondida de forma automática, visto que algumas vezes teve que reiterar a obrigatoriedade de que se aceitasse as moedas emitidas pelo zapatismo em seu território de domínio.

O pagamento do salário dos soldados do Ejército Libertador foi outro fator que intensificou a emissão de moedas pelo movimento. A Convenção Revolucionaria, sob o governo de Roque González Garza, reproduziu por muitas vezes o conservadorismo que se aproximava do carrancismo. No final de 1914, González Garza propôs pagar as tropas do sul com metade do valor determinado previamente e com papel moeda emitido pela División do Norte villista. Esses bilhetes não eram aceitos em muitas partes do país.

Esa acción, reducir a la mitad los ingresos de la tropa zapatista y pagarles con billetes que no eran aceptados, tuvo un efecto de poder múltiple y, además, profundo: en el territorio zapatista, tensó las relaciones en el interior de los pueblos, provocó conflictos entre ellos y las tropas del Ejército Libertador, así como entre éstas y la escasa fuerza villista que había en la capital. [...]

En respuesta, el Ejército Libertador intensificó la emisión de moneda metálica (plata, cobre y latón), que venía realizando desde el año anterior, así como de billetes y vales de cartón.²³⁵

Dessa maneira, a emissão de papel moeda integrou uma reação do zapatismo à desvalorização das tropas pelo próprio poder executivo da Convenção Revolucionaria. Foi também uma tentativa de manter a autonomia a partir da circulação de mercadorias em seu território. Ainda assim, a utilização de moedas como forma de circulação de mercadorias, ainda que para fins revolucionários, era a reprodução de uma forma dominante que acabava por mediar a subsistência e que, possivelmente, sublinhava relações de poder, entre os que possuíam e os que não possuíam dinheiro. Assim, de um lado é bastante impressionante que o movimento do sul tenha avançado em sua autonomia

²³⁴ ZAPATA, Emiliano. *Decreto*. Morelos, 10 de outubro de 1914. AGN. Fondo Jenaro Amezcua, Caixa única. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 245.

²³⁵ PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013, p. 140.

no domínio próprio dessa circulação de mercadorias e dava a chance de que o dinheiro fosse apenas uma mediação desta circulação, e não o fim. De outro, a emissão de moedas evidenciava que a circulação produtiva mantinha traços da ordem dominante, contra a qual se lutava.

As reflexões a partir desse paradoxo podem estender-se para a formulação de uma das grandes questões do zapatismo: como construir uma sociedade emancipada em coexistência com a ordem dominante não derrotada?

5. “Los campesinos tienden la mano a sus camaradas de la ciudad...”

O zapatismo avançava militarmente contra as forças que faziam a manutenção da ordem dominante e, paralelamente, buscava realizar na perspectiva produtiva sua própria liberação. Nesse processo, o zapatismo não ignorou que uma vitória revolucionária só se daria a partir de uma unificação que envolvesse diversos setores da sociedade. Indígenas, camponeses, proletariados e todos os setores de trabalhadores do campo e da cidade.

A relação do zapatismo com algumas lutas ocorridas nas cidades é relatada e analisada em algumas partes do livro *Ejército Libertador: 1915*, de Francisco Pineda, a partir dos debates taquigrafados da Convenção Revolucionária.

Desde o início do ano de 1915, houve diversas greves no Distrito Federal. Nesse processo, estiveram ativos alguns importantes sindicatos, como o dos eletricitistas, dos trabalhadores da telefonia da Ericsson e dos operários de fios e de tecidos²³⁶. As greves e boicotes movimentaram a cidade e o debate sobre a mobilização dos trabalhadores da cidade foi levado à Convenção Revolucionária, que funcionou de janeiro a agosto na Cidade do México (com exceção dos meses de fevereiro e março, quando as reuniões ocorreram em Morelos). As forças importantes da Convenção eram zapatistas e villistas, tratava-se de uma tentativa de unificação entre essas forças, o que nunca se estabeleceu de fato. Os debates sobre a mobilização dos trabalhadores na cidade mostram algumas importantes divergências entre os delegados da Divisão do Norte e da Revolução do Sul.

Frederico Cervantes, representante do general villista Felipe Ángeles, atacava a organização sindical e os próprios trabalhadores da cidade, chamando-os de ignorantes, além de defender em claras palavras a necessidade do progresso trazido pelo capital²³⁷.

²³⁶ PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013, p. 195.

²³⁷ Algumas falas de Frederico Cervantes registradas no livro *Ejército Libertador* chamam atenção e são paradigmáticas desse posicionamento: “El capital es materia indispensable para el progreso de la clase obrera” e “El sindicalismo para los latinos no es más que una forma de mal conducir a las clases ignorantes,

Em resposta às ideias de Cervantes bastante conservadoras e próximas de uma perspectiva carrancista, Luiz Mendes, delegado zapatista da Convenção e fundador da Casa del Obrero Mundial, expunha sobre a importância das ações diretas dos trabalhadores da cidade:

El socialismo es una doctrina social que tiende a sustituir el actual sistema capitalista [...]. El sindicalismo, señores, no es más que un medio para realizar aquel ideal, es un medio de lucha de los trabajadores [...].

Los trabajadores todos, al lanzarse al sabotaje y al boicotaje, no hacen más que usar el derecho de defensa del débil contra el fuerte [...].

El ideal sindicalista no es tan sólo hacer resistencia por medio de huelgas, no es tan sólo elevar el salario ni siquiera indefinidamente. Es mucho más que todo eso: es la abolición del salario, o bien, la apropiación de la maquinaria; [...] [de] la industria, los medios de comunicación, para que estén en poder de los que los trabajan.²³⁸

A visão exposta por Luis Mendes parece considerar o sindicalismo como um meio, e não como um fim em si mesmo. Um meio para transcender o capitalismo e construir uma nova organização econômica em que os meios de produção estivessem nas mãos e sobre as determinações da própria classe trabalhadora.

A ação grevista foi bastante marcante nos movimentos articulados com o magonismo nos anos anteriores à queda de Porfirio Díaz. Na mesma sessão em que Luis Mendes radicalizava a perspectiva do sindicalismo, no dia 24 de março de 1915, Soto y Gama estendia o debate e relacionava as movimentações revolucionárias daquele momento com os movimentos grevistas do início do século. Para tanto, lembra das importantes greves e mobilizações de 1906, dos trabalhadores das minas no estado de Sonora e dos trabalhadores têxteis no estado de Veracruz, respectivamente:

Cualquiera que tenga memoria recordará que este movimiento empezó con los acontecimientos de Cananea y Río Blanco [...]

El sindicalismo lo introduciremos pese a quien pese, por medio de la propaganda y por medio de la acción brutal y tremenda de los trabajadores que se impondrán a pesar de todo. Porque en esta vez se han emancipado y ellos mismos tienen derecho a vivir y tendrán que emanciparse por encima de todos los gobiernos.²³⁹

Na especificidade daquele momento, em que várias forças disputavam o governo central, chama atenção a ideia exposta por Soto y Gama de que a emancipação se

---

a las clases trabajadoras que especialmente en nuestro país son de escasísimos conocimientos". Ver PINEDA, Francisco. *op. cit.*, p. 73.

²³⁸ Luiz Méndez, delegado do Exército Libertador, sessão de 24 de março de 1915. In: PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013, p. 74.

²³⁹ SOTO y GAMA, Antonio Díaz. Exército Libertador, sessão do dia 24 de março de 1915. In: PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013, p. 76.

realizaria para além de todos os governos. Ideia que vai ao encontro de uma perspectiva magonista.

O posicionamento dos representantes do zapatismo levados à Convenção expõe, nas palavras de Pineda, “el germen de la alianza entre los pobres del campo y los pobres de la ciudad”²⁴⁰.

Ao mesmo tempo que os zapatistas tomavam as terras e rearticulavam seus *pueblos* em torno da *milpa*, esse mesmo movimento tomava as Fábricas Nacionais, as ferrovias, as minas de prata e cobre, a Fábrica de papel de San Rafael e as linhas de trem do território tomado. Ocorria ali o início de uma articulação entre trabalhadores do campo e trabalhadores urbanos. Soto y Gama, na sessão da Convenção do dia 28 de junho, articula a ideia da relação entre campo e cidade da seguinte forma:

Distingo en esta revolución dos clases de revoluciones: la del campo y la de la ciudad. La del campo va llegando a su etapa de triunfo [...]. [Ahora], vamos a ver la revolución de la ciudad [...] La revolución [del sur] lo que quiere es dar facilidades de lucha a las clases trabajadoras, es decir, libertad absoluta de huelga, libertad completa para luchar contra el eterno explotador [...]
La huelga y el boicotaje, con que hoy cuenta el obrero, son el principio de la revolución social.²⁴¹

Soto y Gama defende, assim, a revolução social como um objetivo da classe trabalhadora organizada em ações diretas como a greve e o boicote. Aponta que a revolução se desenvolvia no campo e que seria necessário que a liberdade de luta, de resistência e de mobilização irrestrita estivesse presente na cidade.

As discussões e tentativas de aliança entre campo e cidade se estenderam ao longo da curta vida que teve a revolução do sul. Em 1918, Emiliano Zapata comentaria o assunto em uma carta escrita ao general Jenaro Amezcua, que se localizava em Havana, em missão zapatista internacional. Nessas linhas, Emiliano Zapata exaltava a Revolução Russa e, a partir disso, expunha dois importantes assuntos para o zapatismo: a união dos povos oprimidos e a necessidade de estreitamento das forças revolucionárias da cidade e do campo. Uma das orientações dadas por Zapata à Amezcua é que ele se dirigisse aos grupos operários do mundo e difundisse a necessidade de “educar o operário para a luta e de formar a consciência do camponês”. Mais adiante, Zapata complementava e afirmava: “a emancipação do operário não pode ser alcançada se não se realizar também

²⁴⁰ PINEDA, Francisco. op. cit. p. 75.

²⁴¹ SOTO Y GAMA, Antonio Díaz. Ejército Libertador, sessão do dia 28 de junho de 1915. In: PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013, p. 78.

a liberação do camponês. Se não for assim, a burguesia poderia colocar essas duas forças em antagonismo [...]”²⁴². Chama a atenção que o grupo endereçado para a difusão do ideal de unidade entre campo e cidade seja o operariado. Tratava-se, assim, de uma proposta vinda das fileiras dos camponeses indígenas que buscavam travar um diálogo com agrupamentos proletários, a fim de persuadi-los sobre a necessidade de unidade entre campo e cidade na resistência ao capitalismo.

Às vésperas da queda de Victoriano Huerta, em junho de 1914, Emiliano Zapata escreve um manifesto direcionado aos habitantes da Cidade do México em que os conclama à ocupação da cidade e enfatiza sobre a importância da unidade revolucionária.

Los campesinos tienden la mano a sus camaradas de la ciudad, y los invitan a colaborar en el último acto de la gran lucha, que es el combate de los que nada tienen contra los que todo lo acaparan. Ellos confían en que los trabajadores del taller, los modernos esclavos de la máquina, sabrán estar en el puesto a que los llama la conveniencia, la dignidad y el deber. Ha llegado el instante de hacer a un lado el miedo: es hora ya de tomar las armas, para destruir de una vez, el abominable reinado de la soldadesca, protectora audaz de los enemigos del pueblo, e identificada siempre, con los que roban a los humildes el producto de su trabajo.²⁴³

A exploração e o roubo dos produtos realizados pelas mãos dos trabalhadores são postos, desta forma, como denominador comum a ser combatido por operários e camponeses. A capacidade solidária do zapatismo era também a possibilidade de seu triunfo. A proposta de unidade entre os despossuídos contra o inimigo comum se apresentava também em sua revolução. Os camponeses e indígenas buscavam, assim, unir forças com seus camaradas da cidade.

---

²⁴² ZAPATA, Emiliano. *Carta à Jenaro Amezcua*, fevereiro de 1918. Traduzida por Liz Nátili Sória In: Zapata e a Revolução Russa. *Mouro*. Revista Marxista, São Paulo, n. 12. 2018. p. 151.

²⁴³ ZAPATA, Emiliano. *A los habitantes de la Ciudad de México*. 24 de junho de 1914. AGN, Fondo Genovevo de la O, Caixa 19, Exp. 8, f. 24. In: ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988, p. 197.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O zapatismo traçou um caminho de resistência pautado nas lógicas, sentidos e necessidades daqueles que se somaram a suas fileiras e construíram sua insurreição. Diante de um contexto nacional em que as elites mais conservadoras estremeceram frente às insatisfações generalizadas em diversos setores, os camponeses, indígenas e operários do sul souberam avançar a partir de suas necessidades e enfrentar os pilares do capitalismo no território que puderam retomar. O ataque frontal às *haciendas*, que varreram os *pueblos* de suas próprias terras, era o ataque ao capitalismo em sua forma mais evidente dentro do território em que se originou o zapatismo. No avanço para os territórios vizinhos e na ocupação das estruturas deixadas pelas *haciendas*, o movimento também buscou uma forma de organizar sua produção em contraste com a exploração capitalista e de maneira vinculada às necessidades populares.

O zapatismo buscou, assim, a transformação imediata das relações materiais e sociais em favor das necessidades dos *pueblos* e dos trabalhadores. Ao realizar seu enfrentamento, o movimento não reproduziu simplesmente uma forma de luta pautada na reivindicação de leis, nem na disputa pelo poder central ou no apoio a representantes institucionais. Após a aprendizagem realizada a partir da aliança, seguida de ruptura, com Francisco I. Madero, o zapatismo pôde criar sua própria forma de resistência, baseada no que lhes era próprio. O fato de a luta zapatista não recorrer à justiça tradicional não somente nega a possibilidade de que suas questões fossem resolvidas pela via institucional como abre um espaço de criação de uma nova forma de luta, pautada na força coletiva e na solidariedade frente a um inimigo comum.

A formulação de ações fora do âmbito da “política profissional” apavorou as forças que disputaram a estabilidade no poder central e que se restringiram às estruturas que oprimiram as camadas populares. Não foram apenas as forças remanescentes do porfiriato, como as lideradas por Victoriano Huerta que buscaram massacrar o zapatismo. Os agrupamentos reunidos em torno de Francisco I. Madero e do constitucionalista Venustiano Carranza se voltaram contra os interesses dos *pueblos* zapatistas e, baseados em um racismo contra o indígena, lançaram seus exércitos de forma muito violenta contra os *pueblos* e trabalhadores do sul, até a dissolução total do movimento. Ou seja, as forças que agregaram em torno de si a ideia de um suposto triunfo da revolução mexicana, quando observadas do ponto de vista da violência sofrida pelo zapatismo, teve uma função contrarrevolucionária.

A resistência e insurreição zapatista se deu a partir da retomada de um território e pelo avanço do Exército Libertador para além das fronteiras e da localidade que deu origem ao zapatismo. A ocupação do território em que o movimento forjou sua resistência partiu de ações diretas realizadas pelos próprios *pueblos* organizados em torno de sua força e do autorreconhecimento de sua capacidade de lutar contra aqueles que até então eram vistos como poderosos. Nesse sentido, a prática e os enfrentamentos coletivos tiveram uma função central nos passos que formularam a radicalidade zapatista. A paradigmática ocupação da cidade de Cuautla, Morelos, demonstrou que os *pueblos* reunidos em torno de sua própria causa eram capazes de realizar o que, até então, era inimaginável.

Baseado nessa força popular, o Plano de Ayala é reconhecido como um documento capaz de apoiar as ações que já estavam em curso e de fortalecer a luta dos *pueblos*. O Plano de Ayala era o registro de um grito de autonomia popular. Registrava a prática com que o zapatismo ia em direção a suas necessidades. Os *pueblos* estavam, assim, munidos de sua experiência prática e de seu registro político e já não havia meios de que as forças externas ao movimento estabelecessem qualquer controle institucional. O zapatismo era, para o ponto de vista dominante, um movimento verdadeiramente selvagem.

A atitude revolucionária zapatista os aproximava do movimento magonista e fez jus à proclamação do jornal *Regeneración* que, no final de 1915, afirmava: “El camino recto a la liberación de la clase trabajadora es la acción directa”²⁴⁴. Também o magonismo aproximou-se das fileiras do zapatismo e o encontro radicalizava a perspectiva autônoma e anti-institucional do zapatismo. Assim, com sua própria cabeça e sua própria força, os *pueblos* expulsaram, gradativamente, a velha ordem das *haciendas* e tomaram para si a possibilidade de se produzir uma nova forma de vida.

O sentido da revolução zapatista também era registrado no Plano de Ayala, que, para além do conteúdo da luta zapatista, abordava a forma dessa luta que podia transcender as fronteiras agrárias do zapatismo e ir até os trabalhadores dos engenhos, fábricas e cidades. A transformação realizada pelo movimento ocorria de forma imediata, era defendida com armas em mãos e seus principais agentes eram os próprios *pueblos* em conjunto com o Exército Libertador. O ataque ao cerne de sustentação do inimigo, seus

---

²⁴⁴ MAGÓN, Enrique Flores. Acción directa y acción política. *Regeneración*, n. 218. Los Ángeles, 25 de diciembre de 1915. Apud. PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era: 2013, p. 382.

bens, também era parte da estratégia exposta no Plano de Ayala. A nacionalização dos bens dos inimigos da revolução como pilar da insurreição zapatista permitiu a instauração de uma reorganização produtiva a partir de todos os elementos presentes no território tomado. Assim, a forma da luta zapatista propunha que não se esperaria o final da revolução para tomar as terras necessárias ao sustento, nem as leis para liberar o próprio ato de viver a boa vida e de se produzir a partir dela. Os *pueblos* mesmos, com armas em mãos, fariam para si a realização necessária.

As características da insurreição zapatista apoiaram-se em sua herança mesoamericana e *nahuatl*. A coletividade e solidariedade presentes no modo de produção antigo, ao redor da economia do milho e de sua *milpa*, eram recolocadas diante das ações diretas e da possibilidade de restituição de um território historicamente roubado. Paralelamente, a luta dos camponeses, indígenas e trabalhadores do sul não ocorria de forma isolada. A antiga rede entre os *pueblos* que envolvia a partilha de suas produções, símbolos e rituais estabelecia a conexão entre as comunidades e o conhecimento aprofundado de seu território comum. Neste sentido, as festas e feiras espalhadas pelo território fortaleciam essa rede e impulsionava o levante zapatista de forma massiva. Os *pueblos* avançavam contra as *haciendas* em simultaneidade e as comunidades tomavam o território de forma organizada e em ação comum. As redes de apoio ao redor das ações diretas e da economia do *maíz* eram, assim, ativadas.

Munidos dessa solidariedade, *pueblos* e Exército Libertador enfrentavam a violência dos Exércitos Federais que se lançaram contra o zapatismo. Contra os ataques externos, o movimento resistia militarmente e por meio da reorganização produtiva do território tomado. O imaginário coletivo presente nos *pueblos*, a partir de seu passado comum, repleto de símbolos e experiências coletivas, foi determinante para a possibilidade dessa resistência. A retomada do território era a possibilidade de existência das relações sociais que dariam sustento a conhecida e almejada “boa vida”. Os *pueblos* zapatistas lutavam por terras, montes e águas, o que significava, simultaneamente, lutar por um modo de vida em que pudessem se auto-organizar e decidir sobre os pilares que dariam sustento à vida comum. A reorganização produtiva no zapatismo foi uma das resistências mais profundas realizada pelo movimento.

Outro pilar da revolução zapatista localiza-se na relação fluida entre Exército Libertador e as demandas dos *pueblos*. Decretos e instruções lançados pelo Quartel General buscavam organizar e atender às necessidades dos *pueblos* a partir das questões práticas que surgiam no processo de restituição das terras. O enfrentamento da estrutura

capitalista era tarefa popular e militar, e as duas instâncias ora se confundiam entre si, ora apoiavam-se mutuamente. *Pueblos* e Exército Libertador confluíam em uma mesma perspectiva e avançavam em conjunto em prol de suas necessidades históricas.

O processo de restituição de terras, em que os *pueblos* protagonizaram as ações diretas e reativaram a *milpa*, com seu valor comunitário, sem dúvida foi fundamental e central para os alcances da revolução do sul. Os significados mais profundos do zapatismo, no entanto, também se ligam a sua capacidade de organizar e ocupar os modos de produção deixados pelo sistema de *haciendas* e pelo avanço e apropriação dos bens dos inimigos de sua revolução.

A relação do zapatismo com as formas de produção originadas no capitalismo ocorreu a partir da necessidade dos *pueblos* e do sustento do Exército Libertador, em seu avanço e em sua resistência. Enquanto o contexto nacional permitiu que as *haciendas* fossem taxadas pelo movimento, o zapatismo aproveitou-se dessa forma de sustento. O avanço da revolução do sul e a queda do ditador Victoriano Huerta ofereceu, no entanto, um novo espaço de radicalidade e disputa no cenário nacional. As taxas pagas pelas *haciendas* deram lugar à sua completa expulsão do território ocupado pelo zapatismo. O movimento soube também criar novas relações sociais a partir dos antigos aparatos de exploração. Ainda em 1914 e, ao longo de 1915, o zapatismo desenvolveu, assim, a experiência com as Fábricas Nacionais, o controle das ferrovias, a emissão de moedas e a tomada da Fábrica de Papel de San Rafael.

Ao longo desse processo, chamam a atenção algumas manifestações realizadas pelo Quartel General sobre a necessidade dos *pueblos* se voltarem para o cultivo de cana e o estímulo para que fornecessem lenha como combustível para os trens. Se no processo de restituição de terras podemos observar uma ação vinda especialmente dos *pueblos*, de forma mais orgânica, é possível afirmar que, na ocupação dos meios de produção deixados pelo sistema de *haciendas*, o Quartel General precisou organizar a produção de maneira mais enfática. Era a forma com que o zapatismo lidava com a urgência da guerra, que provocava escassez e pobreza nos próprios *pueblos* e limitava as possibilidades de avanço do Exército Libertador. Como afirma Womack, citado por Laura Espejel:

[...] en la guerra no sólo se requerían hombres, armas y alimentos, sino también recursos económicos. El cuartel general zapatista tenía que ocuparse, entre otros muchos asuntos, de qué hacer con las unidades de producción ubicadas en su zona de influencia – cómo

trabajarlas, cómo administrarlas y hacia qué o hacia quiénes destinar los recursos. En fin, cómo hacer funcionar la economía en beneficio de la causa revolucionaria.²⁴⁵

As determinações do Quartel General em relação à ocupação dos novos meios de produção ocorreram, portanto, em meio a permanente pressão das forças inimigas que buscavam impedir que o projeto zapatista se estendesse e se generalizasse.

Enfrentando os desafios impostos, o zapatismo soube ocupar todos os recursos oferecidos pelo território ocupado e retomado. Conforme já se apontava nas determinações do Plano de Ayala, a nacionalização dos bens dos inimigos da revolução era tarefa urgente e integrante da revolução zapatista. Os recursos financeiros levantados pelas nacionalizações eram destinadas, sobretudo, aos gastos de guerra, às viúvas e aos órgãos da revolução.

Na medida em que a revolução zapatista avançava para os meios de produção deixados pelas *haciendas* e que seu Ejército Libertador avançava para além de seu território original, o zapatismo se deparava com a possibilidade de se solidarizar com outros trabalhadores e de estabelecer uma unidade entre campo e cidade. A guerra que avançava contra o zapatismo possuía como um de seus pilares o racismo contra o indígena. O zapatismo respondia a essa violência se solidarizando com trabalhadores de outras origens e territórios e demonstrava sua grande capacidade de estender a mão a outros camaradas que sofriam e resistiam à exploração capitalista. Os debates realizados pelo zapatismo na convenção mostram o posicionamento do movimento em relação a essa questão. Inspirado na sua prática e também no legado magonista, o zapatismo destacou-se na defesa da perspectiva mais radical do movimento dos trabalhadores da cidade.

O processo revolucionário do sul, no contexto geral mexicano, não pôde generalizar-se. As forças carrancistas, travestidas de revolucionárias, por muitas vezes cooptaram forças que caminhavam por uma via transformadora. Não foi o caso do zapatismo, que se manteve independente. No entanto, na ausência da generalização de seu projeto revolucionário, a sustentação de todas as experiências radicais no território tomado pelo movimento não pôde realizar-se por mais tempo. A invasão violenta e genocida do exército carrancista, em março de 1916, finalizava a organização zapatista em torno dos meios de produção deixados pela estrutura das *haciendas*. Ainda assim, o movimento deixou as marcas de uma resistência pautada nos princípios próprios e pôde

---

²⁴⁵ WOMACK, John. Apud. ESPEJEL, Laura. El costo de la guerra. La compañía papelera de San Rafael. In: _____ (org.) *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, (INAH), 2000, p. 268.

findar a hegemonia da produção capitalista de açúcar no território retomado pelo zapatismo.

Ficam marcados na história os passos de um movimento camponês, indígena e de outros trabalhadores no delineamento de um projeto revolucionário amplo, que considerava sua própria realidade e os diversos setores que envolviam aquele contexto social. O zapatismo partilhou sua percepção sobre a humanidade em seu sentido mais profundo e formulou propostas a partir de diferentes paisagens e territórios. O movimento deixou, assim, um importante legado a partir de seu processo de transformação revolucionária desde os de baixo, desde o próprio e desde o comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AURRECOECHEA, Juan M. et al. *De haciendas, cañeros y paraestatales: cien años de historia de la agroindustria cañero-azucarera en México, 1880-1980*. Estado de México, México: UAM, 1993, p. 66.
- BAO, Ricardo Melgar. El Zapatismo en el imaginario anarquista norteno. *Regeneración*, 1911-1917. Tomo 1, p. 24.
- BARTRA, Armando. La industria cañero-azucarera y la revolución de 1910. In: BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. *Revista Memória*, n. 248, 2010, pp. 4-13.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. *México profundo: una civilización negada*. México, D.F.: Editorial Grijalbo, 1994.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BUTTREY, T.V. e GORDUS, Adon. The silver coinage of Zapata, 1914-1915. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 52, n.3, agosto de 1972, p. 546-462.
- CRESPO, Horácio (dir.). *Historia del azúcar en México*. Vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1988.
- CRESPO, Horácio (dir.). *Historia del azúcar en México*. Vol. 2. México: Fondo de Cultura Económica (FCE), 1988.
- CRESPO, Horácio. Los pueblos de Morelos. La comunidad agraria, la desamortización liberal en Morelos y una fuente para el estudio de la diferenciación social campesina. In: ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000.
- DÍAZ, Baruc Martinez. Introdução à tradução dos manifestos nahuatl zapatistas. Arquivo inédito, compartilhado pelo autor.
- DÍAZ, Baruc Martinez. *In atl, in tepetl (el agua, el cerro): desamortización del territorio comunal y cosmovisión náhuatl en la región de Tláhuac (1856-1911)*. Dissertação de mestrado, UNAM, Cidade do México, 2016.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução: Sandra Castello Branco. Editora Unesp: São Paulo, 2005.
- ESCAMILLA, Ramón Martínez. *Emiliano Zapata: escritos y documentos*. Editores Mexicanos Unidos, S. A, 1978.
- ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000.

- ESPEJEL, Laura; OLIVERA, Alicia e RUEDA, Salvador. *Emiliano Zapata: Antología*. México, D.F.: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INEHRM), 1988.
- ESPÍNOSA, Felipe A. Ávila. *Los orígenes del zapatismo*. El colegio de México. México, D. F.: Universidad Autónoma de México, 2010.
- GILDARDO, Magaña. *Emiliano Zapata y el agrarismo en México*. 5 vols. México: Editorial Ruta, 1951.
- GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Ediciones El Caballito S.A, 1971.
- GIMÉNEZ, Catalina H. de. *Así cantaba la revolución*. Consejo Nacional para la cultura y las Artes. México: Grijalbo, 1990.
- GOMEZ, Marte. E. *Comisiones agrarias del sur*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, 1966.
- GUAJARDO, Guillermo. Tierra y acero. Máquinas y obreros bajo los zapatistas (1910-1915). In: ESPEJEL, Laura (org.) *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), 2000, p. 248.
- INCLÁN, Jesus Sotelo. *Raíz y razón de Zapata*. México: Edición especial SEP, 1981.
- KATZ, Friederich (org.) *Revuelta, rebelión y, revolución*. México, D.F.: Ediciones ERA, 2012.
- MAGÓN, Ricardo Flores. El Zapatismo. *Regeneración*, n. 64, 4ª época, 18 de noviembre de 1911, p. 1. Apud.: BAO, Ricardo Melgar. El Zapatismo en el imaginario anarquista norteno. In: _____. *Regeneración, 1911-1917*. Tomo 1. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2016.
- MALDONADO, Benjamin. El indio y lo indio en el anarquismo magonista. In: _____. *Ante el centenario de la Revolución Mexicana: magonismo y vida comunal mesoamericana*. Oaxaca, México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2010, 1ª edición, noviembre de 2010.
- MALDONADO, Benjamin. El magonismo en el centenario de una revolución que no fue. In: _____. *Ante el centenario de la Revolución Mexicana: Magonismo y vida comunal mesoamericana*. Oaxaca, México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2010.
- MANCISIDOR, José. *Historia de la revolución mexicana*. 20ª edición. México, D.F.: Editores Mexicanos Unidos, 1972.

- ORTEGA, Sagrario de la O. *Catálogo analítico del Fondo Genovevo de la O: 1910-1919*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma del México (UNAM), Tesis de Licenciatura, 2005.
- PINEDA, Francisco. *La irrupción zapatista: 1911*. 1ª edição. México, D.F.: Ediciones Era, 1997.
- PINEDA, Francisco. *La revolución del sur, 1912-1914*. México D.F.: Ediciones ERA. 2005.
- PINEDA, Francisco. *Ejército Libertador: 1915*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013.
- PINEDA, Francisco. El Plan de Ayala y los saberes de los campesinos revolucionarios. In: PINEDA, Francisco y ZAPATA, Edgar Castro (org.). *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2012.
- PINEDA, Francisco. Exército Libertador e movimento libertário magonista. Tradução: Liz Nátili Sória. *Mouro*, Revista do Núcleo de Estudos d'O Capital, n.13, janeiro de 2019. pp. 307-336.
- PINEDA, Francisco. Guerra y cultura: el antizapatismo en el gobierno madero. In: ESPEJEL, Laura. *Estudios sobre el zapatismo*. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología y História (INAH), 2000.
- RESÉNDIZ, Víctor Hugo Sánchez. *De rebeldes fe: identidad y formación de la conciencia zapatista*. Morelos, México: Editorial la rana del sur, 2006.
- RUEDA, Salvador. *El paraíso de la caña: historia de una construcción imaginaria*. México, D.F: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1998.
- RUEDA, Salvador. Hacia la relectura del Plan de Ayala. In: ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco (org.). *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013.
- RUEDA, Salvador e LLOYD, Jane Dale. El discurso legal campesino y el orden político revolucionario. El caso zapatista. *Revista Historias* 8-9. México, D.F.: Instituto Nacional de Antropología e Historia, INAH, Enero-junio, 1985. p. 53.
- SOTO Y GAMA, Antonio Díaz. *La revolución agraria del sur y Emiliano Zapata su caudillo*. México, D.F: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, 1987.
- TORRES, Carlos Beas e BALLESTEROS, Manuel. *Magonismo y movimiento indígena*. Oaxaca, México: Literatura magonista, 2010.
- WARMAN, Arturo. *...y venimos a contradecir: los campesinos de Morelos y el Estado nacional*. México, D.F: Ediciones de La Casa Chata, 1978.

- WARMAN, Arturo. *La historia de un bastardo: maíz y capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- WARMAN, Arturo. La plataforma política del zapaitismo. In: KATZ, Friederich (org.). *Revuelta, rebelión y, revolución*. México, D.F.: Ediciones ERA, 2012.
- WOMACK, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Traducción: Francisco G. Aramburo. México: Siglo XXI editores, 2011.
- ZAMUDIO, Carlos Barreto. Para que fuera nuestra bandera: El Plan de Ayala y el camino histórico de los planes político-revolucionarios em Morelos. In: ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco. *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013.
- ZAPATA, Edgar Castro e PINEDA, Francisco. *A cien años del Plan de Ayala*. México, D.F.: Ediciones Era, 2013.

Jornal La prensa:

ROBLES, Serafin. El Zapatismo y la industria azucarera. *Periódico La Prensa*, México, 6 de junho de 1936.

Internet:

MAGÓN, Ricardo Flores. *Tierra y Libertad*. 1916. Disponível em <<http://archivomagon.net/obras-completas/obra-literaria-1910-1917/teatro/tierralibertad/>>

Segundo Manifiesto en Nahuatl de Emiliano Zapata. 27 de abril de 1918. Tradução de DIAZ, Baruc N. Martínez. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2014/12/20/cam-zapata.html>>

Fundos de referência:

AGN, Fundo Genovevo de la O
 AGN, Fundo Genaro Amezcua
 AGN, Fundo Emiliano Zapata